



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS (PPGDPP) CURSO DE MESTRADO

MILTON CESAR BUZATA MACIEL

A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA, CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS

CERRO LARGO/RS
2022

MILTON CESAR BUZATA MACIEL

**A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA, CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dr^a. Enise Barth

Coorientador: Prof. Dr^o. Darlan Christiano Kroth

CERRO LARGO/RS

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Maciel, Milton Cesar Buzata
A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA, CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS / Milton Cesar
Buzata Maciel. -- 2022.
117 f.

Orientadora: DOUTORA Enise Barth
Co-orientador: DOUTOR Darlan Christiano Kroth
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Políticas Públicas, Cerro Largo,RS,
2022.

1. Política pública, Instituto Federal,
Desenvolvimento socioeconômico, Formação profissional.
I. Barth, Enise, orient. II. Kroth, Darlan Christiano,
co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul.
IV. Título.

MILTON CESAR BUZATA MACIEL

**A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA, CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em 11/08/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Enise Barth
Universidade: UFFS (Orientadora/Presidente da Banca)

Prof. Dr. Darlan Christiano Kroth
Universidade: UFFS (Coorientador)

Prof. Dr. Vimar Antônio Boff
Universidade: URI

Prof^a. Dr^a. Louise de Lira Roedel Botelho
Universidade: UFFS

Discente: Milton Cesar Buzata Maciel
Universidade: UFFS



Emitido em 11/08/2022

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 10/2022 - PPGDPP - CL (10.38.04.29)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 11/08/2022 13:20)

DARLAN CHRISTIANO KROTH
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ACAD - CH (10.41.13)
Matricula: 1764519

(Assinado digitalmente em 11/08/2022 12:26)

ENISE BARTH
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ACAD - CH (10.41.13)
Matricula: 1972885

(Assinado digitalmente em 11/08/2022 11:32)

JULIANI BORCHARDT DA SILVA
CHEFE - TITULAR
SEGEPPG - CL (10.38.04.26)
Matricula: 2189669

(Assinado digitalmente em 11/08/2022 12:30)

LOUISE DE LIRA ROEDEL BOTELHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ACAD - CL (10.38.04)
Matricula: 1660708

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.uffs.edu.br/documentos/> informando seu número: 10, ano: 2022, tipo: ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO, data de emissão: 11/08/2022 e o código de verificação: **f6d225b65f**

Dedico ao meu filho, Artur que mesmo sem perceber ou desejar me acompanhou nessa jornada. Espero, que leve o melhor de mim; força, coragem e dedicação. Anseio que seja a própria Excalibur saindo da pedra; a força e a vontade.

AGRADECIMENTOS

Esta singela construção, considero, fruto de um esforço coletivo. Sendo assim, registro aqui meus agradecimentos.

Aos professores do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelas considerações no transcurso das disciplinas, pelas convergências e também pelas divergências que abriram as trilhas para o melhor entendimento.

Aos meus orientadores, professora Dra. Enise Barth e professor Dr. Darlan Christiano Kroth, pela cumplicidade nessa trajetória.

As pessoas que aceitaram participar desta pesquisa, pois sem esta contribuição, sem os tijolos fornecidos, esta obra não teria sido possível.

Aos integrantes da Banca Examinadora, professor Dr. Vilmar Antônio Boff e professora Dra. Louise de Lima Roedel Botelho que, em meio as suas atribuições aceitaram dedicar boas horas de seus labores para contribuir nesta construção.

Aos colegas e amigos do campus Júlio de Castilhos do Instituto Federal Farroupilha que gentilmente contribuíram na elaboração do pré-projeto de pesquisa, forneceram documentos, dados e informações e, pelas vezes que também contribuíram na melhor análise de alguns dados.

E o companheiro
Que veio semear a Terra
Porque é na Terra
Que a fome se desempaca.
Leonel Gomez

RESUMO

As políticas públicas voltadas à capacitação científica e tecnológica guardam estreita relação com o desenvolvimento socioeconômico das regiões e países, pois estão na base do fornecimento da infraestrutura de conhecimentos para sustentação de tais empreendimentos. Nessa concepção, esta dissertação se propôs a analisar os potenciais efeitos socioeconômicos da implantação de uma unidade, do Instituto Federal Farroupilha, no município de Júlio de Castilhos no período de 2008-2020, dentro do movimento de expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil a partir de 2003. Foi ponderada a atuação institucional enquanto política pública de Estado, a formação profissional e a promoção do desenvolvimento socioeconômico, a partir da percepção de atores da comunidade interna e externa regional. O processo de pesquisa foi estruturado em quatro fases: revisão teórico/bibliográfica, levantamento e catalogação documental, pesquisa de campo e análise de dados. Na pesquisa de campo foram utilizados o questionário eletrônico e entrevista semiestruturada. Os aspectos metodológicos deste trabalho foram caracterizados a partir da pesquisa qualitativa, priorizando uma abordagem descritiva exploratória. A interpretação dos dados foi articulada com análise de conteúdo e triangulação das informações coletadas. Os resultados da pesquisa confirmam que a instituição tem reconhecida aprovação pela comunidade local e regional em termos de acesso à educação, formação/capacitações em diversos níveis, no entanto, desenha uma trajetória pendular com relação a sua atuação para processos de desenvolvimento socioeconômico. Suas ações nesse sentido são consideradas pontuais e articuladas a setores específicos da sociedade regional. A instituição, pelos poucos anos de existência, caminha para sua consolidação, mas enfrenta dificuldades devido ao ambiente produtivo conservador, hostil a penetração tecnológica e diversificação produtiva, bem como a polarização política recente que, se reflete nas relações comunidade/instituição. A comunidade credita à instituição, suas expectativas no que diz respeito ao protagonismo em ações e empreendimentos na esfera do desenvolvimento regional, devido ao potencial em infraestrutura física e capital humano, reconhecido socialmente. A sociedade, pelos seus atores e agentes, distingue um ambiente local, de antes e depois do Instituto, pelo significativo contexto de mudanças que provocou em certas estruturas locais.

Palavras-chave: Instituto Federal; Formação profissional; Desenvolvimento socioeconômico regional; Políticas públicas de educação.

ABSTRACT

Public policies aimed at scientific and technological training are closely related to the socioeconomic development of regions and countries, as they are the basis for providing the knowledge infrastructure to support such enterprises. In this conception, this dissertation proposed to analyze the potential socioeconomic effects of the implantation of a unit, of the Instituto Federal Farroupilha, in the municipality of Júlio de Castilhos in the period 2008-2020, within the movement of expansion of Vocational and Technological Education (EPT) in Brazil since 2003. Institutional action was considered as a public policy of the State, professional training and the promotion of socioeconomic development, based on the perception of actors from the internal and external regional community. The research process was structured in four phases: theoretical/bibliographic review, document survey and cataloging, field research and data analysis. In the field research, an electronic questionnaire and a semi-structured interview were used. The methodological aspects of this work were characterized from qualitative research, prioritizing an exploratory descriptive approach. Data interpretation was articulated with content analysis and triangulation of the information collected. The research results confirm that the institution has recognized approval by the local and regional community in terms of access to education, training/training at different levels, however, it draws a pendulum trajectory in relation to its performance for socio-economic development processes. Its actions in this sense are considered punctual and articulated to specific sectors of regional society. The institution, for the few years of existence, is heading towards its consolidation, but it faces difficulties due to the conservative productive environment, hostile to technological penetration and productive diversification, as well as the recent political polarization that is reflected in the community/institution relations. The community credits the institution with its expectations regarding the leading role in actions and undertakings in the sphere of regional development, due to the potential in physical infrastructure and human capital, socially recognized. Society, through its actors and agents, distinguishes a local environment, before and after the Institute, due to the significant context of changes it has caused in certain local structures.

Key words: Federal Institute; Professional qualification; Regional socioeconomic development; Public education policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações para o estabelecimento da educação profissional no Brasil de 1809 a 1886	39
Quadro 2 - Ações políticas para o estabelecimento do Ensino Profissional no Brasil de 1906 a 2017.....	40
Quadro 3- Classificação dos impactos das atividades da IES sobre as regiões	56
Quadro 4 - Composição do PIB municipal por setor/atividade pelo Valor Adicionado Bruto	60
Quadro 5 - Público participante por características específicas	61-62
Quadro 6 - Cursos por modalidade de oferta, nível e habilitação em 2008	66
Quadro 7 - Cursos por eixo tecnológico e modalidade em 2012	68
Quadro 8 - Número de matrículas ativas, ingressantes e concluintes por ano	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Valores executados no PROEP (em R\$ milhões)	46
Gráfico 2 - Despesas efetuadas pelo MEC com a Rede Federal (2003-2013) - em R\$ bilhões	47
Gráfico 3 - Ampliação das unidades da Rede Federal	48
Gráfico 4 - Número de matrículas por ano	68
Gráfico 5 - Orçamento efetivamente empenhado por ano de execução	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Expansão regional da RFEPCT	51
Figura 2 - Impactos dos IFs sobre as comunidades	54
Figura 3 - Localização geográfica do município de Júlio de Castilhos	59
Figura 4 – Triangulação de dados	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CVTs	Centros Vocacionais Tecnológicos
EAFs	Escolas Agrotécnicas Federais
EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETFs	Escolas Técnicas Federais
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuse
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFFar	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha
JC	Júlio de Castilhos
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PCE	Participante da Comunidade Externa
PCI	Participante da Comunidade Interna
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGDPP	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SNI	Sistema Nacional de Inovação

SRI	Sistema Regional de Desenvolvimento
TCU	Tribunal de Contas da União
TDE	Teoria do Desenvolvimento Econômico
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Desenvolvimento Regional: perspectiva histórica, conceitos, determinantes e políticas .	21
2.2 Educação Profissional: marcha histórica até a consolidação dos Institutos Federais	37
2.3 Os impactos e potenciais impactos das instituições de ensino sobre os municípios	53
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
3.1 Tipo de Pesquisa	57
3.2 Unidade de Análise.....	58
3.3 Sujeitos da Pesquisa	60
3.4 Coleta de Dados	62
3.5 Análise e Interpretação dos Dados.....	63
3.6 O campus JC	65
3.7 Questões Éticas	70
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	70
4.1 O movimento local para criação do IF e as expectativas/demandas regionais	71
4.2 As articulações e parcerias do IF com a comunidade - e a governança -	81
4.3 Percepção/avaliação dos impactos do Instituto sobre a comunidade e expectativas	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa	116

1 INTRODUÇÃO

O aperfeiçoamento das técnicas, nas mais diversas atividades, estabelece o nível de progresso das sociedades e, no seu bojo é sinônimo de melhor qualidade de vida. Dada sua importância e o reconhecimento na esfera social, os processos de criação e desenvolvimento de técnicas passaram a ser normatizadas para sistematicamente serem passadas de geração a geração, momento em que são criados espaços específicos onde são reunidos, o conhecimento (ciência) e, as técnicas (tecnologia/produtos). No instante que sobre elas são projetadas novas necessidades, originam técnicas mais eficientes e produtos mais acabados para atender as deficiências de contextos sociais cada vez mais complexos.

Contemporaneamente as sociedades continuam a demandar da ciência e tecnologia cada vez mais produtos que supram suas necessidades básicas, prioritárias e até supérfluos, além delas estarem intimamente ligadas aos processos de desenvolvimento econômico. Nesse quesito, as formas produtivas depois de 1970, impuseram ao progresso técnico/científico a maior responsabilidade sobre o crescimento e desenvolvimento econômico local, regional e nacional elevando os índices positivos de qualidade de vida dos indivíduos (BARROS, *et al*, 2006).

Nas últimas décadas, o Brasil experimentou uma valorização em ciência e tecnologia com a criação de uma Rede Federal de Ensino, pela opção política governamental para o desenvolvimento regional, considerando as dinâmicas próprias e múltiplos agentes nesse processo (BACELAR DE ARAÚJO, 2020). Ao serem constituídos os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, foram inseridos em distintos locais considerados em condições de polarizar processos de desenvolvimento, articulados às comunidades e outros atores regionais. Essas instituições a partir da formação técnica foram incumbidas, dentre outras, de aglutinar-se às cadeias produtivas regionais, acrescentando conhecimento (ciência), novas técnicas e produtos (tecnologia) o que agregaria renda e, aumento de postos de trabalho. Tendo a formação técnica como base, buscava-se ao mesmo tempo, inclusão das pessoas nos processos produtivos, pela formação profissional, proporcionando em efeito automatizado o desenvolvimento estrutural das localidades e seus entornos e ampliação da cidadania, pela expansão de acesso aos direitos sociais, e inclusão.

Incluído nesse contexto, o campus Júlio de Castilhos, do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), há mais de uma década, edificado no município de mesmo nome, é apresentado como objeto de estudo desta pesquisa que tem como tema “a formação técnica e o desenvolvimento socioeconômico regional”.

Diante do exposto, esta pesquisa traz o seguinte questionamento: Qual o papel do IF na promoção do desenvolvimento socioeconômico para o município de Júlio de Castilhos? No cenário brasileiro atual muito se tem aventado sobre o papel das instituições como governo, empresa e sociedade para a coesão das comunidades em torno do desenvolvimento, e o quanto figuram como atores locais no fomento a inovação. A atribuição estruturante do IFFar, enquanto política pública visa proporcionar condições para o desenvolvimento da sociedade nos campos acadêmico, técnico e científico, buscando formas alternativas para viabilizar o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural.

Nesse contexto esta dissertação apresenta como objetivo geral: analisar os potenciais efeitos socioeconômicos da implantação do campus do Instituto Federal Farroupilha na região de abrangência. Buscando satisfazer esse grande propósito, apresentam-se como objetivos específicos: descrever os contextos político e socioeconômico de implantação e de maturação/consolidação do IF, os efeitos de seu desempenho institucional e sua relação com a comunidade regional; demonstrar os mecanismos (canais de transmissão) que a formação científica e tecnológica melhor contribui para o desenvolvimento regional; compreender a formação e as relações de governança do IFFar (participação dos atores regionais para desempenho/desenvolvimento do Instituto e a relação do IFFar com as entidades e comunidades regionais); verificar a percepção dos atores regionais quanto ao papel do campus do IFFar para o desenvolvimento regional e suas expectativas quanto ao futuro da Instituição.

As ações do Estado, enquanto políticas públicas, com o avanço da participação social em regimes democráticos, representam muitas vezes as respostas aos anseios da própria coletividade, concomitantemente buscam legitimar a atuação governamental (SECCHI, 2013). Dada à consolidação desse entendimento, cada vez mais as políticas públicas, pela ação de seus atores, inseridos nas diversas realidades são impelidos a provocar transformações nesses contextos, na direção da melhoria da qualidade de vida das pessoas, consolidando o desenvolvimento socioeconômico. Assim, inserido nessa realidade, como indivíduo beneficiário de serviços públicos, bem como agente institucional enquanto servidor público, a mais de uma década atuando na esfera das políticas sociais, no atendimento de demandas na área da educação e cultura, me atinge a inquietude, sabedor de angústias e anseios da comunidade, em envidar esforços, além da via direta intra-institucional, almejando pavimentar também a via indireta para o atendimento das demandas sociais, viabilizando uma averiguação da atuação institucional nos propósitos da sua existência junto à comunidade regional.

Essa investigação visa contribuir para o avanço da compreensão do papel da educação técnica para o desenvolvimento regional. A literatura vem demonstrando desde meados de 1970 a importância da formação para o desenvolvimento tecnológico aliado aos processos produtivos (BARROS, et al, 2006) e, dessa forma, há espaço para discutir esse tipo específico de formação (educação técnica) no contexto espaço/temporal balizado, numa perspectiva interdisciplinar. Partindo da observação da realidade regional pode trazer subsídios empíricos para realinhamento de ações, reposicionamento de metas e objetivos, propositura de novos cursos, formações iniciais e continuadas, treinamentos, capacitações, palestras, ações de intervenção direta, chancela de parcerias, ou seja, pode servir como um referencial para adequações e trilha para demandas que não estejam chegando à instituição pelos canais usuais. Ao mesmo tempo pode aproximar coletivos (atores locais/regionais, organizações governamentais e não governamentais, privadas, associações de classes, organizações e sindicatos) que estiverem, por ventura alijados da política pública, concorrendo para a ampliação da participação democrática.

No universo acadêmico, a execução desta pesquisa, permite, de um lado, mais uma vez a necessária reflexão para a compreensão teórica, complexa, multiescalar e interdisciplinar, que encerra o tema “desenvolvimento” (LAGO; ROTTA, 2017). De outra parte, possibilita um diagnóstico prático de um recorte específico dentro de horizonte largo, ao inserir o pesquisador em distintas realidades sociais. Para além do cumprimento de metas estatutárias estabelecidas pela academia poderá aquele, de forma concreta contribuir para modificar estruturas socioeconômicas ou, agregar a elas no estabelecimento de melhores índices de qualidade de vida, traquejando habilidades profissionais almeçadas, em linha com os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) que,

visa, sobretudo, formar profissionais qualificados para identificar, analisar, discutir e avaliar os problemas decorrentes do processo de transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais e de propor ações e projetos que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável de forma interdisciplinar e comprometida com a democracia e a cidadania (...). (UFFS, 2020)¹.

Perspectivas inseridas na Linha de Pesquisa: Dinâmicas Sociopolíticas e Experiências de Desenvolvimento. Dessa forma, ao mesmo tempo em que os objetivos da qualificação ora em curso são atingidos, fica evidenciada contribuição ao arcabouço de conhecimento

¹ Disponível em: https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/cursos/mestrado/mestrado_em_desenvolvimento_e_politicas_publicas/apresentacao. Acesso em 10 de setembro 2021.

científico, pela abordagem de tema pouco explorado no contexto delimitado, podendo suscitar pesquisas mais aprofundadas que visem o delineamento de inter-relações entre Estado, política e sociedade associadas aos processos de desenvolvimento. Nessa esteira, cabe sublinhar que o estudo do tema: a formação tecnológica e o desenvolvimento socioeconômico regional ao adicionar pequeno contributo no arcabouço de saberes, adere-se a linha de pesquisa, Estado Sociedade e Políticas de Desenvolvimento, pois vai ao encontro de seus objetivos no que diz respeito a “analisar processo de formulação e implantação de políticas públicas em relação com as demandas sociais e seus impactos econômicos e sociais sobre a realidade local e regional”.

Esta dissertação é composta, além da introdução, pelo referencial teórico, explicitado a seguir, onde são apresentados estudos teórico clássicos sobre os processos de crescimento e desenvolvimento econômico com ênfase para o desenvolvimento regional, bem como trabalhos que evidenciam a trajetória de implantação e avanço da formação técnica no Brasil até o contexto atual. O terceiro capítulo versa sobre os procedimentos metodológicos adotados para esta construção. No capítulo quarto são apresentados os resultados e discussões sobre os dados coletados. Por fim são apresentadas as considerações finais, as referências bibliográficas e apêndice.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte é apresentada a revisão de literatura que se divide em duas vertentes teóricas. A primeira apresenta a literatura de desenvolvimento regional em uma perspectiva histórica, tendo como objetivo de demonstrar como a definição de desenvolvimento regional vai se constituindo e se consolidando na literatura. De forma complementar, busca-se analisar como a variável educação técnica e tecnológica contribui para esse processo e quais as ações/instrumentos de política pública são utilizados para fomentar essa variável, e conseqüentemente, gerar o desenvolvimento regional.

A segunda vertente destaca a evolução histórica das escolas técnicas/tecnológicas no Brasil. Mais especificamente intenta-se compreender como a criação/implantação de escolas técnicas se configurou como política educacional no país e quais os seus objetivos. Há um interesse particular em compreender a evolução recente dos Institutos Federais a partir da publicação da Lei n. 11.892/2008 (Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), os quais apresentam um novo modelo de Educação Profissional e como essa evolução vem se traduzindo em resultados socioeconômicos.

2.1 Desenvolvimento Regional: perspectiva histórica, conceitos, determinantes e políticas

Ao versar sobre desenvolvimento e desenvolvimento regional depara-se com um horizonte vasto, pois é recorte complexo que proporciona quase inumeráveis questionamentos, pois encerra em si um apanhado de fatores geradores, e transformadores (ANDRADE, 1987). Visto também que os processos de desenvolvimento não seguem uma trajetória linear, simultânea e homogênea em todos os espaços e sociedades (ROSTOW, 1971), fruto da sua complexidade e influência de fatores localizados que inter-relacionados definem regiões mais dinâmicas ou não, para os processos de crescimento econômico, num primeiro momento.

Historicamente, o período pós Iª Guerra Mundial e que se estende até a grande crise (1918-1929) foi de extraordinário crescimento econômico verificado sobretudo nos Estados Unidos com as vantagens oriundas do processo de financiamento da reconstrução europeia. Nesse contexto, além de ser o grande credor dos países que se recuperavam do conflito, outros fatores proporcionaram a acumulação capitalista norte americana: crescente progresso tecnológico que se refletia em recordes de produção industrial; aumentos crescentes de produtividade agrícola devido ao processo de mecanização; linhas de crédito facilitadas que impulsionavam cada vez mais o consumo. Esse processo de altas constantes nas taxas de lucros gerava alta concentração de renda por setores específicos da sociedade –industiários e grandes proprietários de terras-, enquanto de outra parte os salários eram mantidos em níveis muito baixos. A euforia do crescimento econômico da década de 1920 traduzida na crença da “eterna prosperidade” foi sendo minada cada vez mais pelo descompasso dos fatores, produção e consumo: crédito facilitado, alta produtividade, salários estagnados, especulação financeira na Bolsa de Valores que gerou um crescimento artificial conferindo instabilidade ao sistema (HOBSBAWM, 1999).

Hobsbawm, (1999, p. 104), assim definiu o período em questão:

O que acontecia, como muitas vezes acontece nos booms de mercados livres, era que, com os salários ficando para trás, os lucros cresceram desproporcionalmente, e os prósperos obtiveram uma fatia maior do bolo nacional. Mas como a demanda da massa não podia acompanhar a produtividade em rápido crescimento do sistema industrial nos grandes dias de Henry Ford, o resultado foi superprodução e especulação. Isso, por sua vez, provocou o colapso.

Dessa forma, a estrutura econômica de acumulação capitalista foi rompida, portanto, em 1929 com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, no momento em que os

investidores procuravam dar liquidez² aos seus investimentos num ponto de generalização de crise (falência de bancos, indústrias, negócios, perda de capital e patrimônio, desemprego) que se alastraria a nível global, chegando a patamares considerados críticos entre 1929/33, período denominado de “grande depressão”.

Nesse contexto, até a ocorrência da IIª Guerra Mundial, crescimento e desenvolvimento econômico não eram termos distintos na literatura, inclusive da área econômica. As definições de então apontavam que crescimento econômico estaria relacionado tão somente ao aumento da renda dos indivíduos, de uma sociedade, (MADUREIRA, 2015), pois seguia os pressupostos do liberalismo econômico³, refletido pela acumulação monetária, empiricamente comprovada pelo exemplo americano de então, mas por definição da própria liberdade dos mercados, também exteriorizava exclusão social, devido à incapacidade do próprio sistema em regular suas falhas (BRESSER-PERREIA, 2006). No entanto, com a grande desagregação social provocada a partir da crise de 1929, até o fim da IIª Guerra, e as graves mazelas adicionadas por essa, nos setores políticos, econômicos e sociais, a serem suportadas pela coletividade, as análises sobre desenvolvimento econômico passaram a incluir a variável “social”⁴. A partir daí, o desenvolvimento econômico deveria ser expresso no sentido da melhor distribuição dos frutos sociais do trabalho coletivo (impostos e tributos), ou seja, um processo advindo do crescimento econômico que busca a justiça social, em última análise deve representar melhoria na qualidade de vida dos cidadãos (FURTADO, 2003, MADUREIRA, 2015).

Ainda na interpretação de Madureira (2015, p. 9), em consonância com Oliveira (2002) “de forma geral, o desenvolvimento econômico deve resultar do crescimento econômico e necessariamente deverá ser acompanhada de melhorias na qualidade de vida da população”. Visão compartilhada por Vasconcellos e Garcia (2008, p. 255) quando sinalizam que

o desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações de composição do produto e alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social

2 Dar liquidez, no mercado financeiro significa trocar os investimentos – papéis, apólices, ações - documentos que valem certo valor em dinheiro-, por valor monetário (dinheiro líquido), com lucros ou prejuízos, através de um estabelecimento habilitado, Bolsa de Valores. Num momento de pânico como ocorrido, no período, onde todos os investidores procuram vender seus investimentos, mas sem compradores, as ações –investimentos- chegaram à zero, colapsando todo o sistema.

3 O Estado não intervinha no mercado, ou seja, nas relações de compra e venda que operavam segundo suas próprias regras (oferta e procura).

4 Essa inserção tinha duplo objetivo, buscava-se retomar a confiança das sociedades no sistema capitalista que havia demonstrado até então uma incapacidade na distribuição equitativa das riquezas construídas e, fazer frente ao socialismo que se impunha na Europa Oriental (GALDINO, 2018).

(pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Essas perspectivas encontram eco em Bresser-Pereira (2006), pois segundo esse, “no desenvolvimento econômico existe um objetivo geral: a melhoria do padrão de vida da população. O desenvolvimento econômico, portanto, é um processo histórico voltado para um objetivo claro” (p. 209). Contudo, o mesmo autor admite e, o processo histórico retratado comprova que o “mercado é um excelente alocador de recursos, mas suas falhas são grandes, e por isso sua ação precisa, com frequência, ser corrigida pelas decisões estratégicas tomadas pelo governo”, (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 217).

Esses postulados, ou seja, a inclusão da variável social e a perspectiva de uma distribuição mais equitativa da construção social do trabalho, buscando minimizar as tensões sociais exacerbadas no período anterior, “atribui paulatinamente, ao Estado uma função interventiva e regulatória na área do Bem-estar Social” (NOGUEIRA, 2001, p. 90). Devido, como visto a desagregação social gerada a partir de países centrais, com a crise de 1929 que, também se alastraria aos países periféricos, acentuada com a eclosão da II Guerra Mundial, nasce a necessidade de um novo arranjo político, uma reestruturação nos aspectos da acumulação capitalista, capaz de provocar destacados impactos sobre os estratos sociais, com protagonismo estatal, um Estado que promovesse o bem-estar social (NOGUEIRA, 2001; ALMEIDA, 2018).

Sendo assim, esse contexto histórico revelava uma questão fundamental, após o escancaramento do lado mais sombrio de um sistema de acumulação que se expandia a própria sorte: a necessidade de um agente externo, com capacidade de ação acima do sistema de mercado, com força política assegurada socialmente que impusesse freios e contrapesos e atuasse em sintonia com o sistema em prol da proteção social, redistribuindo as riquezas nacionais: o Estado.

Todas essas variáveis, ou seja, a consideração do social, a inclusão das pessoas no equacionamento das riquezas nacionais, com a criação de uma ampla rede de proteção; o Estado surgindo como interventor, regulando a produção, acumulação (lucro) e redistribuição (serviços públicos de saúde, segurança, educação e previdência), começa a tomar corpo, nos Estados Unidos da América (EUA), a partir de 1933, com a adoção de uma agenda política e econômica, do presidente Roosevelt⁵, de inspiração teórica, formulada por Keynes⁶, configurando o chamado Estado de Bem Estar Social (*welfare State*).

5 Franklin Delano Roosevelt é eleito presidente em 1932, dando início a um programa de recuperação e crescimento econômico com a regulamentação do sistema financeiro, (bancos, bolsa de valores) e setor

Esse definido por Draibe e Aureliano, como,

uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico. Tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição de renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário da economia, afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora, (DRAIBE; AURELIANO, apud VIANNA, 1998, p. 37).

Essa perspectiva passou a ser amplamente aceita, qual seja a de um Estado interventor e promotor de um desenvolvimento socioeconômico “(...) porque é através dos gastos sociais que realiza que a concentração de renda é minorada, e uma relativa justiça social alcançada” (BRESSER- PEREIRA, 2006, p. 207).

A profundidade da crise daquele período possibilitou que as teorias econômicas clássicas alicerçadas na lei do livre comércio ou, liberalismo econômico que tinham como premissa basilar a não intervenção do Estado na economia, cabendo a esse somente o equilíbrio das contas públicas, pudessem ser contestadas pela emergência de novas interpretações feitas por Keynes. Esse como é sabido, defendia que o Estado deveria atuar complementarmente ao sistema econômico, em épocas de crise do sistema. Nesses períodos nos quais o setor privado deixava de investir devido às incertezas produzidas pela instabilidade, afetando o emprego e a renda e conseqüentemente desencadeando crises que são cíclicas, o Estado deveria realizar investimentos promovendo políticas de “pleno emprego”, assegurando assim, o nível de desenvolvimento, embora a ocorrência de déficits de conta corrente que, seriam contornados com a volta dos investimentos privados e maior arrecadação. Além do mais, o Estado além dos investimentos públicos diretos, deveria prover redução da carga tributária e taxas de juros e ampliação do crédito, (BRESSER-PERREIRA,

industrial/empresarial. O Novo Acordo (New Deal) foi basicamente uma coalizção política/econômica entre as forças produtivas, Estado e sociedade, retomando a geração de emprego e renda para a recuperação do país, adotando amplamente os princípios Keynesianos.

6 John Maynard Keynes, economista inglês que, juntamente com outros teóricos da época tinha a convicção de que o sistema capitalista, por si só geraria mais desajustes sociais trágicos como os já verificados (Iª Guerra Mundial, Grande Depressão, IIª Guerra Mundial), que a busca individualista mais extremada de acumulação alimentava cada vez mais fatores desestruturadores da sociedade como a ignorância, doença, pobreza e desemprego, para combatê-las era necessário que o Estado regulasse as relações do mercado, buscando minimizar os desajustes, com políticas capazes de alavancar o desenvolvimento, gerando emprego e renda, bem como a criação de uma rede de assistência a sociedade (segurança, educação, assistência social/previdenciária). Keynes entendia o sistema de mercado – capitalista-, pensando na demanda efetiva das pessoas por bens de consumo, na circulação do dinheiro, daí a necessidade de fomentar o emprego e a geração de renda, estimulando a circulação do dinheiro e alavancando o crescimento e desenvolvimento econômico, como solução para a crise do sistema capitalista. O Estado de Bem estar Social, fruto de políticas keynesianas (o Estado intervindo na economia e oferecendo certa proteção social), foi amplamente adotado nos EUA, a partir de 1929 e países centrais europeus, após a recuperação da II Guerra Mundial, sendo seu auge de 1945 a 1970, os 30 anos gloriosos, (Belluzzo, 2017).

1995; CARDOSO, 2018). As novas diretrizes de regulação e intervenção no setor econômico, apresentadas por Keynes embora muito contestadas, pois atingiam o âmago do livre mercado, de tão contundentes irão orientar a cena política econômica dos anos 1930 a 1970 subsidiando as novas perspectivas da Teoria do Desenvolvimento Econômico (TDE) que surgiu “na década de 1940” (BRESSER-PERREIRA, 1995, p. 9) e perdurou até 1980. As diversas abordagens consideradas clássicas, desse período carregam nos seus fundamentos as premissas keynesianas da intervenção complementar e regulatória estatal em prol dos processos de investimentos, de outra parte se deve a Schumpeter⁷ todo o arcabouço de contribuições para as abordagens que consideraram a inovação/progresso técnico e investimentos no setor mais dinâmico para o desenvolvimento socioeconômico, a industrialização (CARDOSO, 2018).

Nessa seara de espraiamento dos processos de desenvolvimento socioeconômicos, com forte dirigismo estatal, os espaços locais, as regiões passam a ser abordadas na lógica da integração aos fluxos econômicos mais abrangentes, macrorregionais, nacional e global. A partir dos anos 1950, os estudos sobre as dinâmicas regionais começam a fluir na tentativa de identificar fatores que condicionavam o desenvolvimento econômico regionalizado, haja a vista que tais processos, como já referenciado, não acontecem ao mesmo tempo em distintos espaços geográficos (ROSTOW, 1971) fornecendo diagnósticos e subsidiando decisões políticas no que tange ao planejamento de políticas públicas pró-desenvolvimento regional, (MADURERIA, 2015).

A TDE buscava equalizar disparidades tanto entre as nações, como entre regiões dentro de um mesmo país, para tanto os estudos clássicos desse período que norteavam os debates e apontavam direções às estratégias governamentais para o desenvolvimento regional, baseavam-se na industrialização e sua capacidade de atração/agregação de investimentos cada vez maiores em cadeias produtivas externas, gerando emprego e renda em escalas ascendentes, proporcionando dinamismo à respectiva região. Esses conceitos norteadores orbitavam em torno dos “polos de crescimento, constituídos por firmas ou setores motrizes (F. Perroux), que produziam concatenações para frente e para trás (A. Hirschman) e efeitos cumulativos de causação circular progressiva (G. Myrdal)”, (AMARAL FILHO, 2001 p. 271; CARDOSO, 2018).

Dessas formulações teóricas clássicas depreende-se que o desenvolvimento é episódio gerado e intrínseco ao crescimento econômico, com a intervenção em setores mais dinâmicos

⁷ Joseph Alois Schumpeter, considerava a inovação tecnológica o motor do desenvolvimento, foi um dos estudiosos economistas mais influentes desse período (primeira metade do século XX).

da economia, predominantemente a indústria, num processo de modernização constante. Deve-se nesse interim mencionar novamente o papel do Estado, como força exógena, nos processos de desenvolvimento como também agente que busca minimizar as disparidades regionais a partir de alternativas institucionais com políticas direcionadas pois,

se as forças de mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem proporcionar remuneração bem maior do que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado, (MYRDAL, 1965, p. 51 - 52).

Refletindo, “nesses termos, fazem-se necessárias medidas que (...) incentivem o investimento e a alocação de capitais para setores como de infra-estrutura, transportes, tecnologia agrícola, etc,” (MADUREIRA, 2015, p. 14). Todavia, faz-se necessário ter em conta que,

as políticas de investimentos em infra estruturas básicas proporcionam condições favoráveis para alavancar o dinamismo econômico local/regional, mas em si ela não é suficiente para criar um processo dinâmico de endogeneização do excedente econômico local, e para atrair excedentes de outras regiões, provocando assim a ampliação das atividades econômicas, do emprego, da renda, etc, (AMARAL FILHO, 2001, p. 271).

Advoga-se nesse interim pela “refutação do indeterminismo do processo de desenvolvimento regional ou local, o que pode ser visto no papel da história, como também nas antecipações e nas ações dos protagonistas locais”, (AMARAL FILHO, 2001, p. 266). Explicação que segundo Niederle e Radomsky (2016) converge com anotações de Hirschman (1996), quando esse apontava que as economias que se tornam prisioneiras da produção primária (*commodities*), deve-se às escolhas políticas processadas socialmente e não simplesmente à disponibilidade de recursos naturais (vantagens comparativas).

Ressalta-se dessas interlocuções o ativismo do agente institucional que contém a habilitação para estabelecer tanto diretrizes persecutórias, conexões, alianças, acordos, encerrados numa estratégia estatal com os diversos atores, públicos e privados em prol do desenvolvimento com investimentos - políticas públicas- executados em áreas prioritárias que visem também à inclusão da própria sociedade local/regional, em propostas *sui generis*, de baixo para cima, (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Neste aspecto, González (s.a., s.p.) aponta para a necessária inter-relação de intermediários institucionais nesses processos, porque

al ser el Desarrollo Local un proceso de transformación integral, consciente y voluntario por parte de las colectividades locales, es necesario, por consiguiente que exista un ente o órgano administrativo o de relación directa con los niveles de gobierno, que fije, impulse y organice el próprio proceso de Desarrollo Local

[...] y la participación de la sociedad civil, población y empresas, en el mismo (GONZÁLEZ, s.a., s.p.).

Depreende-se a partir do que foi expresso que o desenvolvimento encerra um complexo de relações sociais e institucionais, assim é necessário considerar variáveis além das estritamente de infraestruturas físicas e financeiras, para que as proposituras desenvolvimentistas alcancem efetividade, pois os contextos sociais também são distintos e fruto de suas formações históricas culturais, sendo que essas características também atingem as áreas políticas e econômicas que, implicam no atingimento dos objetivos traçados pelas ações de desenvolvimento. González (s.a., s.p.) explicita ainda que

es evidente que sin participación ni asimilación social cualquier iniciativa de desarrollo local está encaminada al fracaso. Por ello es necesario que los programas y estrategias de desarrollo respondan a las iniciativas y a las demandas de la población.

Portanto, se pode ter em conta que as discussões sobre desenvolvimento a partir dessa perspectiva devem carregar a preocupação com a “(...) participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”, (OLIVEIRA; LIMA, 2003, p. 31). É a partir desse prisma que as estratégias endógenas para o desenvolvimento regional, entram em cena, destacando que o “elemento relevante é a inovação tecnológica” (BARROS, et al, 2006, p. 93), pois “o domínio tecnológico e a capacidade para sua utilização e difusão são a principal fonte de vantagens competitivas dinâmicas (...)”, (LLORENS, 2001, p. 58). A averiguação de distintas realidades, mundo a fora deixa transparecer que “um novo paradigma está a emergir em que o conhecimento e a inovação são a principal fonte de riqueza, mas também de diferença das nações, das empresas e das pessoas”, (GUERREIRO, 2005, p. 132). Da mesma forma D’avila Garcez (2000, p. 358-359) também aponta que “conhecimento e aprendizado são, respectivamente recurso e processo fundamentais na economia e na sociedade atuais”. Essas novas estratégias apontavam ainda, que concorriam para o mesmo processo, somadas ao elemento estruturante, - desenvolvimento tecnológico⁸-, outros atores e protagonistas que poderiam ser limitantes ou favorecedores às dinâmicas regionais de desenvolvimento, como as estruturas sociais, culturais, familiares, códigos e suas condutas, (BARROS, et al, 2006).

Esse novo paradigma de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento regional endógeno, que de maneira não equivocada “representam a recuperação e a sofisticação”, (BRESSER-PERREIRA, 1995, p. 6) das Teorias do Desenvolvimento Econômico,

⁸ Aqui é necessária uma ressalva, pois ao contrário do que se pensa, de acordo com Amaral Filho (2001, p. 266) o “conceito de “alta tecnologia” não está limitado apenas aos setores específicos e emergentes de ponta (informática, microeletrônica, etc), ele abrange também a maioria dos setores e das atividades econômicas, mesmo aqueles considerados “tradicionais””.

abandonadas no princípio da década de 1970, processado a partir da própria região/localidade, para ir “se inserindo e se articulando nas redes e nos fluxos globalizados” (BRANDÃO, 2004, p. 59), vai se descortinando, no decorrer dos anos de 1970 devido às profundas modificações nos processos produtivos de grande escala concentrado nos grandes centros industriais (produção fordista) e um relativo afastamento do Estado enquanto centro decisório e principal proponente e financiador dos processos de desenvolvimento.

De forma mais pormenorizada, o desenvolvimento encadeado pela primazia do Estado, conformada na TDE, formulada nas décadas de 1940 e 1950, como mencionado anteriormente, entra em crise, na década de 1970 quando são observadas profundas mudanças no contexto político-econômico, a nível mundial: a III Revolução Industrial ou Revolução Técnico-científica-informacional, com destacado desenvolvimento da robótica, genética, informática, telecomunicações, eletrônica, entre outras, altamente integrados aos sistemas produtivos; Mundialização do capital, com as empresas e grandes corporações procurando maximizar seus lucros, buscam investir em países com disponibilidade de matéria-prima, incentivos fiscais dos governos locais, mão de obra barata dentre outros (FERRER, 2001); e o colapso do consenso Keynesiano e da própria TDE com o vigoroso questionamento da intervenção do Estado na economia e nos processos de desenvolvimento, culminando na adoção do ideário neoliberal, (BRESSER-PERREIRA, 1995).

Cabe lembrar que embora os países de acentuado desenvolvimento pregassem pelos seus organismos internacionais (Banco Mundial-Fundo Monetário Internacional - FMI), a adoção das diretrizes do consenso de Washington⁹, eles próprios, efetivamente não adotaram, pelo menos na totalidade, as “boas políticas” e as “boas instituições” (CHANG, 2004)¹⁰ “aconselhadas” (grifo nosso) aos países considerados em desenvolvimento. Adicione-se ainda ao contexto, a inobservância da conjuntura histórica recente, ou seja,

(...) o fato de o desenvolvimento econômico dos tigres asiáticos, até mais do que na América Latina, ter sido baseado na intervenção estatal foi ignorado. A própria ideia de uma estratégia de desenvolvimento baseada na combinação da ação do Estado com a dos empresários privados, (...), foi substituída por uma agressiva ideologia antiestatal (...), (BRESSER-PERREIRA, 1995, p. 8).

⁹ Essas diretrizes pregavam políticas macroeconômicas restritivas (dificuldades de acesso a financiamentos próprios e, juros altos, por exemplo), liberalização do comércio internacional e dos investimentos, privatizações e desregulamentação (o que deixa o sistema produtivo nacional, principalmente a indústria, desprotegidos e a mercê da especulação financeira levando a dependência externa); investimentos mínimos (entenda-se precarização) nos direitos sociais (saúde, educação, seguridade). No que tange a instituições, essas seriam a democracia – enquanto sistema político-, a “boa” burocracia, o poder judiciário independente, proteção à propriedade privada e a garantira de contratos, instituições financeiras e um Banco Central independente de orientações políticas, (CHANG, 2004).

¹⁰ Para aprofundamento neste assunto, consultar Ha-Joon Chang. Chutando a Escada, A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica, 2004.

A partir daquele ponto embora os governos de países centrais, como alerta Brandão (2004) tentassem contornar o declínio daquele sistema produtivo (rígido) e de amplas regiões industriais altamente desenvolvidas, um tipo de produção flexível ganha cada vez mais espaço ampliada com os encadeamentos dinâmicos próprios de regiões antes fora dos eixos produtivos centrais. Deve ser considerado ainda, de acordo com o mesmo autor que os processos de desenvolvimento econômico de caráter regional (endógeno) não se traduzem como localidades que abdicam de governos estatais e, esses desamparando seus processos internos, tampouco seguindo caminhos desarticulados das cadeias globais. Llorens (2001, p. 129) esclarece que

O papel do Estado continua sendo fundamental para assegurar recursos, infraestrutura e equipamentos, mas deve ser coordenado com as iniciativas subnacionais (locais e regionais), muito mais flexíveis e capazes de identificar as necessidades, recursos e potencialidades do desenvolvimento produtivo e empresarial territorial, e de realizar acordos de articulação estratégica entre diferentes atores sociais nele envolvidos.

Essa perspectiva flexível se reflete como processos que ocorrem de baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades da própria região, suas fontes de matérias primas e capacidades produtivas locais, autofinanciamento, nexos inter setoriais, articulações inter-regionais, coesão social (embora não isento de conflitos) que almejam agregação de valores as cadeias locais para uma melhor inserção em fluxos mais amplos. Brandão (2004) indica que boa parte desse aspecto desenvolvimentista territorial flexível, endógeno “jaz nos ligamentos, interdependência das atividades econômicas encadeadas. Nas combinações não demasiadas rígidas, na concentração inter setorial e espacial de atividades e nas ligações e repercussões entre setores econômicos e seus desdobramentos (...)”, (p. 65-66).

Considerando esses aspectos, a partir do ponto de vista regional, Amaral Filho (2001, p. 262) define o desenvolvimento endógeno como

um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção (...), cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

Essas premissas, elementos e características do desenvolvimento regional endógeno, foram percebidos no decorrer dos anos de 1970 nos Distritos Industriais Italianos¹¹ (MELO,

11O conceito de Distritos Industriais Italianos, remonta ao conceito clássico formulado por Alfred Marshall (1890) de distrito industrial, retomado, por ocasião da crise da produção de modelo fordista, por Giacomo Beccatini (1979). Interessante anotar que derivadas do conceito de externalidades (ou economias externas) formulada também por Marshall presente nos distritos industriais, também surgem os conceitos das Redes de Firms e Clusters, (MELO, 2006). No Brasil, a partir de fins dos anos de 1990, abriu-se com força discussões e análises sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs) como potenciais para desenvolvimento das regiões e

2006), e no exemplo espanhol dos “Sistemas Locais de Empresas” (LLORENS, 2001) derivados conceitualmente dos Distritos Industriais Marshallianos. Esses se definem como uma forma de organização produtiva na dinâmica industrial, em consonância ao novo paradigma de produção flexível e descentralizada constituindo uma rede formada na essência por empresas de pequeno e médio porte, com destacada iniciativa local e forte interação ente as empresas, entre essas e as instituições locais, guardando estreita identificação com a localidade, (MELO, 2006).

As características sublinhadas por Becattini (1990, apud Melo, 2006, p. 32), principalmente no que concerne nesse parâmetro de desenvolvimento, a “população de pequenas e médias empresas” convergem com as observações de Becker e Wittmann (2003) no que diz respeito ao dinamismo econômico regional estar atrelado cada vez mais aos pequenos e médios empreendimentos, que por serem mais flexíveis conseguem se adaptar mais facilmente ao ambiente local/regional com suas particularidades sócio-econômico-culturais, absorvendo mais mão-de-obra que os grandes negócios de alto grau tecnológico.

Da observação da constituição dos distritos industriais, definidos por Marshall (1890), com *upgrade* de Beccatini (1979, apud Melo, 2006), ressalta que é imprescindível pesar a amalgama formada pelos setores social e econômico, pois há “relações estreitas entre as esferas social, política e econômica” (p. 32), de maneira que influenciam e são influenciadas mutuamente, cabendo a primeira papel sedimentante para o encadeamento de processos de desenvolvimento na orbita regional/endógena. Nessa arena, a mesma autora deixa claro que o “sucesso do distrito industrial não está apenas centrado em aspectos econômicos, mas também em aspectos sociais e institucionais” (PYKE; SENGENBERGER, 1990 apud MELO, 2006, p. 32-33), haja vista que “os fatores socioculturais tem papel decisivo na explicação das diferenças regionais” (SOUZA FILHO, s.a., s.p.). Nesse sentido D’avila Garcez (2000, p. 356) também observou que a dinâmica regional dos distritos industriais (italianos),

dizem respeito não só à proximidade geográfica à especialização setorial e à predominância de pequenas e médias empresas, mas principalmente à colaboração interfirmas, [à competição baseada na inovação], à identidade sociocultural que facilita a confiança, à existência de ativas organizações de apoio às empresas e à participação dos governos regionais e municipais”, (grifo nosso).

territórios específicos. Essas abordagens guardam semelhanças entre si no que tange a aglomeração de pequenos e médios negócios em certos territórios com especialização produtiva, busca pela ação conjunta, mantendo vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem mútua e entre os atores locais, como associações empresariais, governo, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS-BRASIL, 2017).

Da mesma forma, Celso Furtado, analisando justamente o caso regional do nordeste brasileiro, já havia alertado para a necessária ativação de forças setoriais não estritamente econômicas, para a alavancagem dos processos de desenvolvimento regional, quando destacava que

sem embargo a experiência tem demonstrado amplamente que o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço na capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventiva. Portanto, se trata de um processo social e cultural, e só secundariamente econômico, (FURTADO, 1982, p. 149).

Sendo assim, Llorens (2001, p. 134), conclui que o “desenvolvimento não é mais o resultado alcançado mediante a busca de equilíbrios irreais de grandes agregados estatísticos macroeconômicos, mas a soma dos diferentes esforços e compromissos dos atores sociais em seus territórios e meio ambiente concretos”. Desse contexto resta enfatizado que “uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores” (GODARD et al., 1987, p.139 apud SOUZA FILHO, s.a., s.p.), ou seja, nos processos de desenvolvimento regional de tipo endógeno é fundamental a busca pela ação conjunta.

Desse cenário arquitetado nos apontamentos de estudos já consolidados, contempla-se que: condições territoriais, distintos aspectos culturais, sócio institucionais, assim como a ocorrência de planejamentos estratégicos, articulados pelos atores sociais, aí incluídos públicos e privados, constituem elementos *sine qua non* para a ocorrência do desenvolvimento socioeconômico, alinhado ao potencial produtivo do território. No mesmo sentido fica destacado, no contexto em tela, que fatores socioculturais, tais como capacidade de articulação, associação, cooperação, coesão social, iniciativa, empreendedorismo, agregação inventiva, podendo ser definidos como “sistema de valores e atitudes” (MELO, 2006, p. 35), fora da arena estritamente econômica, são variáveis intervenientes tanto quanto ou mais elementares que as econômico/financeiras.

Todavia, para além de um “sistema de valores e atitudes”, a mesma autora, resgatando Beccatini (1990), aponta para a necessidade de constituir-se também um “sistema de instituições”, que pode ser composto por “escola, igreja, famílias, mercado, empresas, partidos políticos, sindicatos, entre outros” (Idem, p. 33) capazes de sedimentar os valores e atitudes, mantendo-os vivos através das gerações, configurando-os como características próprias da região, a endogenia desenvolvimentista, como observado nos distritos industriais italianos, e outros exemplos advindos de países de destacado desenvolvimento, pois segundo D’avila Garcez (2000, p. 359) “(...) a inovação e o desenvolvimento econômico originam-se de condições particulares, sociais e institucionais e de características histórico-culturais”, ou

seja, como enfatizado por Amaral Filho, fatores endógenos, “o capital humano, as instituições, a pesquisa e desenvolvimento, o conhecimento, a informação, etc.” (1996, p. 44).

Com certa segurança, pode ser dito que o conjunto formado pelo “sistema de valores e atitudes e instituições”, foi reforçado por Robert Putnam (1996), quando estudando a mesma Itália dos distritos industriais dos anos de 1970, distinguiu regiões, com melhores índices sociais, mais desenvolvidas e outras com estagnação econômica e social. Putnam percebeu que os casos de melhores índices de desenvolvimento estavam de algum modo associados ao bom desempenho das instituições públicas dentre outros aspectos socioculturais. A esse conjunto de elementos, denominou de “Capital Social” (PUTNAM, 1996). Putnam conceituou Capital Social como aquilo que “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Dessa seara interpretativa, destacam-se novamente valores, normas, atitudes e instituições, tais como solidariedade, confiança, hábitos de cooperação, e associações, como fatores substantivos na constituição de processos de desenvolvimento regional. Tal como apontado por Franco (2001, apud Castro, 2008, p. 135), “onde existe capital social, as sociedades exploram melhor as oportunidades que se apresentam e tornam-se mais fortes, as instituições funcionam melhor e as organizações tornam-se mais eficientes”.

Como constatado, a aceleração da globalização econômica, sincronicamente estatuiu aos territórios regionais, para manutenção e/ou inserção nos fluxos globais (BRANDÃO, 2004) a necessidade de fomento as potencialidades locais, criando condições competitivas de inserção nos mercados, pela rota inevitável da inovação tecnológica (NATÁRIO, 2006; LLORENS, 2001), “o que requer um consistente sistema de inovação nacional mas também regional e mesmo local”, (NATÁRIO, 2006, p. 7).

Os sistemas de inovação (SI) de abordagens consideradas contemporâneas relacionadas ao desenvolvimento econômico das regiões que, de forma geral retomam ou reafirmam certos pressupostos destacados nas abordagens sobre desenvolvimento regional e desenvolvimento endógeno, irão cristalizar ainda mais a necessidade do fomento as capacidades e articulações locais para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico. Essas aproximações são percebidas em Garcia et al., (2020, p. 7) quando referencia que “a inovação nos SRI (Sistema de Regional de Inovação), assim como os processos de aprendizado interativo, é resultado de processos endógenos de circulação e compartilhamento de conhecimento local, facilitado por fatores como a confiança, o capital social e a cultura local”.

No entendimento de Lemos e Cario (2016), os estudos clássicos sobre Sistema Nacional de Inovação (SNI) se iniciaram com as primeiras publicações do professor Bengt-Ake Lundvall e do economista Christopher Freeman, onde esses apontavam certas características e políticas específicas que incentivavam a produção e difusão de inovações que, beneficiavam seus processos produtivos, alavancando o desenvolvimento nacional em comparação com outras realidades nacionais. Alguns pressupostos apontados nesses estudos indicam que Cooke (1992; 2001, apud GARCIA, et al., 2020), insere no arcabouço teórico construído sobre SNI, a perspectiva regional, demonstrando que a região se torna palco decisivo para os processos de inovação, devido entre outros, a proximidade geográfica que tem papel “determinante” na difusão do conhecimento tácito¹² que é construído nas relações estabelecidas entre os diversos atores que protagonizam a região.

Merece ressaltar a relevância das relações, das interconexões construídas entre os agentes para o engendramento dos fluxos de conhecimento tão necessários para o desencadeamento sistemático da inovação que possibilita a médio e longo prazo o desenvolvimento socioeconômico das regiões. Os diversos níveis de interação entre os diversos atores compreendidos numa certa região são fundamentais, somados as políticas de inovação, para o desempenho geral das localidades, na chamada economia da inovação ou economia do conhecimento¹³, (D’AVILA GARCEZ, 2000; NATARIO, 2006).

Essas relações possibilitadas pela aproximação dos agentes/atores é reforçada em Garcia (et al., 2020, p. 8) quando registra que “o barateamento e a melhor qualidade nos sistemas de transporte e de telecomunicações não superam a necessidade de contato físico constante entre os agentes, nem mesmo os benefícios competitivos que a proximidade geográfica pode oferecer”. Novamente são percebidos indícios da necessária conjugação de elementos que estão fora da arena econômico-financeira para o progresso regional, ou seja, como expressava Rosenstein-Rodan, “os chamados fatores não econômicos respondem pelo hiato entre as condições necessárias e as suficientes” (apud CARDOSO, 2018, p. 24). Importante considerar que os sistemas de inovação apresentam características específicas devido ao recorte geográfico no qual se acham inseridos sejam regionais, sub-regionais, local

¹² Tanto nas abordagens dos SNI quanto dos SRI são identificados dois tipos de conhecimento, o codificado, formal registrado em bibliografia especializada por áreas de saberes e conhecimentos (revistas, periódicos, artigos, manuais etc) e o conhecimento tácito, não codificado, construído no dia a dia pelas inter-relações processadas entre os diversos atores locais. Pode ser compreendido também como uma decomposição na prática do conhecimento teórico/formal, (LE MOS; CARIO, 2016; GARCIA, et al., 2020).

¹³ De acordo com Guerreiro (2005, p. 132) “indicações recentes provenientes da OCDE indicam que mais de 50% do produto gerado nos países associados a esta organização internacional [União Europeia] resulta de atividades inseridas no que hoje se designa por economia do conhecimento”, Grifo nosso.

e, setoriais com interligações comuns devido ao campo tecnológico e especificidades que compartilham, (LEMOS e CARIO, 2016).

Dessa forma, na interpretação de Ashein e Coenen (2005, apud Lemos e Cario, 2016, p. 47) “o Sistema Regional de Inovação (...) pode ser pensado como a infraestrutura institucional de apoio à inovação dentro da estrutura de produção de uma região”. De forma conceitual, o SRI na formulação de Cooke, Uranga e Etxebarria (1998), apud Lemos e Cario “é um sistema em que empresas e outras organizações estão sistematicamente envolvidas na aprendizagem interativa através de um ambiente institucional enraizado”, (2016, p. 47).

Observa-se da configuração de um SRI a presença de elementos, formas, atos e atores que são comuns e estruturantes nos processos de desenvolvimento regional. Tomam destaque o setor público e privado, do lado desse, as empresas, instituições (de ensino, pesquisa, desenvolvimento) agências, associações e demais órgãos ligados diretamente aos setores produtivos. No tocante ao setor público, além dos próprios poderes constituídos (governo/Estado), diversas categorias de fomento/financiamento e, políticas e diretrizes que orientam a inovação regional após a constituição de uma “infraestrutura de conhecimento, estruturas de suporte à inovação que promovam a difusão da tecnologia, agências de transferência de tecnologia e conhecimento e instituições de P&D”, (LEMOS, CARIO, 2016, p. 47). Ainda da esfera pública exercem protagonismo nos SRI, instituições de ensino, as universidades, institutos tecnológicos de formação, pesquisa, desenvolvimento, agências e laboratórios que produzem conhecimento. No entanto se faz necessário registrar que não basta à estruturação do setor produtivo e a presença de instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, se não houver a necessária interação, a dinâmica interlocutória ao longo do tempo, sistematicamente estabelecida como explicitado por D’avila Garces (2000, p. 361),

(...), mais importantes do que a existência de um aparato institucional em si, como universidades e programas de treinamento, são as ligações diretas ou indiretas estabelecidas entre estas e o setor privado. Será de pouca valia estimular a construção de competências no interior da firma se existirem, por exemplo, grandes empecilhos à formação de redes e à cooperação na produção e no uso do conhecimento.

No cenário de apreciação de diferentes contextos dos quais emerge o desenvolvimento socioeconômico, nota-se uma convergência no que concerne aos atores locais/regionais, no sentido dos mesmos estarem protagonizando redes de articulação, sendo esses públicos e privados, na construção de um ambiente sócio-econômico- cultural inovador. Llorens (2001, p. 141), nessa ordem, observa que

os principais atores públicos locais são as autoridades subnacionais (estaduais e municipais), (...). Outros atores públicos relevantes podem ser as universidades e liceus técnicos, centros de extensão tecnológica, institutos de capacitação e

empresas de consultoria organizacional, instituições financeiras públicas, etc. Entre os atores privados ressaltam-se as associações e as câmaras de empresários, instituições financeiras privadas, cooperativas de trabalhadores e camponeses, sindicatos, centros de capacitação e universidades privadas, organizações não governamentais etc..

Os mecanismos que se evidenciam como necessários para a consecução da dinâmica da inovação regional, entre outros, “aprendizado interativo, produção de conhecimento, proximidade geográfica e enraizamento social, (...) percebidos nas relações pessoais e redes firmadas entre pessoas e empresas” (LEMOS, CARIO, 2016, p. 48) guardam estreita relação com os “sistemas de valores, normas e atitudes” e “sistema de instituições” (MELO, 2006) que, por sua vez remetem a concepção de capital social, enfatizado por Putnam, ou seja, sem muitas incoerências pode ser dito que os processos de desenvolvimento de tipo regional, endógeno ou a partir dos SRI ou mesmo dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) estão diametralmente ligados a atuação, a interação dos atores locais que dessa forma repousa nas vontades políticas (HIRSCHMAN, 1996), daqueles que ainda devem “evitar a resistência estrutural a redução das desigualdades sociais e orientar o processo de investimento (...)”, (BRESSER-PERREIRA, 1995, p. 8).

Crucial ainda observar que para, “além disso, a compreensão destes sistemas pode ajudar os governantes e todos os agentes em geral a desenvolver abordagens que aumentem a performance inovadora e a competitividade numa economia cada vez mais baseada no conhecimento”, (NATARIO, 2006, p. 8). Embora a simples presença de certos atores/instituições, como observado, não garanta a formatação das dinâmicas regionais, resta comprovado que as condições necessárias para principiar processos inovativos, em última análise o próprio desenvolvimento, são e podem ser subscritos a partir de uma infraestrutura educacional nas suas mais distintas ramificações que permitam o progresso técnico/científico –conhecimento- e sua transmissão a sociedade e, aos setores produtivos, pois segundo Madureira (2015, p. 14), nos processos de desenvolvimento “são necessários também, maciços investimentos em educação, saúde e capacitação”.

Sendo assim, é nesse panorama de desenvolvimento socioeconômico, cada vez mais marcado pelo avanço tecnológico, na inovação produtiva inclusive em setores considerados tradicionais (AMARAL FILHO, 2001), na economia do conhecimento, num intenso processo de globalização, e dentro das mais variadas perspectivas para o desenvolvimento regional que as mais distintas instituições de ensino, são consideradas cada vez mais, “elemento-chave” (ROLIM, SERRA, 2009, p. 89) a exercerem o protagonismo regional na articulação e sistematização de processos de desenvolvimento, isso “(...) porque o aprendizado é o ponto de partida para a inovação” (idem, p. 91) e outras perspectivas de desenvolvimento.

O papel atualizado e/ou redefinido dessas instituições de formação/capacitações junto às comunidades necessita superar os objetivos, as expectativas tradicionais almejados com a implantação de unidades em locais predefinidos, ou seja, a “instalação de uma universidade (ou de uma unidade de ensino superior) correspondia sempre a uma animação dos mercados locais de consumo, da habitação e a eventual atração de atividades econômicas no âmbito dos serviços prestados às pessoas”, (GUERREIRO, 2005, p. 142). Contudo esses impactos de curto prazo, -“efeito gasto”¹⁴- sejam percebidos na lógica do desenvolvimento local/regional, a atuação das universidades e seus agentes diretos e indiretos devem convergir ao engajamento com outros atores locais na promoção do desenvolvimento das localidades, isso, pois,

a longo prazo, nenhuma economia continuará equilibrada se os professores realizarem um trabalho inferior nas escolas e, na maioria das comunidades modernas, a realização de elevados propósitos sociais está intimamente relacionada com a produtividade econômica, (BEEBY, 1973, p. 23).

Nesse aspecto, Llorens (2001, p. 142), complementa que “entre outros aspectos, são essenciais a aptidão do sistema educacional para estimular, a partir da escola, o pensamento criativo e as atitudes favoráveis à mudança, à inovação e a formação empresarial”.

No Brasil as universidades, sobretudo públicas, e recentemente os Institutos Federais (IF) que compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica, vem reforçando a importância da organização das comunidades regionais em torno do desenvolvimento, onde os atores locais tem o ofício de fomentar a inovação, com aquelas, fazendo parte dessas comunidades, fornecendo suporte institucional às sociedades, nos campos técnico e científico viabilizando “condições necessárias”¹⁵ para o desenvolvimento socioeconômico, pois manipulam elementos basilares nesses processos, tais como “produção de conhecimento, formação de capital humano, transferência de conhecimento, inovação tecnológica, promoção da liderança, infra-estruturas científicas e tecnológicas, animação do ambiente regional”, (GUERREIRO, 2005, p. 144-145). Finalidades essas que são alcançadas “(...) ao articularem no território os diversos planos econômico, social, ambiental, cultural e institucional, buscando dar ao conjunto uma coerência maior na estratégia do desenvolvimento local”, (LLORENS, 2001, p. 138).

¹⁴ De acordo com De Faveri (et al., 2018, p. 130) esses efeitos estão relacionados “com os investimentos de infraestrutura, com os salários pagos aos professores, aos técnicos e a outros funcionários, com os gastos de manutenção da estrutura do campus, com a demanda habitacional, por alimentação e por outros serviços etc. que impulsionariam e retroalimentam a economia local”.

¹⁵ Rosenstein-Rodan apud Cardoso (2018, p. 24).

Desse panorama, resta evidenciado o quanto a participação coletiva, os processos interativos, aglutinantes que se estabelecem entre instituições públicas e privadas –atores-, em conjunto com a comunidade local, é estratégia determinante no caminho de um potencial desenvolvimento regional, por distintos paradigmas identificados em diversas realidades, levando em conta o próprio processo de descentralização do desenvolvimento econômico, ora em voga, que busca o (...)“fomento da diversificação produtiva como fator de solidez da economia local, buscando reduzir os excessivos níveis de vulnerabilidade ou dependência externa”, (LLORENS, 2001, p. 138). Nessa evidência da necessária participação das instituições, enquanto agentes para o desenvolvimento, cabe uma reflexão para elucidar as concepções sobre esse segmento considerando que o objeto da pesquisa, o Instituto Federal Farroupilha, campus de Júlio de Castilhos atua no contexto local e regional na perspectiva do engajamento político, econômico e social enquanto “estratégias institucionais” em favor do desenvolvimento socioeconômico.

2.2 Educação Profissional: marcha histórica até a consolidação dos Institutos Federais

Os processos produtivos criam produtos e geram técnicas que por sua vez proporcionam bem estar às sociedades. Nos momentos iniciais da marcha humana, produtos e técnicas eram fruto de casualidades, que ao serem incorporadas nos afazeres diários implicavam na melhora da qualidade de vida ou na manutenção da própria da vida por meios mais eficientes de caça e defesa, (saúde e segurança) cada vez mais condicionados aos aperfeiçoamentos das técnicas e desenvolvimento de produtos. Aqueles aperfeiçoamentos, que se consolidavam como conhecimentos construídos socialmente, acumulados, passados a gerações posteriores, garantiram a perpetuação da espécie ou, vale dizer, condicionaram os processos de desenvolvimento social.

Numa perspectiva histórica evolutiva, os processos de construção e transmissão de novos saberes (formação formal - conhecimento técnico científico) sempre determinaram o grau de desenvolvimento das sociedades, ou ao longo do tempo esse está ligado intrinsecamente àquele. Contemporaneamente, o conhecimento científico com o desenvolvimento tecnológico continua sendo fator determinante para o saneamento de necessidades da sociedade global. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2020, p. 2) “acredita que as novas tecnologias têm o potencial para promover o desenvolvimento sustentável e gerar maior impacto no desenvolvimento”. Evidencia-se desses pressupostos uma relação direta entre o desenvolvimento das sociedades no sentido da qualidade de vida (conforto, segurança) com suas capacidades de criações científicas e

tecnológicas. Depreende-se ainda que esse último, sendo imprescindível num mundo moderno está diretamente relacionado com seus processos de impulsionamento no seio das sociedades que se verifica com a implantação de sistemas formais de aprendizagem que, por sua vez alavancam o progresso das ciências e tecnologia, pois como visto, “elas oferecem novos meios de abordar desafios globais complexos, com a possibilidade de impulsionar a prosperidade de forma sustentável e a longo prazo para as pessoas e para o planeta”, (PNUD, 2020, p. 2).

Como visto anteriormente, os processos formativos – educação- é um fator chave de promoção do desenvolvimento e insumo primordial para o progresso tecnológico. Dada sua primazia, a literatura sobre desenvolvimento regional vem se debruçando sobre as formas de fortalecimento do fator educação, demonstrando sua relevância no desenvolvimento das aptidões à invenção e a iniciativa que são fatores fundamentais para o acréscimo de riquezas em uma sociedade. (BEEBY, 1973; LLORENS, 2001; DOWBOR, 2003; ROLIM; SERRA, 2009; LEMOS; CARIO, 2016).

Como a educação não pode ser desvinculada do todo social, ou seja, também influencia e é influenciada por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, uma vertente desses estudos aborda a educação de nível tecnológico, haja vista a inserção e a necessidade de progresso científico e tecnológico nos processos de desenvolvimento socioeconômicos. Verifica-se que esse tipo de formação esteve presente desde os primórdios do capitalismo, através das Guildas¹⁶ surgidas no Séc. XII, as quais exerciam ensino e formação profissional nas mais diversas áreas manufactureiras, tipo histórico de formação técnica que vai orientar a criação de escolas profissionais, muito disseminadas pela política industrial dos países europeus para aprofundar seu processo de industrialização nos séculos XVIII e XIX (REVISTA EUROPEIA FORMAÇÃO PROFISSIONAL).

No Brasil, Silva (2020), baseada em Moura (2007), sustenta que a constituição de um sistema de formação profissional começa a ser configurado, a partir da instalação da corte portuguesa em 1808, que autorizou o funcionamento de instituições para acolhimento de órfãos e abandonados com viés para formação profissional. Segundo esses autores, o delineamento de ações da autoridade central que irão culminar, anos mais tarde num sistema estruturado “nacionalmente” para a formação profissional estabeleceu o seguinte percurso histórico:

16 As guildas eram corporações de ofício, sistema mestre-aprendiz que, a partir do século XII, passaram a reunir as pessoas que nas cidades ou vilas trabalhavam no mesmo ramo ou ofício, regulando todo o processo de produção e, formação de novos artesões.

Quadro1- Ações para o estabelecimento da educação profissional no Brasil de 1809 a 1886

Séc. XIX	
1809	D. João VI - Príncipe Regente - estabelece o Colégio das Fábricas.
1816	É criada a Escola de Belas Artes com o objetivo de articular o ensino das ciências e do desenho para os ofícios a serem realizados nas oficinas mecânicas
1854	Criação de estabelecimentos especiais para menores abandonados, chamados de Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos que ensinavam as primeiras letras e encaminhavam os egressos para oficinas públicas e particulares, através do Juizado de Órfãos.
1861	Criação do Instituto Comercial no Rio de Janeiro, para ter pessoal capacitado para o preenchimento de cargos públicos nas secretarias de Estado.
1858-1886	Criadas as sociedades civis destinadas a dar amparo a crianças órfãs e abandonadas, possibilitando-lhes uma base de instrução teórica e prática e iniciando-as no ensino industrial. Entre estas sociedades, as mais importantes foram os Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1858), de Salvador (1872), do Recife (1880), de São Paulo (1882), de Maceió (1884) e de Ouro Preto (1886).

Fonte: Adaptado de Silva (2020).

Contudo, a natureza proeminente assistencialista¹⁷ percebida nos primeiros “traços históricos” da constituição de uma Educação Profissional (MOURA, 2007), não se pode desprezar as evidências tanto de uma proposta pedagógica para início de uma Educação Básica, como também de uma formação técnica/profissional, embora naquele contexto fosse almejado o “atendimento a menores abandonados e órfãos” (MOURA, 2007, p. 6), também fica evidenciada a preparação para o desempenho de funções específicas. Seja para a produção de bens básicos, bem como no atendimento as demandas administrativas/burocráticas da corte, instalada num espaço até então tido unicamente para exploração.

Da preparação técnica proporcionada nessas escolas e instituições, destacavam-se os ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria e outros ramos ligados à metalurgia (MOURA, 2007). Nota-se, embora não fosse o objetivo traçado para o Brasil naquele contexto, o potencial dinâmico que esses ramos produtivos em condições normais poderiam desencadear, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico, demandando automaticamente como demonstrado anteriormente, o constante e progressivo aperfeiçoamento técnico/tecnológico.

¹⁷ Deve-se considerar que em 1808, com a chegada da corte portuguesa, se abriram os portos brasileiros, ou seja, foi autorizado o comércio com outras nações, Inglaterra, sobretudo. Ato que aniquilou a “rudimentar indústria artesanal” que não conseguia fazer frente aos produtos industriais europeus, diversificados, de baixo custo e melhor qualidade. Realidade que perdura pelo menos até 1844, quando houve aumento tarifário para importações, quando a indústria teve que começar praticamente do zero (Prado Júnior, 2004). Fato que comprova o caráter meramente assistencialista dessas medidas.

A partir de 1906 a trajetória para o estabelecimento do Ensino Profissional ganha novos contornos com a sistematização de ações governamentais. Silva (2020) assim sintetiza as principais ações do período:

Quadro 2 - Ações políticas para o estabelecimento do Ensino Profissional no Brasil de 1906 a 2017

Séc. XX	
1906	Nilo Peçanha, presidente do Estado do Rio de Janeiro iniciou no Brasil o ensino técnico, por meio do Decreto 787/11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais: Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. As três primeiras para o ensino de ofícios e a última a aprendizagem agrícola. O Ensino profissional passou a ser atribuído ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.
1909	Nilo Peçanha assume a presidência da República e cria em 23 de setembro de 1909, com a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezoito Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.
1930	Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública onde foi estruturada a inspetoria do ensino profissional técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices. Em 1934, foi transformada em superintendência do Ensino Profissional. Período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.
1931/1934	Foi criado o Conselho Nacional de Educação. A Constituição de 1934 estabeleceu as competências da União para traçar as diretrizes nacionais e fixar um plano nacional de educação, com recursos destinados a pasta.
1937	Lei específica transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.
1940	Construção de dez casas de Educandos e Artífices em capitais brasileiras.
1942	Com a Reforma Capanema foi normatizada a educação brasileira com as Leis Orgânicas da Educação Nacional criado também, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.
1959	As Escolas Industriais e técnicas são transformadas em Autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, dessa forma as instituições ganham autonomia didática e de gestão. É intensificada a formação de técnicos diante de um acelerado processo de industrialização.
1978	Três escolas técnicas federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em centros Federais de Educação Tecnológica- CEFETs. Essa mudança confere a atribuição de formar também engenheiros de operação e tecnólogos.
1994	A Lei nº 8.948 de 08 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais (ETFs) e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.
1997	É instituído o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP.
1999	O processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978 é retomado.
2008	A lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia.

Fonte: Adaptado de SILVA (2020).

Como visto, com o princípio dos anos 1900, observam-se mudanças significativas concorrendo para o estabelecimento do Ensino Profissional. O primeiro aspecto a ser considerado é a construção republicana em curso desde 1889 e, com ela a fixação das esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal. Essa definição conferia autonomia aos governos locais para o estabelecimento entre outras, de políticas de Educação e Ensino Profissional. Foi nessa esteira que o governo do Estado do Rio de Janeiro criou as primeiras escolas profissionais, em 1906. (MOURA, 2007; AMORIM, 2013; SILVA, 2019).

Outro aspecto de grande significância observa-se a partir desse ponto: o caráter de política pública no concernente a ações relacionadas ao estabelecimento de um sistema de educação, “quando houve um esforço público de organização da formação profissional” (MOURA, 2007, p. 3), primário e gratuito, “sendo custeados pelo Estado Brasileiro”¹⁸, haja vista que emanam a partir daquele momento, -1909-, de autoridade legalmente instituída para legislar sobre um Estado Nacional, dessa forma “o sistema proposto pelo governo tinha abrangência nacional e procurou organizar a educação profissional mediante a oferta de educação primária e profissional”, (AMORIM, 2013, p. 34).

Dessa forma, com a atuação do governo central em articulação com os Estados (AMORIM, 2013), houve a regionalização das Escolas de Aprendizes, instaladas nas capitais estaduais¹⁹ com a formação técnica abdicando do campo estritamente assistencial, para fazer parte da agenda do governo federal, compondo estratégias para o crescimento econômico, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (MOURA, 2007). Essa nova perspectiva para a formação técnica, fica evidente no expressivo discurso do presidente da república, quando declarava que “a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também, para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (discurso de posse do Presidente Afonso Pena em 15 de novembro de 1906)²⁰.

Cabe lembrar que a par da formação técnica, pensada para o atendimento das necessidades da indústria manufatureira e setor de serviços, crescia de maneira mais acentuada o “ensino agrícola para capacitar chefes de cultura, administradores e capatazes” (MOURA, 2007, p.6) com a “administração pública, (...) criando e multiplicando campos de experimentação (...), e postos zootécnicos” (PRADO JUNIOR, 2004, p. 216), pois segundo esse ainda se persistia na diversificação de produtos agrícolas, com “a concentração de esforços da política oficial no empenho em desenvolver a produção de novos gêneros exportáveis em substituição dos antigos em decadência”²¹.

Entretanto, como percebido, o reconhecimento e a inserção da formação técnica na ordem do dia da lógica do desenvolvimento do país e paulatinamente, pelas ações governamentais aferir-se sua materialização, lado a lado com a modernização produtiva pela

18 Ibid

19 O Rio Grande do Sul não foi contemplado, porque já contava com uma instituição com finalidade semelhante, o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre – Instituto Parobé. (KUNZE, 2009 apud AMORIM, 2013, p. 32).

20 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

21 Ibid, p. 292.

via industrial, isso vai ocorrer “sem lhe comprometer a essência colonial”²², (PRADO JUNIOR, 2004, p. 301).

As décadas de 1930/40 foram bastantes intensas e impactaram para a elevação do grau de importância da formação técnica, refletindo na oferta e expansão, com a criação de mais dez instituições, agregando diversas áreas profissionais ligadas a indústria com graus distintos na formação. As Escolas de Aprendizes foram transformadas em Liceus²³ profissionais, e à pasta da Educação foram destinados recursos específicos, consolidando a formação técnica no Brasil (AMORIM, 2013). Wittaczik (2008, p. 79) sintetiza que:

A década de 1930 é considerada referencial histórico para a Educação Profissional do Brasil, pois essa década configurou o início da industrialização no país e possibilitou a institucionalização de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo. Igualmente esclarecemos que, na década de 1940, também foi de suma importância para a educação profissional brasileira, pois, com o surgimento do Sistema S, tomou impulso em amplitude de atendimento.

Esse impulso impactante deve-se no contexto interno, ao governo de Getúlio Vargas que pelo planejamento estatal, com políticas públicas deliberadas, vai constituir a indústria nacional, mudando o “centro dinâmico” da economia que, passa do domínio agrário exportador, para o dinamismo urbano e industrial (FONSECA, 2003; FURTADO, 1981). Pelo contexto externo, contribuiu a crise de 1929, que praticamente paralisou as exportações de café, principal produto de exportação, levando o governo a pesados investimentos no setor industrial e de serviços (a exemplo dos países mais desenvolvidos que optaram politicamente investir nos setores mais dinâmicos da economia), gerando automaticamente maiores oportunidades de emprego em atividades de elevada produtividade e que “exigia um

22 Cabe nessa conjuntura, a relativização de alguns fatos colocados em abordagem: até o início dos anos 1930, embora o crescimento da indústria no Brasil, devido também às condições favoráveis proporcionadas pela eclosão da Iª Guerra Mundial, suas estruturas eram ainda muito precárias (pois instaladas pelas possibilidades de lucro imediato), não passavam de rudimentares processos artesanais com baixo aperfeiçoamento tecnológico, sem necessidades de absorver mão de obra mais especializada, com formação técnica, além de estarem dispersas sem articulações produtivas. Deve ser considerado ainda o passado recente da produção escravocrata que, liberou grande contingente de potenciais trabalhadores (ainda a margem da profissionalização, analfabeta e a mercê de toda ordem de exploração) que, naquele contexto servirão como mão de obra disponível e a muito baixo custo, dualizando com trabalhadores mais qualificados que poderiam encontrar dificuldades para inserção em postos de trabalho com salários mais condizentes -talvez aí repousem algumas das causas das altas taxas de evasão e abandono das primeiras Escolas Técnicas (CUNHA, 2000; SANTOS, 2003; AMORIM, 2013)-, (PRADO JUNIOR, 2004). Nessas condições, o empreendedor industrial, não realizava investimentos em processos de modernização da indústria, devido aquele “exército de mão-de obra reserva”, mantendo uma indústria débil, com baixos investimentos, desarticulados e de curto prazo. (FURTADO, 1982; PRADO JUNIOR, 2004). Por fim, faz-se ainda necessário destacar, pois, talvez contemporaneamente possa implicar nas dificuldades de inserção em postos de trabalho de um contingente de profissionais oriundos também da formação técnica profissional, que eram, e são as escolhas políticas que colocam o país na situação de refém de poucos produtos primários destinados a exportação, repercutindo em todas as esferas sociais (HIRSCHMAN, 1996).

23 O dicionário designa Liceu, como um estabelecimento de ensino de segundo grau. Na Grécia antiga, era um ginásio fora de Atenas onde ensinava Aristóteles. Deduz-se que no Brasil desejava-se imprimir a grande importância que representava para o ensino, naquele momento.

contingente de profissionais mais especializados para a indústria, o comércio e a prestação de serviços”, (MOURA, 2007, p.8). Agrega-se a esse contexto, o período que antecedeu o segundo conflito mundial e, seu próprio transcurso que virá a potencializar o desenvolvimento do setor industrial brasileiro, que de tão significativo reflete também no ensino profissional, quando se inicia a “vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo”²⁴.

Dada à multidimensionalidade dos acontecimentos que refletiam em todos os âmbitos da sociedade, travaram-se a nível governamental intensos debates sobre o futuro da educação básica, geral e a formação técnica. Fundamentalmente essas propostas, defendiam, de um lado, uma “escola única, pública, comum, obrigatória, gratuita” (DORE, 1989 apud AMORIM, 2013, p. 35), inserida numa vertente mais liberal, arquitetada pelo grupo dos “Pioneiros da Educação” e de outro, por agremiação de intelectuais com inspiração religiosa católica defendiam um sistema de ensino privado (AMORIM, 2013). Adiante dos parlamentos dessa questão básica estrutural, não menos importante principalmente às classes menos providas, embora afastadas do debate, constituem-se plataformas de concepções que colocam de um lado a formação técnica para exercício profissional e, de outro uma formação humanista, geral com inserção de trilhas técnicas/tecnológicas ou, vice-versa²⁵. Afora as dominâncias políticas, filosóficas e até mesmo ideológicas que cercam a educação profissional e tecnológica nos dias atuais talvez fosse mais edificante considerar que “alternativamente, o ensino técnico deveria ser uma opção (talvez mais atraente) para o jovem em relação ao ensino médio regular – no qual ele teria uma formação técnica com elementos de uma educação regular”, (DE FAVERI, et al., 2018, p. 129).

No avolumamento desses debates enquanto germinavam indefinições internas a cerca da formação geral e profissional, “órgãos sindicais de representação profissional” (AMORIM, 2013, p.39), com regulamentação governamental (SILVA, 2020) instituem um sistema privado²⁶ para atendimento da formação profissional proeminente técnica para rápida inserção

24 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

25 Cabe anotar que esse embate persiste no ensino técnico até os dias atuais, refletindo em muitas situações a ausência de uma identidade para o ensino secundário e técnico, gerando contradições, fomentando disputas infrutíferas no bojo da dicotomia, acadêmico/científico – técnico/tecnologia (RAMOS, 2021).

26 O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de 1942. Em 1946 foram instituídos: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Essas instituições atualmente compõem o chamado Sistema “S”, comportando ainda o Serviço Nacional de Aprendizagem dos transportes (SENAT), Serviço Social dos Transportes (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). (MOURA, 2007).

nos postos de trabalho que vinha ao encontro das necessidades do desenvolvimento econômico constatado no período.

Até a instauração do regime militar, a esfera educacional como um todo volta a capitanear intenso debate, estruturado nas dualidades público/privado, formação geral (ciências, letras e artes) formação profissional (AMORIM, 2013). A *lo largo* daquelas disputas, impregnadas de ideologias que em muitos quesitos, não encravavam os interesses de ampla parcela social, a formação técnica vinha sendo reestruturada. Processo que conferia maior responsabilidade e comprometimento institucional com a formação profissional, amalgamada com o processo de desenvolvimento do país, inclusive verificado durante o regime ditatorial, no qual a “educação aparece como a grande alavancadora do desenvolvimento” (MOURA, 2007, p. 11), embora fosse utilizada também como veículo ideológico (MOURA, 2007). Tal é percebido quando ainda em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são alçadas a condição de Autarquia e passam a denominação de Escolas Técnicas Federais, gozando de autonomia didática e administrativa, concentrando a partir daí também a formação de engenheiros e tecnólogos (SILVA, 2020).

Nesse meio tempo, até a década de 1980, embora a mão pesada dos governos militares que institucionalizou a obrigatoriedade da profissionalização ao nível do 2º grau, dando fim ao menos em termos teóricos da dicotomia, educação básica/educação profissional, as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais,

consolidaram sua atuação principalmente na vertente industrial (...) por meio dos cursos de Técnico em Mecânica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mineração, Técnico em Geologia, Técnico em Edificações, Técnico em Estradas etc, e no ramo Agropecuário, (MOURA, 2007, p. 13).

Nesse quesito, a autora esclarece que as “ETFs consolidam-se ainda mais como referência de qualidade na formação de técnicos de nível médio”²⁷. Da população de egressos, se constata que grande parcela de técnicos de nível médio formados nas ETFs e EATs era absorvida por empresas de vários portes, ligadas aos mais diversos ramos da economia, a exemplo de Petrobras e Vale do Rio Doce (MOURA, 2007). Pode deduzir-se desses apontamentos que a qualidade da formação técnica comprovava-se também pelo nível de empregabilidade de seus egressos, pelas mesmas indicações, pode ser referido que a formação técnica profissional atendia aos anseios de parcela social, daqueles que buscavam possibilidades mais imediatistas de emprego e renda. Contemporaneamente Silveira (2017), observou a permanência da qualidade da formação técnica proporcionada por escolas federais, como também a inserção nos postos de trabalho como principal anseio de muitos discentes da

27 Ibid.

educação técnica profissional, pois ai se inserem para “buscar conhecimento, para chegar preparado no mercado de trabalho” (SILVEIRA, 2017, p. 48)²⁸, porque “o IF Farroupilha tem um ótimo ensino, pois os alunos já saem treinando para o trabalho e os professores são bem qualificados”²⁹.

Há que se fazer referência também às evidências de que o sistema de ensino estava inserido numa estratégia nacional de desenvolvimento do país, assim a opção política incluía como fundamental a formação técnica para atendimento do ramo mais dinâmico da economia, a indústria. Contudo a qualidade daquela estratégia não é o foco deste estudo, a qual estava baseada no endividamento externo, gerando altos índices de desigualdade e a própria permanência do caráter ditatorial.

Com o reingresso do país à arena democrática e este “tentando reconstruir o estado de direito, de modo que os conflitos não eram pequenos em torno de projetos societários distintos” (MOURA, 2007, p. 14), a profissionalização vai perdendo seu caráter obrigatório, pelo menos na esfera estadual, já que permanece nas Escolas e Centros Federais, ao mesmo tempo em que se reacendem as disputas em torno de “uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos”³⁰, de cunho humanista, contrastada pela defesa da submissão da educação aos setores privados, (MOURA, 2007; AMORIM, 2013).

No período de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), com o país já sob o signo neoliberal³¹, consolidam-se os interesses privados sobre a esfera educacional onde as universidades públicas sofrem maior revés, devido a cortes orçamentários e avanço das instituições privadas, todavia a priorização do ensino fundamental sobre os demais níveis (LUSCHER, 2009; RAMOS, 2021). No tocante a educação profissional, esta é acomodada de forma paralela ao sistema regular e, volta-se novamente a desvinculação entre ensino médio e educação profissional que passa a ser oferecida de forma concomitante ao ensino médio com matrícula e currículo distintos e na forma subsequente, ou seja, após a conclusão do ensino médio, (MOURA, 2007).

28 Depoimento de aluno de curso técnico integrado, em pesquisa de mestrado.

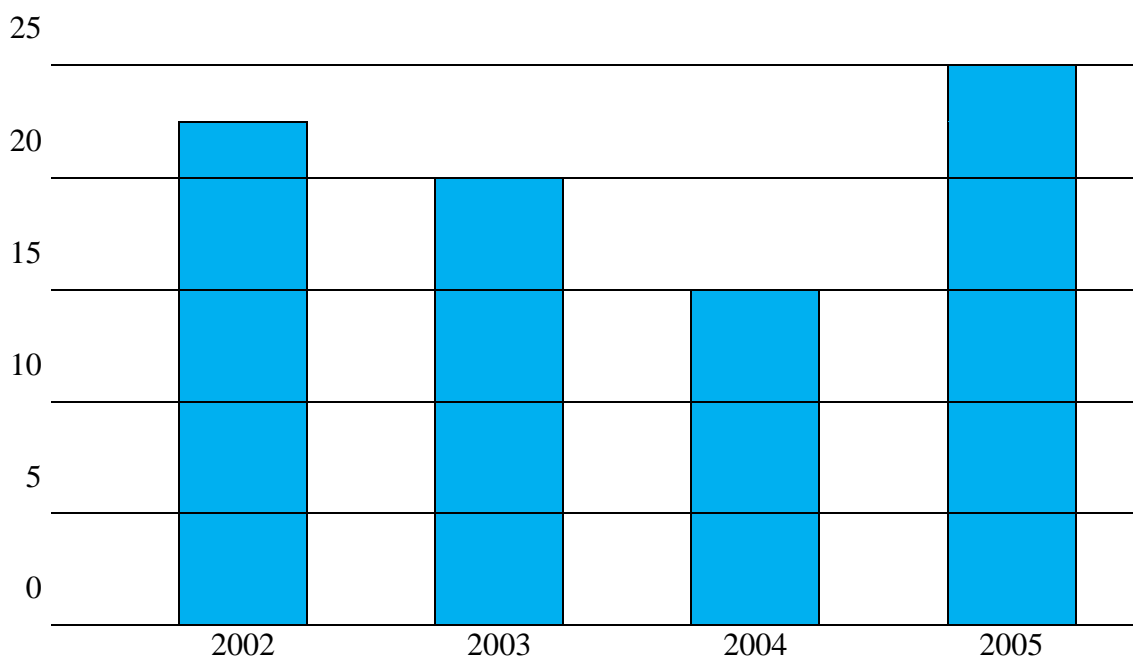
29 Idem p.49.

30 Ibid.

31 Em linhas gerais, o Neoliberalismo remete a processos de desenvolvimento com financiamento externo que entre outras formas de desestruturação econômica e social leva ao endividamento com organismos internacionais, pela captação de capitais especulativos, não produtivos, venda de empresas públicas para honrar os financiamentos, abandono da integração produtiva para a meramente comercial, desativação de pesquisa tecnológica que passa a mãos de empresas multinacionais, transferência de renda aos países centrais, crescimento do desemprego, aumento da massa de excluídos, crescimento da criminalidade (CERVO, 2000).

No tratamento paralelo dispensado a educação profissional frente ao sistema básico, o governo, instituiu, pelo Decreto nº 2208/1997, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), iniciado efetivamente em 1998 sob a cifra de 1 bilhão de dólares (500 milhões via empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, contra partida nacional de mesmo valor). Pelas suas propostas basilares, o PROEP pretendia promover uma reforma/reestruturação da educação profissional (MEC/SET, 2010), inserida na lógica do Estado Neoliberal, com financiamento externo, no sentido de capacitá-las ao autofinanciamento buscando arrecadação “a partir da prestação de serviços a comunidade”, (MOURA, 2007, p. 17). Cabe registrar que o programa teve seus repasses suspensos em 2003, por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) devido a inúmeras irregularidades na condução do mesmo. Ainda no governo de FHC houve a retomada do processo de transformação das escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Embora esse movimento de retomada; o programa de expansão, a criação ainda em 1995 dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), implantados inicialmente no nordeste brasileiro, como espaços de uso comunitário para disseminação da ciência/tecnologia e ensino profissionalizante formal e não formal, explorando os potenciais socioeconômicos de cada região (MEC/SETC, 2010), pode-se dizer que a educação profissional e tecnológica vinha apresentando certa “estagnação”, se considerado área de abrangência (espaços territoriais), novas unidades, áreas formativas (cursos), número de vagas e investimentos. Do recorte desse último em relação ao PROEP, ficam evidências sensíveis do período em questão:

Gráfico 1 – Valores executados no PROEP (em R\$ milhões)



Fonte: MEC/SETEC, 2010.

Será no período de governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003/06-2007/10) e Dilma Rousseff (2011-2016) que,

a educação profissional ressurgiu como uma política pública para o desenvolvimento do país, visando proporcionar a inclusão de jovens e de trabalhadores no mercado de trabalho, tendo como um dos objetivos colaborar com o desenvolvimento local e regional através da oferta de cursos técnicos, tecnológicos e profissionalizantes, (STUNPF, 2016, p. 19).

Essa nova oxigenação experimentada pela educação profissional e tecnológica, foi efetivada “principalmente a partir do segundo mandato “(...), 2007-2010” (GOUVEIA, 2016, p. 3) com a criação de novos programas de formação e capacitação, expansão da oferta nessa modalidade e a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (Lei nº 11.892/2008), sob a “expectativa de que a expansão da EPT serviria como uma nova expressão das políticas de redução das iniquidades sociais e territoriais” (DE FAVERI et al., 2018, p. 126), sob pesados investimentos federais como os observados no período, de acordo com o gráfico a seguir.

Gráfico 2- Despesas efetuadas pelo MEC com a Rede Federal (2003-2013) – em R\$ bilhões

Despesas Realizadas pelo Ministério da Educação com a RFEPCT. Brasil. 2003 a 2013. (Em R\$ bilhões)*



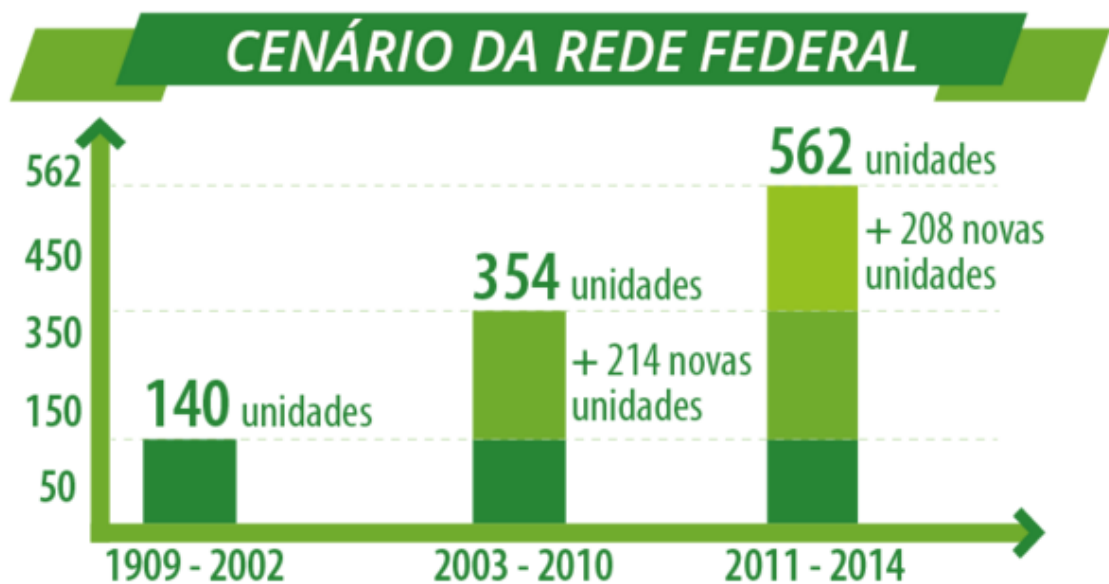
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados constantes das Prestações de Contas da Presidência da República, referentes aos anos de 2003 até 2013.

*Nos valores do gráfico estão agregados o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, e os mesmos foram deflacionados pelo IGP-DI/FGV a preços de fevereiro de 2015.

Fonte: Santos (2015) apud Gouveia (2016, p.4).

O princípio desse novo paradigma na esfera da formação profissional técnica, tecnológica se insere num “contexto político-econômico contemporâneo transformado”, (VIEIRA, 2017, p. 278) no qual as “funções das IES” (Idem) e também aí dos IFs foram “reavaliadas sob uma perspectiva territorial” (Idem), contexto no qual se destaca como firme propósito, o subsídio das novas instituições no atacamento das fragilidades locais. No interregno em questão, momento mais expressivo, embora o processo de ampliação seguisse pelos anos seguintes, conforme a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) foram criadas 214 novas unidades, como pode ser observado abaixo:

Gráfico 3 - Ampliação das unidades da Rede Federal



Fonte: MEC/SETEC, 2010.

Como verificado, vultosos investimentos foram envidados para a constituição da rede federal que, atualmente soma 661 unidades, dentro de suas esferas, vinculadas a 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e mais 22 Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais (MEC/SETEC, 2010). Para esse novo paradigma de atuação governamental na esfera dos direitos sociais ao que parece associado também a anseios quanto à equidade em termos de processos de desenvolvimento regionais, as convicções que aparentam ter norteado a concepção da rede, embora não só, de acordo com Stunpf (2016, p. 41) é que:

Cabe às instituições de ensino, assim como as políticas públicas, repensar meios de formação e capacitação de seus atores e difusores para que possam atender as necessidades de sua população, inclusive dos mais jovens, para que possam mantê-los em suas regiões, fazendo parte da construção do desenvolvimento de sua região.

Nesse conjunto de ideias é pertinente retomar Vieira (2017) uma vez que é convergente, quando esse insere as IES nesse novo momento político-econômico, ligando também suas novas responsabilidades ao desenvolvimento regional, ao passo que aos IFs foram atribuídos os mesmos ônus, pois observa-se que:

Suas atividades intrínsecas de pesquisas básicas e aplicadas, de disseminação de conhecimento científico e tecnológico e de formação e qualificação de recursos humanos incidem de forma decisiva na evolução e na trajetória do progresso técnico e, por consequência, no desempenho das empresas e, em termos mais amplos, da economia em seu conjunto, (VIEIRA, 2017, p. 279).

Nessa seara, ao serem concebidos, os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, foram inseridos em distintos locais considerados em condições de polarizar processos de desenvolvimento, articulados às comunidades e outros atores regionais ou, nos dizeres de Silva (2019, p. 66), a dilatação da Rede Federal, “propunha a criação de unidades em cidades em que o MEC considerava como polo de desenvolvimento regional”, atendendo ao critério “geográfico” que apontava para uma população em torno de 50 mil habitantes e/ou uma cidade polo (ou em condições de polarizar) uma micro região, esta não atendida por política pública semelhante (MEC, 2011). Além do que a regionalização de unidades “favorecia o atendimento às demandas educativas nos seus aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos” (ORTIGARA e GANZELI, 2013 apud SILVA, 2019, p. 66), guardando relação com o critério “social”, pelo qual o município deveria apresentar elevado percentual de pessoas em situação de pobreza ou com renda média abaixo de mil reais ao mês (MEC, 2011).

A pulverização de unidades, segundo De Faveri (et al., 2018) favoreceria a formatação de identidades institucionais nas regiões de abrangência, levando ao maior compromisso social, “identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas (...)” (idem, p. 129), como da mesma forma “ajudaria a criar uma sintonia com as potencialidades de desenvolvimento local (...)” (idem), alinhado ao critério “desenvolvimentista” que considerava a existência de significativo número de arranjos produtivos locais para instalação de unidades ou vultosos investimentos estruturantes no seu entorno (MEC, 2011).

No contexto da Iª (2003 a 2010) e IIª fases (2011 a 2012) da expansão, nesse período recente, observa-se que os principais condicionantes e ou critérios adotados estão presentes no processo, sendo: “distribuição equilibrada de novas unidades, sintonia com os arranjos produtivos locais e parcerias e potenciais parcerias” (GOUVEIA, 20016, p. 10) com os demais atores das localidades de abrangência.

Tendo por base, esse horizonte, Stunpf (2016), resgatando Pacheco (2010), registra que:

É essa concepção que dá suporte à delimitação da área de abrangência dos Institutos Federais, qual seja, as mesorregiões. A razão de ser dos Institutos Federais, enquanto instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão-de-obra qualificada neste mesmo espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico político-cultural de sua região de abrangência, (PACHECO, 2010 apud STUNPF, 2016, p. 42-43).

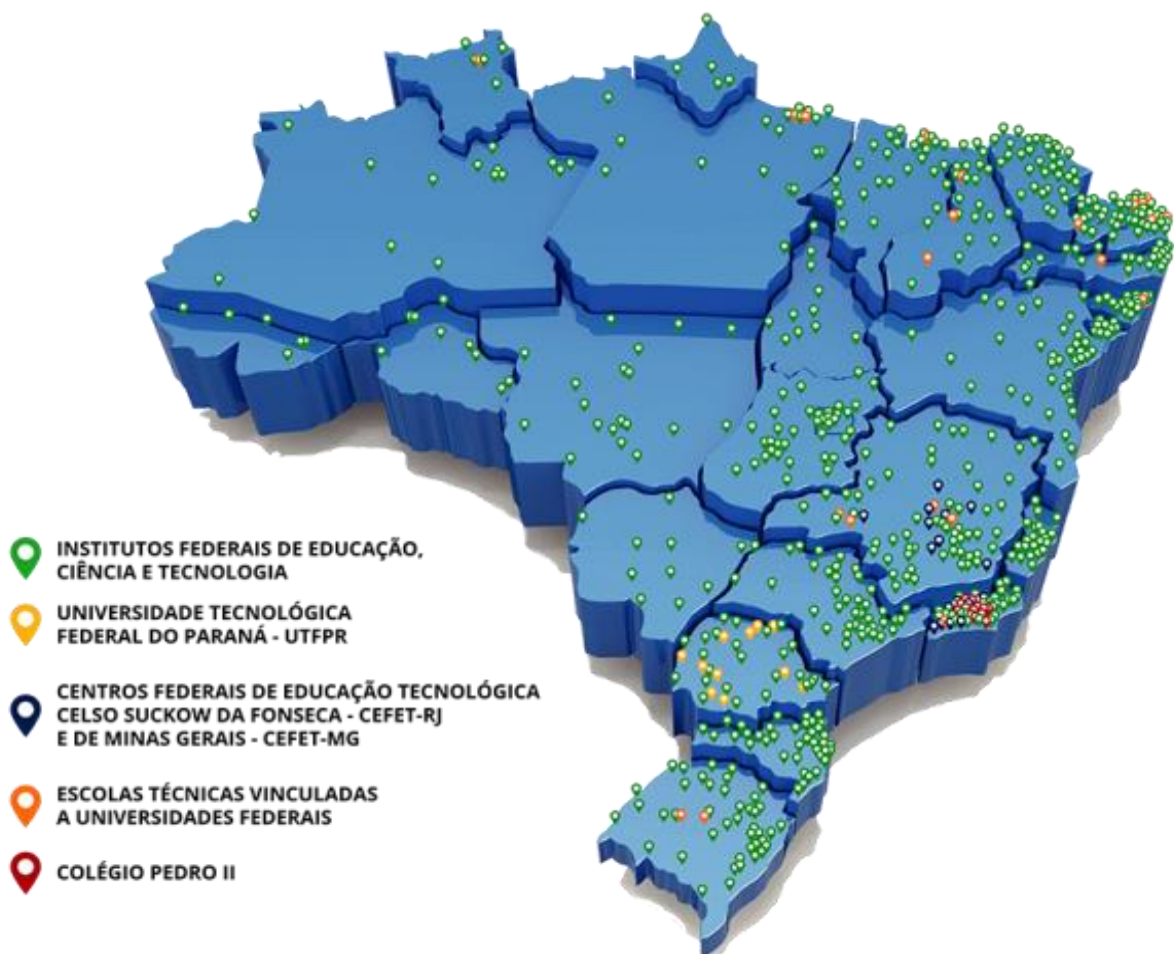
Contudo, é pertinente registrar que estudos apontam limitações à expansão e abrangência da política pública, pois em várias realidades, as unidades não se estabeleceram fora das raias dos grandes centros, em prejuízo ao projeto de integração de regiões interioranas desprovidas de atendimento público. No mesmo sentido, condicionar a expansão, de forma excessiva aos arranjos produtivos locais, restringe a proposição de cursos, ações de formação e projetos de desenvolvimento socioeconômicos a esfera local em detrimento de uma estratégia de nível macro regional e nacional, além de dificuldades no estabelecimento de parcerias devido ao complexo jurídico que rege as unidades (BRANDÃO, 2007; GOUVEIA, 2016).

Outra reflexão relevante sistematizada a partir das premissas, concepções e justificativas explicitadas nos estamentos legais para a expansão dos IFs diz respeito aos aspectos que guardam estreita relação para com os Sistemas Regionais de Inovação, devido à obrigação expressa em lei de interagir com o setor produtivo local, arranjos produtivos ou cadeias respectivas, a partir do tripé do ensino pesquisa e extensão, incumbência de estabelecer ainda, uma gama de parcerias colaborativas, convergindo dessa forma aos fatores do desenvolvimento endógeno que transpõem o excedente econômico, “como na acumulação do conhecimento, das inovações e das competências tecnológicas que tem resultado sobre o crescimento da produtividade” (STUNPF, 2016, p. 38). Nesse aspecto acrescenta-se o deferimento de Vieira quando assegura que “o acervo local de conhecimento também seria crescentemente ampliado, sobretudo por causa das interações que podem ser estabelecidas entre as IES e o setor produtivo, concretizando processos efetivos de inovação (2017, p. 282). Sob a mesma perspectiva Garcia (et al., 2020) colocam as instituições de pesquisa, ciência e tecnologia no centro do processo de geração, aplicação e disseminação de novos conhecimentos, além de atores com primazia no estabelecimento de redes colaborativas, eixos fundantes dos SRI. Esses, no entanto, advertem que os sistemas regionais ou até mesmo recortes locais, os APLs e políticas públicas específicas, devem ser pensados para o desenvolvimento das capacitações dos agentes locais, especificamente e, só posteriormente,

devido à própria dinamicidade desses organismos, esses ambientes devem ser pensados para a justiça social. Tais estabelecimentos podem ir de encontro aos princípios propostos para a expansão regional dos IFs.

Mesmo assim, a interiorização regional, buscando o fortalecimento local por meio da transferência de conhecimento e novas técnicas, pode ser considerado o argumento edificador do espraiamento dos IFs que “fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território (...)” (MEC/ SETEC, 2010, p. 15). Tal referência também é encontrada em Pacheco (2010, apud STUNPF, 2016, p. 21) quando traz que esse novo modelo de “intervenção” nas realidades regionais, “fundamenta-se na verticalização do ensino, assumindo um compromisso de intervenção nas regiões que atuam através da identificação de problemas e assim, soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável e inclusão social”. Embora algumas assimetrias já referenciadas, a ocupação territorial de forma estratégica, por unidades dos IFs é demonstrada no mapa.

Figura 1- Expansão regional da RFEPCT



Fonte: MEC/SETEC, 2010.

Esse processo de interiorização de unidades (*campi*) dos institutos federais, segundo Santos (2015 apud GOUVEIA, 2016, p. 4) “guarda forte presença da concepção cepalina³² fundada na ideia de eliminação das desigualdades regionais com a ampliação de oportunidades de acesso às experiências do mundo moderno”. Devidamente referendado pelo MEC, os IFs, carregam em seu DNA o objetivo de servir a sociedade como “centros de excelência na formação de profissionais para as mais diversas áreas da economia e de professores para a escola pública” (MEC/SETEC, 2010). Na direção da amplitude de ações para superação das carências regionais, vale salientar que as unidades concorreriam também, para o atendimento das modalidades de educação de jovens e adultos (EJA), uma diversidade de oportunidades em formação técnica de forma continuada, cursos para concluintes do ensino médio “regular” (subsequentes), educação à distância (EAD), do mesmo modo que serviriam de amparo “regionalizado” na implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)³³, (BRASIL, 2011).

Enquanto política pública, os Institutos Federais, “assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais”. (BRASIL, MEC/SETEC, 2010, p. 22).

Dessa forma foi atribuído aos Institutos Federais o ofício de subsidiar o desenvolvimento local e regional, por intermédio de uma miríade de possibilidades estabelecidas pelas justificativas, contidas em finalidades, metas e objetivos no estabelecimento da rede, onde se destacam:

Ofertar educação profissional e tecnológica com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolver soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; estimular o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; realizar e estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; promover preservação do meio ambiente; realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, (BRASIL, LEI n.11.892, 2008).

Como percebido que os Institutos Federais, foram alçados a condição de protagonistas na formação de uma infraestrutura de conhecimentos e coadjuvantes na articulação e encadeamentos entre os diversos atores regionais, na perspectiva do desenvolvimento em sentido mais amplo e conseqüentemente construção da cidadania, cabe à realização de

³² Que diz respeito à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

³³ Criado pela Lei 12.513/2011 tinha por finalidade “ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (BRASIL, 2011).

investigação a cerca da atuação do Instituto Federal Farroupilha, campus Júlio de Castilhos no que concerne a sua presença regional no patrocínio de outras políticas públicas, de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras.

2.3 Os impactos e potenciais impactos das instituições de ensino sobre os municípios

Há muito a literatura que ocupa-se do desenvolvimento regional tem demonstrado que a inserção de instituições de ensino superior (IES) e, nesse recorte, unidades (*campi*) de um IF, provoca uma diversidade de impactos econômicos e sociais nas localidades de seu entorno. Posto que a amplitude desses impactos esteja relacionada à outra diversidade de fatores como “o tamanho da instituição de ensino, os cursos que serão oferecidos, as características econômicas de sua região de influência, dentre outros” (FERREIRA et al., 2018, p. 105).

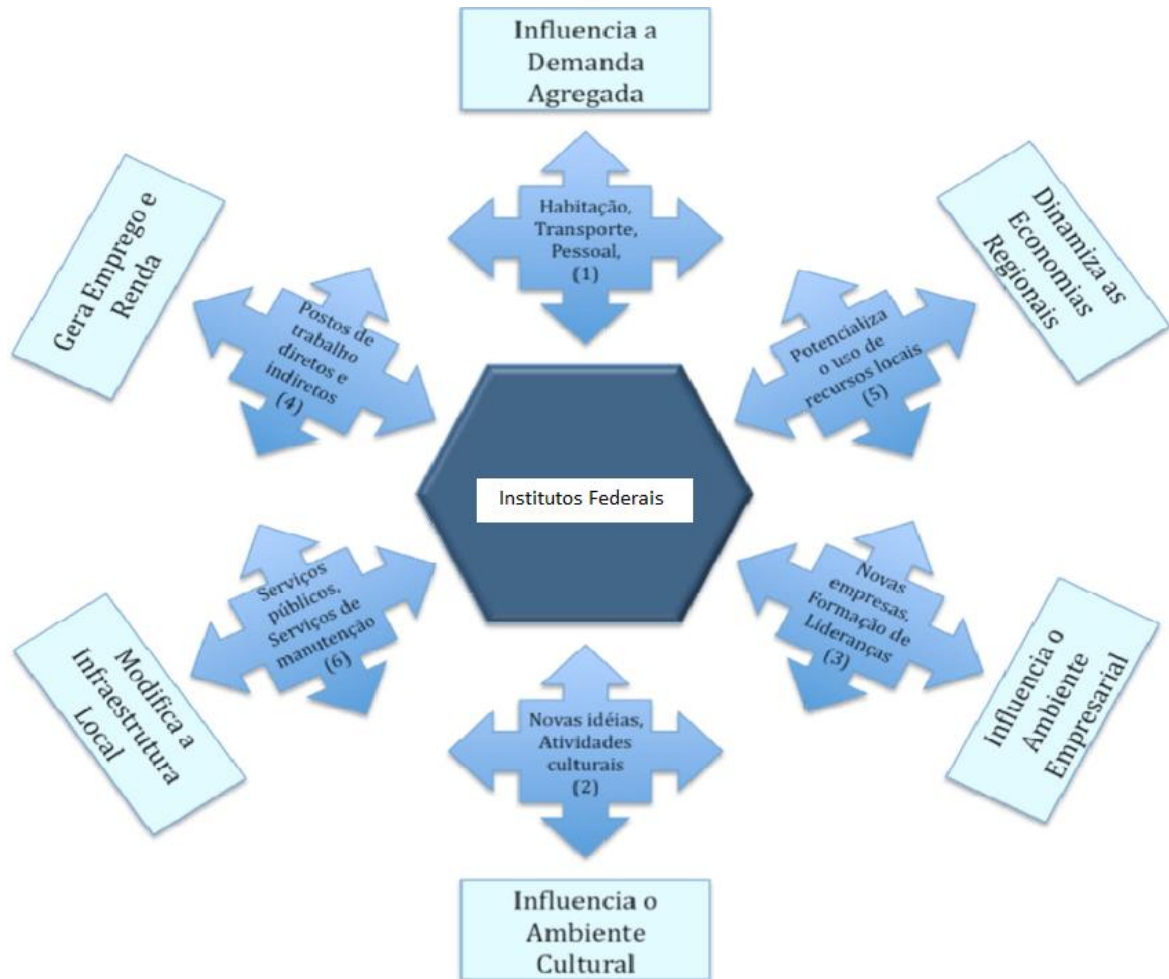
Além dos objetivos diretos e intrínsecos da política pública de expansão dos IFs, quais sejam: ampliação do número de vagas e oportunidades em diferentes áreas de formação profissional no interior do território brasileiro pode-se destacar ainda outros objetivos relacionados, como a busca por “externalidades positivas” originadas desde a movimentação política expressadas nas expectativas socioeconômicas para a instalação dessas unidades (FERREIRA, et al., 2018). Pode-se dizer que esses impactos, no longo prazo, tomados em conjunto sejam a expressão do almejado desenvolvimento socioeconômico das localidades.

Nesse sentido, como se expressa os IFs assumem distintas atribuições na construção do desenvolvimento socioeconômico das regiões e, conforme expõe Fernandes (2007),- embora este aborde o papel das universidades, entende-se que nessa conjuntura cabe aos IFs as mesmas responsabilidades-, “o seu contributo para o desenvolvimento local pode ser realizado através de diferentes formas: pelo seu papel enquanto líder institucional, pela promoção de atividades de extensão local ou pelo estabelecimento de parcerias locais” (p. 2). E, seguindo em seu raciocínio, o autor externa que o exercício dessas atividades provoca “impactos na paisagem urbana³⁴, o fortalecimento das imagens locais, a regeneração das áreas onde se inserem, a qualificação social, cultural e desportiva da cidade, ou o *empowerment* [empoderamento] e a capacitação das comunidades locais” (FERNANDES, 2007, p. 2) grifo nosso. Essa reflexão é ratificada por Damásio et al., (2020, p. 128) quando também apontam que para “além do impacto socioeconômico, há o impacto científico-tecnológico e o impacto na cultura e na imagem da região (...)”.

³⁴ No contexto dos Institutos Federais deve ser considerado que inúmeras unidades foram instaladas em áreas suburbanas ou rurais, e possivelmente provocaram o mesmo efeito nesses espaços.

Embora a percepção, qualificação e métrica de todos os impactos gerados nas regiões, seja exercício que encere certa complexidade, devido a multidimensionalidade desses, Hoff (et al., 2011) sintetizam o processo na figura que segue:

Figura 2 - Impactos dos IFs sobre as comunidades



Fonte: Adaptado de Hoff et al., (2011, p. 514).

O conjunto desses aspectos, podem segundo Rolim et al., (2009), Hoff et al., (2017), De Faveri et al., (2018), Damásio et al., (2020) ser reduzidos a dois subgrupos se considerados impactos de curto e longo prazos. Os impactos de curto prazo, também denominados de “efeito-gasto”, estão relacionados diretamente a instalação física (construções) e funcionamento de unidades (infraestrutura), contratação de servidores (professores, técnicos administrativos, serviços terceirizados), insumos necessários ao funcionamento dos *campi*, a procura por habitação pelos servidores e alunos que aportam nos municípios sedes, necessidades de alimentação transporte e uma diversidade de demandas por serviços, (ROLIM, et al., 2009; DE FAVERI, et al., 2018). Nesse contexto de efeitos de curto prazo relacionados diretamente a instalação de instituições de ensino, Vieira (2017), destaca

os impactos sobre três segmentos específicos das comunidades do entorno: sobre as famílias, relativos ao governo municipal e as empresas locais. Explica esse que:

As famílias seriam afetadas por meio de efeitos diretos e induzidos sobre a renda e o emprego. Em relação ao governo, os impactos seriam contraditórios: ao mesmo tempo em que poderiam estimular a arrecadação tributária, pressionariam o orçamento em razão da maior demanda por infraestrutura e serviços públicos. As empresas tenderiam a ser beneficiadas pela expansão da demanda de bens e serviços, mas, em contrapartida, poderiam ver seus custos ampliados pela maior concorrência por “fatores” tais como mão de obra e imóveis, por exemplo, provocada pela procura adicionada pelas IES nesses mercados, (VIEIRA, 2017, p. 281).

Os impactos de longo prazo ou do “efeito conhecimento”, dizem respeito ao acúmulo e/ou aumento de capital humano, ou seja, quando os profissionais egressos da qualificação começam a se inserir nos diversos ramos produtivos, formativos, educacionais, incorporando dinamicamente novos conhecimentos concorrendo para o aumento produtivo, adicionando inovação a novos empreendimentos que otimizam a economia regional, com profissionais cada vez mais qualificados e, postos de trabalho melhor remunerados. (ROLIM, et al., 2009; HOFF et al., 2017; DE FAVERI, et. al., 2018; FERREIRA, et al., 2018; DAMÁSIO et al., 2020). Esse conjunto de impactos segundo Vieira (2017, p. 282), “(...) deriva das atividades finalísticas das IES – produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico – mediante o ensino e a pesquisa, gerando “encadeamentos para frente” (*foward linkages*), que podem transformar estruturalmente as bases econômicas e produtivas da região”. Para essa coleção de impactos, Rego e Caleiro (2012) apud Ferreira et al., (2018, p. 90) também convergem, pois anunciam que

uma das principais contribuições das instituições de ensino superior³⁵ para o desenvolvimento das regiões faz-se através da função de ensino e aprendizagem, por via de diplomados que integram o mercado de trabalho local, na medida em que estes contribuem para a melhora da qualificação do emprego (e futuros empregados) da cidade e da região.

De forma sintética, o conjunto desses impactos e seus efeitos sobre as regiões, para frente e para trás, podem ser visualizados no quadro a seguir:

³⁵ Deve-se considerar que os IFs oferecem cursos de nível médio à pós-graduação.

Quadro 3- Classificação dos impactos das atividades da IES sobre as regiões

Fator determinante	Tipo	Abrangência	Efeitos	Temporalidade	Dinâmica
Dispêndios	Encadeamentos para trás	Abrangem efeitos sobre a renda e o emprego locais, os gastos de consumo de estudantes e profissionais (administrativos, técnicos e professores) e os investimentos das IES em serviços e equipamentos	a) Famílias: efeitos diretos e induzidos sobre a renda e o emprego; b) governo local: aumento da receita tributária e da demanda por serviços públicos; e; c) empresas locais: aumento da demanda efetiva (bens e serviços) e da competição nos mercados de trabalho e imobiliário.	Curto prazo	Estática, pode ser revertida
Conhecimento	Encadeamentos para frente	Abrangem os benefícios gerados para a localidade em decorrência das atividades finalísticas das IES: produção e difusão do conhecimento.	a) Aprimoramento do nível de qualificação profissional: proporcional ao grau de permanência dos diplomados na localidade; b) estoque de conhecimento: interação IES – setor produtivo; e c) maior atratividade local: externalidades positivas atraem indivíduos e empresas.	Longo prazo	Gradual, acumulativa

Fonte: Vieira (2017, p. 281).

Outra vertente ratificada por Damásio et al., (2020), fundamentado em diversos estudos sobre os impactos de políticas públicas configuradas por instituições de ensino, defende a interpretação desses sob a ótica dos *inputs* e *outputs*. Sendo que “os *inputs* são demandas buscadas pela universidade [ou da instituição de ensino] na sociedade tal como políticas públicas. Já os *outputs* constituem-se como sendo os produtos e serviços gerados pela universidade”. (DAMÁSIO et al., 2020, p. 128) grifo nosso. Em virtude do tipo de impacto, sua amplitude e abrangência, Rolim et al., (2009) defende que a política pública, nesse panorama, instituições de ensino superior, universidades, institutos de pesquisa,

institutos federais presentes nesse rol, podem formatar dois trajetos bem definidos a saber: “a universidade [instituição] que está na região e a que é da região”, (p. 91), grifo nosso.

O estabelecimento dessas trajetórias refletidas pela quantidade e qualidade de seus impactos está umbilicalmente ligado à atuação institucional que se expressa de uma parte pela estreita ligação com a comunidade, tendo “(...) um papel determinante no processo de desenvolvimento regional (...)” (ROLIM et al., 2009, p. 91) e de outra se mostra distante dessas realidades, fechada em seus próprios conflitos e demandas, vez por onde “(...) se caracteriza por um reduzido número de vínculos e compromissos com a região (...)”, (idem).

Vieira (2017), nesse viés, trás importante, embora preocupante contribuição para esse debate, no que tange às atividades de instituições de ensino em relação às regiões que polarizam, onde o “(...) caráter de cunho mais suprarregional implica o estabelecimento de ligações contraditórias e complexas com seu entorno geográfico (...)” (p. 279). Pois, esclarece esse, que os vínculos estabelecidos com as “escalas nacional e internacional” tendem a ser mais concretos e perceptíveis, num movimento homogeneizador dos processos de ensino e pesquisas que desenvolvem, sendo que nesse desenrolar, “os vínculos mantidos com as localidades adjacentes são relativamente débeis (...)” (p. 279), ocasionando o que o autor define como “rejeição do lugar, distanciamento ou estranhamento geográfico” (p. 279-280), em relação às comunidades do entorno. Sendo assim, e dentro dessa perspectiva se insere a verificação dos impactos provocados pelo IF Farroupilha, enquanto política pública, após mais de uma década de atuação, na região de abrangência e, possíveis marcos diferenciais para o desenvolvimento regional no espaço temporal de antes e depois do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, no município de Júlio de Castilhos.

Com esse intuito foi elaborado o caminho metodológico expresso adiante.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O propósito desta parte é expor a estratégia metodológica aplicada no desenvolvimento desta dissertação, que compreende: tipo de pesquisa, unidade de análise, sujeitos da pesquisa, coleta, análise e interpretação dos dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

No que diz respeito à abordagem, a pesquisa é do tipo qualitativa, pois busca a exposição e detalhamento de novas ideias, labuta com um universo de sentidos, de posicionamentos e motivações que os sujeitos imputam ao fenômeno estudado, dentro de conexões que interatuam entre o mundo objetivo e a subjetividade. Assim, busca-se, a partir

da visão de vários setores da sociedade, nos segmentos social, econômico, político e tecnológico, explorar e compreender, assentado nos referenciais teóricos, uma realidade ainda não expressa por valores quantitativos e/ou estudos específicos sobre o objeto pesquisado, (TRIVIÑOS, 1987; MINAYO, 1994; RICHARDSON, 2012).

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória proporciona ao pesquisador maior familiaridade com o problema em estudo, pois torna um problema complexo, mais explícito ao mesmo tempo em que permite construir prognósticos mais adequados. As investigações descritivas, como o nome sugere, descreve uma realidade, viabilizando a geração de informações estratégicas que podem subsidiar a tomada de decisões, a partir do momento que identifica comportamentos, desejos, inquietações e necessidades do público pesquisado, (TRIVIÑOS, 1987).

Quanto aos procedimentos técnicos, foi utilizado da pesquisa bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. Com a pesquisa bibliográfica foi possível o levantamento de subsídios teórico-metodológicos necessários para balizar o conhecimento sobre o problema a ser investigado, viabilizando a solidez na construção argumentativa. A averiguação documental forneceu elementos para a contextualização histórica, política, econômica e social da região de abrangência do IF e desse, objetivos, metas, áreas prioritárias e formas de atuação junto à comunidade local no fomento a projetos de desenvolvimento. Com a agregação de levantamentos de estatísticas descritivas, com base em pesquisa documental, foi possível a sondagem de evidências sensíveis sobre indicadores que poderiam estar relacionados à implantação da política pública. Por sua vez, as entrevistas com atores e agentes locais possibilitaram a observação de interconexões com as expectativas sociais, políticas, econômicas, e de formação, aglutinadas no engajamento político para a implantação do IFFar. Foi possível ainda qualificar o grau de interação da política pública com órgãos, entidades e instituições municipais/regionais (associação de municípios, sindicatos, associações comerciais industriais, movimentos sociais, EMATER, CORED e outros), bem como arrolar expectativas que permanecem na esfera social em relação ao instituto.

3.2 Unidade de Análise

O *locus* desta investigação foi o Campus Júlio de Castilhos, do Instituto Federal Farroupilha situado no município de mesmo nome, localizado na mesorregião do centro ocidental Rio-grandense e na microrregião geográfica de Santiago/RS, faz limites com os municípios de Tupanciretã, Quevedos, São Martinho da Serra, Santa Maria, Itaara, Ivorá, Nova Palma e Pinhal Grande. O município de Júlio de Castilhos conta atualmente com 130

anos de fundação. Apresenta uma área territorial de 1.929,544 km², a população estimada no ano de 2006 que era de 20.938 mil habitantes, atualmente é de aproximadamente 19.159, destes em torno de 16.106 mil residem em área urbana e aproximadamente 3.473 em área rural. (FEE, 2022; SIDRA/IBGE, 2022).

Figura 3 - Localização geográfica do município de Júlio de Castilhos



Fonte: Repositório ufsm.br (2021).

No setor produtivo prevalece à produção agrícola e pecuária, com expressiva produção de trigo e soja, atualmente conta como o 3º maior produtor da oleaginosa do Estado. O setor de transformação –indústria- é quase inexistente, com poucos empreendimentos se resumindo a manipulação de poucos produtos com baixa incorporação tecnológica. O segmento de comércio e serviços que apresentava certa estagnação, na época da instalação do IF, “restrito, mas pulsante” (PCI-2, 2022), atualmente é de certa expressão com considerável número de postos de trabalho. Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, conforme dados do IBGE (2020), este era de 0,626 no ano de 2000 quando ocupava a posição 196º no estado do RS. Os últimos dados referentes ao ano de 2010 colocam o índice em 0,716, e a posição 253 entre os IDHs das cidades do Estado. Em se tratando dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE), faz parte do COREDE central que engloba um total de 19 municípios do centro do Estado. De forma um tanto abrangente esses dados são elencados na tabela a seguir:

Quadro 4 - Composição do PIB municipal por setor/atividade pelo Valor Adicionado Bruto

Setor/atividade	Período	Valor em R\$	Período	Valor em R\$
Agropecuária	2007	84.520,00	2018	367.729,00
Indústria	2007	9.472,00	2018	43.759,00
Serviços relativos à administração pública	2007	31.000,00	2018	105.473,00
Serviços – outros	2007	125.550,00	2018	637.458,00
IDH	Período	Índice	Posição	
	2000	0,626	196	
	2010	0,716	253	

Fonte: FEE (2020) elaborado pelo autor.

Em linhas gerais o município de Júlio de Castilhos apresentava essas características quando da instalação do Instituto Federal Farroupilha, ou seja, predominância do setor primário, um setor de transformação quase inexistente, um segmento de comércio e serviços com alguma expressão que refletem um IDH que, embora no período tenha se elevado, desenhou uma trajetória de queda em relação aos demais municípios do estado. Embora de certa complexidade, esta pesquisa busca identificar e relacionar alguns impactos da instalação do IF sobre essas estruturas municipais.

3.3 Sujeitos da Pesquisa

Considerando os objetivos do estudo, foi consensuado como sujeitos desta pesquisa um total de 15 atores e/ou agentes locais, divididos em dois grupos: Participantes da Comunidade Interna em número de seis e, Participantes da Comunidade Externa, em número de nove. A comunidade interna é compreendida como servidores docentes e técnicos administrativos e discentes em início e final de formação. A comunidade externa nesta pesquisa abrange gestores e ex-gestores municipais, representantes de entidades classistas, movimentos sociais, associações, sindicatos e cidadãos da comunidade em geral. Para resguardo da confidencialidade, em linha aos preceitos éticos pré-determinados pelo Comitê de Ética na Pesquisa, os participantes, a partir desse ponto são identificados como: Participante da Comunidade Interna (PCI) e, Participante da Comunidade Externa (PCE).

O critério de inclusão foi por acessibilidade, levando em conta o papel dos atores sociais (*stakeholders*) na constituição do IF, à capacidade de obter dados novos, dos respondentes no contexto, “antes e depois”, situados no tempo e espaço em relação ao problema levantado. Pessoas e entidades que estabeleçam alguma relação entre suas atividades laborais e os cursos oferecidos pelo Instituto, correlacionados aos processos de desenvolvimento. Os critérios de exclusão referem-se aos atores não diretamente envolvidos com o processo de implantação do Instituto e/ou atores com atividades não vinculadas diretamente as atividades acadêmicas do IFFar, (TRIVIÑOS, 1987; MINAYO, 1994; RICHARDSON, 2012).

Quanto ao tipo de amostragem: utilizou-se de amostra por julgamento e conveniência, a escolha dos respondentes foi feita a partir do julgamento do pesquisador. O pesquisador buscou por indivíduos que possuem características definidas previamente para sua amostra, como por exemplo: proximidade com o processo de implantação da política pública e, atuação em setores públicos e privados que se relacionam direta e/ou indiretamente as atividades da instituição, profissionais de diferentes categorias que exercem atividades no Instituto, acadêmicos que estão cursando e egressos de diferentes cursos ofertados. Na aplicação de pesquisas com amostragem por julgamento, as pessoas podem ser selecionadas por características próprias ou por tipos de comportamentos que se encaixam nas características pré-selecionadas, (TRIVIÑOS, 1987; MINAYO, 1994; RICHARDSON, 2012).

Nessa configuração tem-se o panorama seguinte:

Quadro 5 - Público participante por características específicas

Entrevistado	Função exercida	Data da entrevista
PCI - 1	Docente da área das Ciências Humanas e Sociais	Outubro/2021
PCI - 2	Docente da área técnica/tecnológica	Janeiro/2022
PCI - 3	Acadêmico de semestres iniciais de licenciatura	Janeiro/2022
PCI - 4	Técnico Administrativo em educação atuando nas áreas da gestão	Março/2022
PCI - 5	Docente da área técnica/fabricação/manipulação	Março/2022
PCI - 6	Egresso de Licenciatura atuante na rede de ensino local	Dezembro/2021
PCE - 1	Liderança política local	23 out 2021
PCE - 2	Ex-integrante do legislativo, atua na área de gestão e representação ligada à produção primária	8 dez 2021
PCE - 3	Ex-servidora representante da comunidade contígua ao campus	12 dez 2021
PCE - 4	Docente da rede local de ensino, integrante da gestão municipal de ensino	6 jan 2022
PCE - 5	Profissional de área técnica de nível superior integrante da gestão municipal	08 nov 2022
PCE - 6	Representante classista ligada à produção alimentícia familiar	25 jan 2022

PCE - 7	Egresso de curso superior, ligado à empresa cooperativa, empreendedor na área da produção agropecuária, comercial e de serviços	21 jan 2022
PCE - 8	Ex-docente de área técnica atuou em vários cursos no município	02 mar 2022
PCE - 9	Gestor de empresa pública de assistência técnica a produção de pequena e média propriedade rural	03 mar 2022

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

3.4 Coleta de Dados

Em primeira oportunidade buscou-se à pesquisa bibliográfica e documental, ou seja, fontes primárias e secundárias. Com a pesquisa bibliográfica formou-se uma base de conhecimentos necessária para balizamento de toda a construção seguinte, sintetizada no referencial teórico. Já com a pesquisa documental, buscaram-se subsídios referentes à criação, organização e funcionamento da UNED-JC e, seu processo de transformação em campus do Instituto Federal farroupilha.

Visando responder aos objetivos específicos da pesquisa, elaborou-se um roteiro com questionamentos comuns a todos, e específicas a cada grupo – comunidade interna, comunidade externa. O roteiro de entrevista está disposto no Apêndice A. Para a coleção de dados da comunidade interna optou-se pela forma de questionário enviado por meio eletrônico, haja vista se tratar de público habituado ao uso diário de ferramentas eletrônicas digitais na condução de seus afazeres e, dessa forma tornando o processo mais dinâmico para o público respondente e para quem conduz o levantamento de dados. Cabe registrar que a escolha desse formato levou em consideração os protocolos sanitários devido à pandemia de Covid-19. Para a comunidade externa devido à pluralidade de sujeitos utilizou-se da entrevista na forma semiestruturada, pois consente ao participante autonomia e naturalidade necessárias para a exibição do que está oculto e se busca revelar (TRIVIÑOS, 1987).

De outra parte, para quem questiona, a entrevista semiestruturada proporciona certo grau de liberdade, que leva a novas indagações, proporcionando uma averiguação mais aprofundada dos pontos trazidos em proposta inicial, facultando, ainda, ao entrevistado um ativismo na concretude de uma realidade ainda não expressa. (TRIVIÑOS, 1987). As entrevistas gravadas em meio digital, foram posteriormente transcritas para meio físico. Os questionamentos dirigidos aos sujeitos da pesquisa visaram à percepção desses atores e agentes locais quanto ao movimento de engajamento local para instalação do IF, expectativas e demandas apresentadas pela comunidade ante a possibilidade de instalação da política

pública, as conexões e interconexões dessa com a comunidade e vice-versa, os impactos gerados e percebidos na comunidade bem como perspectivas futuras.

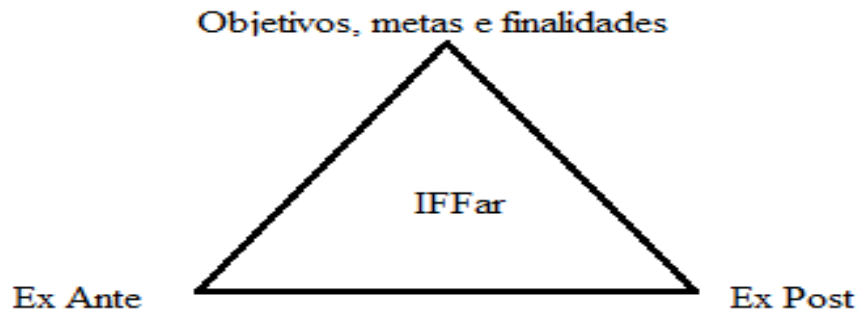
3.5 Análise e Interpretação dos Dados

Para a interpretação dos dados, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo prescrita por Bardin (2011). Segundo Silva e Fossá (2015, p. 2), “a análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador”. Desse processo, criam-se indicadores objetivos que consentem deduzir referências para construção de novas informações. De acordo com Mozzato e Grzybovski (2011), o que se busca na análise de conteúdo em pesquisas qualitativas não são as frequências com que as informações aparecem na coleta de dados, mas sim as características e sutilezas que são levadas em consideração. Nessa etapa, com o manuseio das informações e materiais levantados procedeu-se a uma classificação por temas específicos e/ou categorias que oportuniza maior clareza para inferências dedutivas do que se acha encoberto nas narrativas. Cabe salientar, de acordo com Bauer e Gaskell (2002) apud Silva e Fossá (2015, p.2) “(...) o caráter social da análise de conteúdo, uma vez que é uma técnica com intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva”.

Percorrendo as lições de Bardin (2011), numa primeira fase ou de pré análise procedeu-se uma leitura geral das fontes levantadas, permitindo a sistematização de ideias fomentadas pelo referencial teórico, estabelecendo-se categorias iniciais para a interpretação em razão desse e, os dados coletados. Na fase posterior, exploração do material, os dados foram classificados e agrupados em temas correlatos dentro das categorias iniciais de interpretação, chegando-se por fim a três categorias de análise: o movimento local para criação do IF e as expectativas/demandas regionais; as articulações do IF com a comunidade – governança-; percepção/avaliação dos impactos do Instituto sobre a comunidade e expectativas futuras. Essas categorias foram formatadas visando facilitar a classificação de aspectos com características comuns, pensando em termos de convergência, divergência ou singularidades dos dados levantados. Na terceira fase, tratamento dos resultados, ocorreu à interpretação propriamente dita, cujo objetivo foi absorver o conteúdo explícito e subentendido encerrado em todo o material reunido.

Por fim, como a pesquisa versa sobre avaliação de política pública será executada à triangulação de dados, na forma proposta por Ramos e Schabbach (2012), expressa a seguir.

Figura 4 - Triangulação de dados



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Ramos e Schabbach (2012).

Onde “*ex ante*” faz referência às características do espaço geográfico aonde foi inserido o *locus* da investigação, antes da sua inserção. Nesse quesito se insere a primeira categoria de análise – o movimento local para a criação do IF e as expectativas/demandas regionais. Aí cabem descrições econômicas, sócio-políticas, culturais e outras que guardem relação com o objeto de estudos em específico. No contexto “*ex post*”, o qual se insere na terceira categoria de análise – percepção/avaliação dos impactos do IF sobre a comunidade e expectativas, são descortinadas as modificações observadas na estrutura investigada, produzidas pela instalação da política pública.

Esses dois horizontes ao serem constantemente confrontados em relação aos objetivos, metas e finalidades intrínsecos a própria política pública vão, no decorrer da observação, permitindo revelar as rupturas e permanências, avanços, estagnação e até mesmo retrocessos. Perspectivas analisadas na segunda categoria de análises – as articulações do IF com a comunidade, governança. Segundo as autoras, para a implantação de políticas públicas, estudos diagnósticos demonstram as necessidades e a viabilidade das ações diante dos “recursos disponíveis aos objetivos propostos. Tais procedimentos permitem aquilatar a viabilidade dos programas e projetos” (RAMOS & SCHABBACH, 2012, p. 1276).

Já os estudos de políticas públicas, quando elas se acham em execução permitem demonstrar a pertinência da mesma ou a necessidade de redirecionamento de ações, dessa forma a combinação de análise inserida no horizonte antes e depois, permitem demonstrar os impactos estabelecidos pela ação pública, viabilizando comparações em relação às aspirações previstas pela própria política e, as gestadas socialmente.

3.6 O campus JC

Fruto da “nova institucionalidade e engenharia da educação profissional” (GOUVEIA, 2016, p.2), o Instituto Federal Farroupilha (IFFar – instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi) foi criado mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, Escola Agrotécnica Federal do Alegrete e “das então recém constituídas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs)³⁶ de Júlio de Castilhos e Santo Augusto” (IFFar, 2018, p.11-12)³⁷. Esse movimento político pode ser observado na perspectiva da continuidade de um processo iniciado em 1978, como já disposto (transformação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica), reafirmado em 1994 com a lei 8.948 de dezembro daquele ano e, retomado no ano de 1999, sendo reformulado no final de 2008, pela Lei 11.892 de 29 de dezembro que, criou os Institutos Federais, na lógica da transformação e aglutinação de unidades diversas (AMORIM, 2013). No município de Júlio de Castilhos, a instalação de uma UNED, veio atender a reivindicações políticas que se transformaram em anseio social, bem como aos interesses do CEFET de São Vicente do Sul, em ampliar sua abrangência regional.

A Unidade de Ensino Descentralizada de Júlio de Castilhos que foi instalada nas estruturas deixadas pela Escola Agrícola Municipal, na área rural do distrito de São João do Barro Preto, fechada há alguns anos, iniciou suas atividades letivas em fevereiro de 2008, com aproximadamente³⁸ 250 matrículas. Nesse primeiro momento, a nova instituição voltou-se ao atendimento das demandas locais/regionais por qualificação profissional em consonância ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), instituído em 2006, pelo Decreto 5.840. Nessa modalidade, para a formação inicial e continuada (Proeja-FIC), foram oportunizados os cursos de: Implantação e Manutenção de Parques e Jardins; Atendente e Recepcionista de Empreendimentos Comerciais e, Assistente em Operações Administrativas,

³⁶ A Unidade de Ensino Descentralizada não contava com autonomia Administrativa/financeira e nem didático pedagógica. Podia exercer as atividades de ensino, pesquisa e extensão em consonância aos ditames da escola Agrotécnica (nesse caso) a qual estava vinculada.

³⁷ O Instituto Federal Farroupilha é o conjunto de 14 unidades, presentes na região centro-noroeste do estado, sendo elas: Reitoria localizada na cidade de Santa Maria; Campus Alegrete; Campus Frederico Westphalen; Campus Jaguari; Campus Júlio de Castilhos; Campus Panambi; Campus Santa Rosa; Campus Santo Ângelo; Campus Santo Augusto; Campus São Borja, Campus São Vicente do Sul; Campus avançado de Uruguaiana; Centros avançados de Santiago e São Gabriel. Conta ainda com 15 polos EaD. Atualmente conta-se 13.710 alunos matriculados nos seus 127 cursos técnicos, de graduação e pós-graduação e, 1.427 servidores.

³⁸ Desse momento de instalação da UNED, até a transformação em campus do IFFar, os dados não são muito precisos, devido aos registros terem sido armazenados, ora para São Vicente do Sul, ora na própria unidade o que pode ter ocasionado a perda de algumas informações. Dessa forma dados mais exatos não foram compilados para plataformas oficiais e/ou arquivos centrais, como ocorreu após a criação do Instituto e a transformação da UNED, em campus do IFFar.

em parceria com as prefeituras municipais, da sede, de Tupanciretã e, Cachoeira do Sul, esse distante 180 km da unidade. Desses cursos, contaram-se no final de 2009, 162 concluintes que, completaram o ensino fundamental, com uma habilitação profissional. (IFFar/JC, CRA, 2022).

Para o atendimento às demandas de qualificação profissional do público que já havia concluído o Ensino Médio, no momento, identificado como grande déficit regional³⁹ a UNED/JC ofertou cursos, na modalidade subsequente, nos quais os candidatos frequentavam disciplinas técnicas do curso pretendido. No início das atividades letivas em 2008 os candidatos poderiam optar, nessa modalidade, pelos cursos técnicos em: Secretariado; Informática; Agricultura; Agricultura com habilitação em zootecnia e, Alimentos. Ainda nesse momento inicial, para a formação técnica de nível médio foi ofertado o curso integrado em agropecuária (onde a formação profissional ocorre de forma concomitante ao Ensino Médio, em turno integral). Já para o atendimento de um público específico (“trabalhadores” ou quem não havia cursado o Ensino Médio em idade “regular”), foi disponibilizado o curso técnico integrado em Informática, na modalidade Proeja noturno.

Sintetizando, a UNED colocou a disposição da comunidade regional, uma gama de oportunidades em formação técnica/profissional como demonstrado no Quadro 6:

Quadro 6 - Cursos por modalidade de oferta, nível e habilitação em 2008

Curso	Modalidade	Nível/habilitação
Implantação e Manutenção de Parques e Jardins	Proeja/FIC - Integrado	Ensino Fundamental/Técnico
Atendente e Recepcionista de Empreendimentos Comerciais	Proeja/FIC – Integrado	Ensino Fundamental/Técnico
Assistente em Operações Administrativas	Proeja/FIC - Integrado	Ensino Fundamental/Técnico
Secretariado	Subsequente	Técnico
Informática	Subsequente	Técnico
Agricultura	Subsequente	Técnico
Zootecnia	Subsequente	Técnico
Alimentos	Subsequente	Técnico
Alimentos com ênfase em Carne e Leite	Subsequente	Técnico
Agropecuária	Integrado	Ensino Médio/Técnico
Informática	Proeja - Integrado	Ensino Médio/Técnico

Fonte: IFFar/JC, SAP, 2022. Elaborado pelo autor.

³⁹ Houve um levantamento prévio, por parte do CEFET/SV das demandas locais/regionais para formação profissional em relação as matrizes produtivas. Fonte: dados da pesquisa.

Nesse primeiro ano letivo, a unidade federal contava com 37 docentes e 29 técnicos administrativos em educação. Com a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul em Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha em dezembro desse ano, a Portaria MEC nº4 de 06 de janeiro de 2009 estabeleceu a UNED/JC como *campi* Júlio de Castilhos do novo Instituto Federal. O início do ano de 2009 mostrou-se bastante emblemático, pois com a mudança institucional, essa impôs também novas responsabilidades com as comunidades do entorno na perspectiva do desenvolvimento regional. Os primeiros reflexos surgem também no início desse ano, com as novas possibilidades de formação/capacitação e continuidade de estudos, com o oferecimento do curso superior de Licenciatura em Matemática e três cursos de pós-graduação em grau de especialização: Gestão Ambiental em Espaços Rurais, Gestão Escolar e Proeja, esse último em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesse ano contaram-se 414 novas matrículas, somando-se os ingressantes de todos os cursos ofertados.

Com a disponibilização de curso superior e, pós-graduação, o IFFar, campus JC fecha o ciclo da verticalização de estudos, ou seja, a oferta de educação básica (ensino fundamental e médio) integrada a formação técnica, também na modalidade de Proeja, curso superior, principalmente voltada a formação de professores para áreas básicas e, pós graduação. Sendo, a verticalização de estudos uma das principais características dos Institutos Federais, (MEC/SETEC, 2010). Com a saturação da demanda por alguns cursos, o campus foi no decorrer dos anos readequando, aglutinando e oferecendo novos cursos, de acordo com novas demandas apresentadas pela sociedade e, no cumprimento da própria lei de criação. Assim, devido à nova titulação recebida no início de 2009, houve a necessidade de adequação e homogeneização de fluxos e processos em consonância aos ditames organizacionais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, isso implicando na organização dos cursos dentro de eixos tecnológicos correspondentes. Dessa forma, seguindo esse alinhamento metodológico, o campus JC, apresentava em 2012, em se tratando de cursos, a seguinte configuração:

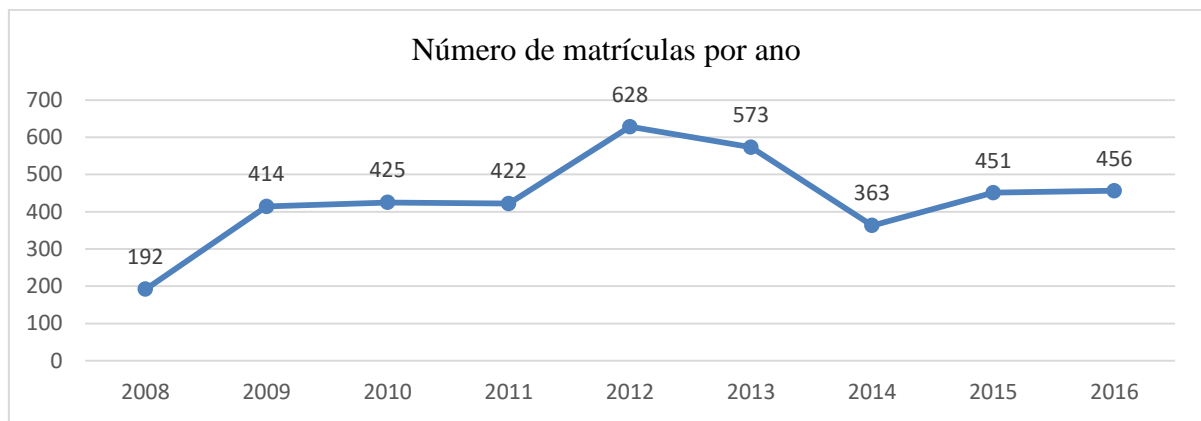
Quadro 7 - Cursos por eixo tecnológico e modalidade em 2012

Tipo	Eixo Tecnológico	Curso	Modalidade
Técnico	Gestão e Negócios	Assistente em Operações Administrativas	Proeja /FIC - integrado
		Comércio	Proeja – integrado
	Informação e Comunicação	Informática	Integrado
	Produção Alimentícia	Alimentos	Subsequente
	Recursos Naturais	Agropecuária	Integrado
		Agropecuária	Subsequente
Bacharelado	Gestão e Negócios	Administração	-
	Informação e Comunicação	Sistemas de Informação	-
Tecnologia	Recursos Naturais	Agronegócio	-
		Produção de Grãos	-
Licenciaturas		Ciências Biológicas	-
		Matemática	-
Pós-graduação		Gestão Escolar	-

Fonte: IFFar/JC, SAP, 2022. Dados da pesquisa, elaborado pelo autor.

O crescimento do campus ou, sua constância regional pode ser evidenciado pela observação do número de matrículas, ingressantes e concluintes no período investigado:

Gráfico 4 - Número de matrículas por ano



Fone: MEC/SISTEC, 2021. Elaborado pelo autor.

No ano de 2008 há um conflito com dados internos da UNED que apontam para aproximadamente 250 matrículas. Em 2012 foi ofertado o curso Técnico em Redes de Computadores na modalidade EAD.

A partir do ano de 2017 os dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são armazenados na Plataforma Nilo Peçanha. Nessa fonte, do campus Júlio de Castilhos, a continuidade desses números foram:

Quadro 8 - Número de matrículas ativas, ingressantes e concluintes por ano

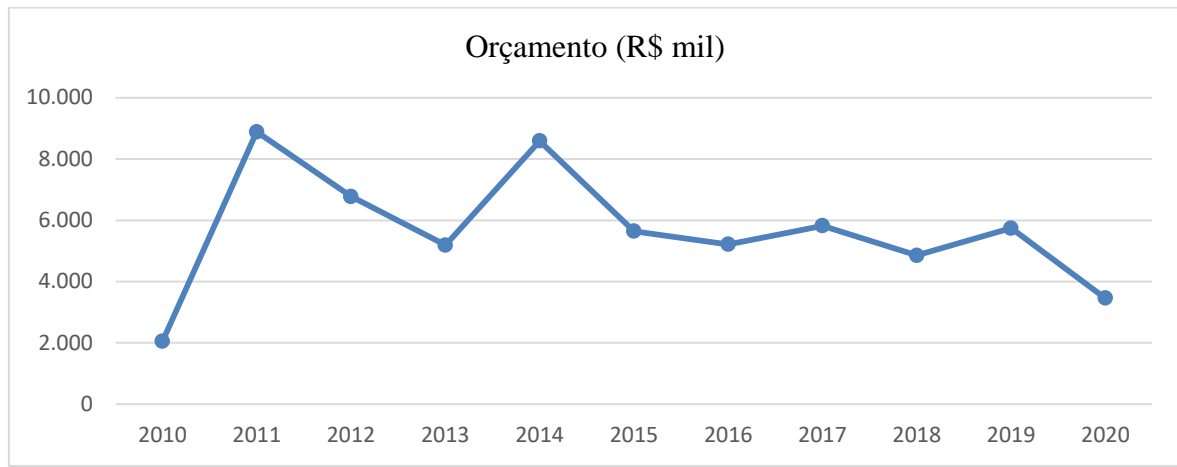
Ano	Matrículas ativas	Ingressantes	Concluintes
2017	1413	460	221
2018	1426	508	210
2019	1458	480	269
2020	1293	414	186

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2022. Elaborado pelo autor.

De forma estimada, o número de profissionais formados/capacitados, na UNED e Campus até o ano de 2020, foi de 2.286.

Com a “autonomia” administrativa/financeira e pedagógica, registrada a partir de 2010, o campus passa a contar com dotação orçamentária própria⁴⁰ o que viabilizou de forma mais “imediate”, a ampliação de espaços acadêmicos necessários para acomodação e atendimento do público discente que aportava no campus. Nesse quesito, no período estudado (2008-2020), foi destinado ao campus, o orçamento descrito abaixo:

⁴⁰ Após a definição do orçamento geral, via União/MEC/SETEC, para o Instituto Federal ocorre a divisão desse entre os campus que, podem de acordo com seus planejamentos destinar valores para investimentos (aquisição de obras, máquinas, equipamentos e materiais permanentes) e custeio (funcionamento diário da instituição). Assim também vale para a área financeira, ou seja, prover as demonstrações legais – publicização da execução orçamentária e financeira. Da mesma forma ainda para a área pedagógica, na manutenção, cancelamento e criação de cursos.

Gráfico 5 - Orçamento efetivamente empenhado por ano de execução⁴¹

Fonte: IFFar/JC, Direção de Administração, 2022. Elaborado pelo Autor.

Sintetizando, no ano de 2020, o campus contava com 68 servidores docentes e 63 técnicos administrativos em educação. Quanto a servidores terceirizados esse número era de 23. No entanto, devido ao início da pandemia do COVID19 e, da suspensão das atividades presenciais, alguns contratos foram interrompidos, levando a diminuição de postos de trabalho. Assim, a média de servidores terceirizados desde 2008 é de 38 trabalhadores.

3.7 Questões Éticas

No que concerne às questões éticas, essa pesquisa percorreu todas às instâncias da Plataforma Brasil e, Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos, da UFFS, sendo aprovada pelo parecer 5.074.236, de 01/11/21, momento que se iniciou a coleta de dados. Durante a realização das entrevistas foram observados todos os protocolos sanitários emanados das autoridades correspondentes em vista do estado de pandemia. Não obstante a preferência à entrevista presencial, em todos os casos foi esclarecido de antemão ao participante a possibilidade da entrevista ser realizada em formato online. Em todas as situações foram seguidas as preferências dos entrevistados, que foi a via presencial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação e discussão dos dados da realidade investigada, compreendem três seções correspondentes aos objetivos específicos dessa dissertação, a saber: a) Demonstrar os

⁴¹ Deve-se considerar que nestes empenhos não estão incluídos o orçamento com pessoal (docentes/técnicos administrativos) que, de acordo com o setor contábil/financeiro do campus, em 2020 gira em torno de R\$ 15.120.000,00 por ano.

mecanismos (canais de transmissão) que a formação científica e tecnológica melhor contribui para o desenvolvimento regional; b) Analisar os contextos político e socioeconômico de implantação e de maturação/consolidação do IF, os efeitos de seu desempenho institucional e sua relação com a comunidade regional; c) Compreender a formação e as relações de governança do IFFar (participação dos atores regionais para desempenho/desenvolvimento do Instituto e a relação do IFFar com as entidades regionais); d) Verificar a percepção dos atores regionais quanto ao papel do campus do IFFar para o desenvolvimento regional e suas expectativas quanto ao futuro da Instituição.

4.1 O movimento local para criação do IF e as expectativas/demandas regionais

Como demonstrado na seção 3.6, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) foi criado no ano de 2008 mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, Escola Agrotécnica Federal do Alegrete e “das então recém constituídas Unidades de Ensino Descentralizadas de Júlio de Castilhos (UNED-JC) e Santo Augusto (UNED-SA)” (IFFar, 2018, p. 11-12), na primeira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. No entanto o percurso para o estabelecimento da UNED até a transformação desta em campus do IFFar, já fruto do próprio processo de instituição desses, não se deu no plano pacífico de expansão da Rede Federal a partir da centralidade do governo federal. Pelo contrário, se observa que a implantação dessa unidade foi fruto de intensas disputas políticas e, na mesa de negociações questões partidárias parecem ter pesado, muito mais que as relativas ao processo de desenvolvimento regional embutidas na expansão da rede. Nesse contexto, a instalação da UNED-JC tem suas raízes em plano de governo municipal, antes mesmo de discussões a nível federal, como cientificado pelos atores da comunidade: “como constou no plano de governo de 2004, 2004 tinha pleito eleitoral, constou no plano de governo que nós gostaríamos de ter aqui uma escola agrícola semelhante a São Vicente do Sul (...)”, (PCE-1, 2021).

Mas a materialidade da proposta vai ocorrer a partir do momento em que se estruturam articulações políticas do nível municipal ao federal, o que possibilitará a inclusão na pauta do governo central das intenções municipais. Um ator municipal, assim descreve esse percurso:

(...), lá pelas tantas digamos 2005 o governo, ai surgiu, o [deputado federal]⁴² que era mito ligado à gente né, e ele sabia (...) também que o governo federal tinha liberado somente duas escolas pra cada unidade da federação porque tava trancado até 2005. Ai agosto de 2005, o governo federal destrancou através de uma resolução, quer dizer abriu a possibilidade de mais criações de escolas federais no Brasil. Ai criaram duas por estado o estado que quisesse aderir, o

⁴² Aqui foi ocultado o nome e, preservou-se o cargo devido às questões éticas.

estado aqui aderiu, acho que foi Charqueadas e Passo Fundo se não me engano as duas unidades, é duas escolas federais, (PCE -1, 2021).

Embora as resoluções via governo federal davam notícias de duas escolas federais no Estado, as articulações políticas também no âmbito federal constroem a proposta de abertura de uma terceira unidade no município e, essa entra na pauta das rodadas de negociações, momento que afloram também diferenças partidárias como expressado a seguir:

(...) mas no começo como nós, nós era do partido PSB (...) o governo era claro o PT (...), não foi fácil digamos, entrar aí, houve certa resistência, as primeiras reuniões não foram fáceis, não é bem assim (...), e a partir daí veio essa notícia: (...) saiu num folder às escolas federais no RS inclusive Júlio de Castilhos. Era quase um sonho, de repente essa possibilidade se viabilizou meu Deus do céu a possibilidade se viabilizou, nossa era fantástico, (PCE-1, 2021).

Um integrante da comunidade interna que no período vivenciou os primeiros debates relata os fatos nos seguintes termos:

Comentou-se na época que o Colégio Agrícola de SVS tinha interesse em abrir uma escola na região de JC e Tupanciretã em função da vocação para agropecuária. O que se noticiou foi que a prefeitura municipal de JC assinou uma declaração de intenção, ainda em 2005, manifestando o desejo de receber a escola e oferecendo melhores condições que Tupanciretã, (PCI-2, 2022).

A partir desse ponto, ou seja, da oficialização de uma proposta em nível de governo federal, que possibilitava ao menos as discussões para implantação de outra unidade de ensino federal, é construída uma sólida articulação social em prol da instalação dessa unidade no município, congregando o próprio poder público local, “Prefeitura Municipal (...), Secretaria Municipal de Educação (...), assessoria jurídica, segmentos sociais, deputado federal (...) que mediava às relações com o Ministério da Educação, etc. O apoio da comunidade foi muito importante” (PCI-1, 2022). Na seara do estabelecimento dessa articulação outro representante da comunidade testemunha que

(...) sim havia a participação do município, foram feitas algumas reuniões que a população foi chamada para participar, outras pessoas, lideranças estavam presentes, então havia sim a participação da sociedade, a gente na época estava a frente da câmara e sempre participava dessas reuniões junto com o prefeito e outras autoridades pra vim a escola porque era uma grande oportunidade pra cidade, (PCE-2, 2021).

Ainda nesse contexto, outra declaração corrobora o empenho dos entes político-sociais no alcance do objetivo traçado, quando é registrado que:

E eu lembro que no início ali houve um acompanhamento forte até mesmo com a cedência do espaço lá que ia ser utilizado e tudo mais, que era uma área que não tava mais sendo utilizada pelo município né, então eu me lembro de ter ouvido assim essa preocupação essa busca incessante por parte dessa questão política pra tentar trazer de fato, enraizar aqui em Júlio de Castilhos um polo ou um campus do IFAR, (PCE-5, 2021).

Sobressaem-se nesse intermédio as características necessárias à consecução de arranjos que almejam benefícios mútuos, ou seja, a capacidade dos atores locais para a aglutinação de forças sociais, para o estabelecimento da coesão, ligações e cooperação para a construção “social” do desenvolvimento local e regional que por oportuno remetem aos próprios pressupostos clássicos do desenvolvimento regional, como já referidos anteriormente, qual seja: “uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores” (GODARD et al., 1987, p. 139 apud SOUZA FILHO, s.a., s.p.).

No transcurso dos acontecimentos efetivou-se, no município, a instalação de uma Unidade de Ensino Descentralizada do CEFET- São Vicente do Sul, iniciando suas atividades em fevereiro de 2008, tendo sua inauguração datada de 29 de maio de 2008, nas instalações da antiga Escola Agropecuária de Júlio de Castilhos, localizada em área rural do município, junto à comunidade de São João do Barro Preto, distando 7,5 km do centro da cidade, a qual, após encerramento das suas atividades apresentava uma infraestrutura adequada para comportar a nova instituição. Devido à amplitude da articulação popular, percebido em prol da instalação dessa unidade, pois pesava também a concorrência de outros municípios que pleiteavam a política pública, (PCI-1, 2021; PCE-1, 2021), a oficialização da UNED foi recebida com euforia no município, devido às expectativas que vinham sendo fomentadas e as possibilidades, agora abertas. Um ator local retomou essas primeiras expectativas e possibilidades, da seguinte forma: “Na época, sonhava-se “alto”. Como o Ministério da Educação não definia, em termos legais, os limites de nosso crescimento, pensava-se em um Campus com mais de 3 mil estudantes. Nesse período, as expectativas em relação a transformação social e educacional para cidade e região eram muito grandes”, (PCI-4, 2022).

No *menu*, em que eram arrolados, euforia, expectativas e possibilidades, outros representantes da comunidade as percebiam e expressaram-nas, como observado: “Quando ocorreu a notícia que tínhamos sido um dos três municípios contemplado novas perspectivas se instalaram na Cidade e percebíamos no brilho do olho dos jovens que estudavam no Ensino Médio a alegria da possibilidade de continuarem seus estudos”, (PCI-1, 2021). Outro representante da comunidade interna fez relações muito pertinentes quanto à necessidade e importância da formação técnica no município:

O anúncio da abertura da UNED-JC foi recebido com grande entusiasmo pela população, visto que preencheria uma lacuna na formação profissionalizante deixada pela escola Cenecista⁴³, que ofertava o curso técnico em Contabilidade,

⁴³ Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – Escola Cenecista de 2º Grau Castilhense funcionou na cidade até início dos anos 2000. De cunho privado oferecia um curso propedêutico e o curso Técnico em

e, antes disso, pelo CIE⁴⁴, que funcionava junto a escola Vicente Dutra disponibilizando curso profissionalizante em Marcenaria e um curso relacionado a hortifruticultura. Aos mais velhos era perceptível o entusiasmo, acredito que despertava o saudosismo em relação à Escola Agropecuária de Júlio de Castilhos que fora instalada no mesmo local que estava sendo destinado a UNED-JC, e que deixara boas impressões, (PCI – 2, 2021).

No mesmo contexto da percepção da necessidade de formação técnica no município, outro agente da comunidade externa, se expressa corroborando sua importância para a cidade e região:

(...) a gente sabe que é difícil pra manter um aluno fora assim, lá a maioria das pessoas que fazem esse curso [técnico em agropecuária] são pessoas de família humilde que precisam, que buscam através do estudo uma profissionalização pra ter melhores condições, então a vinda do IFFAR-JC pra cá fez com que houvesse essa expectativa assim de:- a não vou precisar mais ter que me deslocar pra São Vicente, vou fazer aqui porque aqui eu to em casa. Então eu me recordo que houve esses comentários bem positivos, nesse sentido não só em relação a esse curso, mas com outros cursos também que era uma nova, nova oportunidade mais um, (...) mais uma, mais condições de qualificação que a gente tava limado a ter. Nós tínhamos, assim como eu, tu também frequentou a escola Cenicista ali que era um colégio técnico que habilitava a gente a, nós, saíamos um profissional técnico em contabilidade e depois a escola fechou então só ficamos com o ensino médio regular, não tinha uma outra instituição ou uma outra escola que desse essa preparação pra um profissional mais rápido, uma pessoa assim que faz um curso em 2, 3 anos e já saia capacitado pra alguma coisa, e com a vinda do campus pra Júlio essa perspectiva se renovou. Eu acho assim que houve por parte da população uma, assim, uma, um entusiasmo em poder fazer alguma coisa que nos tínhamos perdido lá atrás, (PCE-5, 2021) grifo nosso.

Assim, encerrado o ciclo das articulações políticas que contou com sólida coalisão social culminando com a instalação da unidade, um dos principais atores do poder público envolvido no processo, sintetizou o período como segue: “(...) e abriu né, foi indo, foi indo, (...) tudo aquilo levou 2006, 2007, 2008, 25 de fevereiro de 2008 que começou com 243 alunos, primeira aula. Com aquelas instalações que tinha lá, aquele espaço físico que tinha a antiga escola agrícola, sem nenhuma benfeitoria nova”, (PCE -1, 2021).

Dada a criação da unidade, nos termos expressos anteriormente, cabem algumas reflexões à luz da própria legislação que rege a expansão dos IFs. Embora os objetivos e fins asseverados no processo de expansão da Rede Federal, voltados à ocupação territorial e desenvolvimento das regiões, os critérios predefinidos, por vezes são desconsiderados o que “expõem que muitos outros interesses definem onde devem ser instalados os campi”

Contabilidade de destacada qualidade e prestígio no município e região. Fonte: Professor José Fernandes, atuou por muitos anos no curso técnico. O próprio autor foi aluno nessa instituição.

⁴⁴ Centro Interescolar Estadual oferecia complementação de estudos ao antigo primeiro grau. No turno inverso das aulas regulares, os alunos eram iniciados em diversas áreas/ramos de formação técnica/profissional: Técnicas domésticas, técnicas comerciais, técnicas agrícolas, datilografia, artesanato entre outras. Programa que contava no município, com rica infraestrutura (prédios, salas de aulas, laboratórios, oficinas, máquinas, equipamentos) e, por falta de investimentos do governo estadual foi finalizado no início dos anos 2000. Professor José Fernandes, atuou no programa por longa data. O Próprio autor frequentou essas atividades.

(GOUVEIA, 2016, p. 9), fato que muitas vezes acaba por comprometer alguma estratégia nacional de desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2006). Algumas dessas adversidades ficaram expostas no processo local, observadas pela narrativa seguinte, embora esses tropeços iniciais, fossem sendo superados em médio prazo: “Apesar da notória falta de planejamento inicial, acredito que a presença do Campus representou um marco muito importante para nossa cidade. Na comunidade é corrente a expressão “antes e depois do IFFar”, (PCI-4, 2022).

De outra parte, na observação dos critérios adotados para a criação de novas unidades, percebe-se que o principal dentre eles adotados tanto na Iª e IIª fases da dilatação da Rede Federal está presente no caso em tela, a proximidade e sintonia com os arranjos produtivos locais (GOUVEIA, 2016). Embora nesse caso a forma mais apropriada seja de que para a instalação da UNED-JC, foi considerada a vocação produtiva regional (embora cursos de outras áreas tenham sido incorporados com o desenvolvimento do campus, como se verá adiante).

Nesse sentido, ao que fica evidenciado, havia certo consenso, desde as concepções políticas e percepção social para a instalação de uma unidade de matriz agropecuária no município, pois, como se comprova, “(...) a escola foi denominada exatamente para ser uma escola agropecuária” (PCE-1, 2021), “e esperava-se que os cursos a serem ofertados viessem ao encontro das necessidades locais, uma região de vocação estritamente agrícola e com comércio “restrito”, mas pulsante (...)”, (PCI-2, 2022). A mesma percepção é corroborada por outro integrante da comunidade, “(...) e os cursos técnicos ali, eu me lembro que houve muito essa preocupação com a atividade econômica do município, então preparar mão de obra pra atender essa demanda que existia no município”, (PCE-5, 2021). Por fim, outra narrativa relaciona as necessidades locais, demanda por profissionais qualificados e desenvolvimento socioeconômico, com a instalação do campus, alinhados, diga-se aos preceitos legais de criação dos IFs, “durante essa fase foram observados aspectos legais, a realidade social e a necessidade de profissionais capacitados que pudesse contribuir no desenvolvimento do município e da região”, (PCI- 1, 2021).

Ainda na linha dos critérios estabelecidos para o alargamento dos IFs, embora esse seja referenciado somente para a IIª fase, “aproveitamento de infraestrutura física existente” (GOUVEIA, 2016, p. 9), o campus JC, como foi evidenciado, foi instalado em uma estrutura aonde funcionou por longos anos a Escola Agropecuária de Júlio de Castilhos que, deixou uma boa infraestrutura em prédios e uma área de 42 hectares, o que além de estar em linha com as diretrizes estatutárias, também justificava uma identificação do campus com o setor agropecuário. Nesse espaço cabe salientar ainda, de acordo com o que foi registrado, que há

ainda presente, de tempo recente uma identificação muito forte da comunidade com a formação técnica, haja a vista a herança rememorada, da escola CENECISTA que oferecia uma formação técnica na área da contabilidade, outra diversidade de oportunidades de iniciação profissional em diversas áreas disponibilizadas pelo CIE e, a própria Escola Agropecuária da cidade que proporcionava uma formação impar na região.

Colocados de outra forma, pode ser dito que a comunidade percebe a importância da formação técnica para o desenvolvimento pessoal, no sentido das possibilidades que um curso de curta duração proporciona nos quesitos de empregabilidade e conseqüentemente na formação de renda que de forma ampliada impacta o desenvolvimento socioeconômico das regiões. Essa perspectiva é convergente com as finalidades e características dos IFs trazidos pela lei de criação (n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008) em seu item I, Art 6º: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. Esse papel atribuído aos IFs enquanto subsidiário é reconhecido na comunidade, pois como foi verificado, “os IFs foram criados e localizados para contribuir no desenvolvimento social, humano, econômico local e regional”, (PCI-1, 2021).

As impressões acerca do papel da formação técnica com agregação tecnológica ao conhecimento para o desenvolvimento local são também reconhecidas e referenciadas pela comunidade. Esse reconhecimento perpassa por diversos segmentos sociais e, a forma enfática, com que é aludido, foi observado na comunidade, como segue:

quando a UNED passou de CEFET para Instituto Federal de Educação, **Ciência e Tecnologia** Farroupilha, o nome aludia, na minha imaginação ao menos, para uma escola que seria um misto do CIE com a escola Agrícola de JC numa apresentação modernizada, **criou-se a expectativa na formação profissionalizante com egressos altamente capacitados**. Naquela época eu já reconhecia a formação profissionalizante como uma forma imediata de promover o “desenvolvimento” de uma região, visto que, ela dá subsídios ao egresso para que ele invista no mercado de trabalho **como prestador de serviços** e inicie cedo a sua vida profissional. Garantindo tempo para ele experimentar na sua área de formação e analisando o contexto decidir se aprofunda ou amplia a sua formação ou muda de área completamente de área. E numa visão mais otimista é possível que o profissional altamente capacitado **empreenda em um nicho de mercado e com isso empregue diversas pessoas gerando divisas para o município**, (PCI-2, 2022).

Essa perspectiva, de uma formação mais curta, com qualidade diferenciada que proporcione condições mais favoráveis para ascensão a postos de trabalho, melhores remunerados é referida pela maioria do público que ingressa nos cursos técnicos, pois aí encontram “(...) um ótimo ensino, pois os alunos já saem treinando para o trabalho (...)”,

(SILVEIRA, 2017, p. 48)⁴⁵.

A viabilidade de uma formação primorosa para a diplomação de egressos com alta capacidade técnica/tecnológica, visando às possibilidades da empregabilidade, perspectiva, como visto compartilhada de forma ampla pela comunidade interna e externa bem como daqueles, em sua maioria que demandam esse serviço público, parece contrastar com os estamentos dogmáticos/ideológicos que orientam a organicidade dos IFs, na busca da “escola unitária” de inspiração Gramsciniana⁴⁶ que prega uma formação integral que superaria a dicotomia entre formação humanista (formação crítica, cidadã, para a elite) e técnica profissional (formação para atendimento ao mercado de trabalho, para os mais pobres). Esses dogmas ideológicos que segundo Soares (2000) apud Amorim (2013) são eivados de equívocos no que diz respeito à chamada escola unitária no sentido de que sua implantação carrega implicitamente a necessária derrocada do sistema capitalista expõem disputas internas desgastantes e improdutivas que convergem para uma falta de identidade dos IFs (GOUVEIRA, 2016). No entanto essas questões não são propriamente o *locus* desta pesquisa, embora estejam relacionadas.

Cabe salientar ainda, do campo das ideias propositivas da criação dos IFs, que a regionalização de unidades, “favoreceria o atendimento as demandas educativas nos seus aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos” (ORTIGARA e GANZELI, 2013 apud SILVA, 2019, p. 66), sendo que essas perspectivas se refletiam no campo prático da sociedade castilhense. Isso verificado no momento que são manifestadas as necessidades de mudanças estruturais a partir e com a instituição de ensino básico técnico e tecnológico em seus diversos níveis e modalidades para superar certa “estagnação” percebida no município, devido à capacidade da política pública verificada na lei de criação e, nas esperanças depositadas nela, pelos munícipes.

Pelas narrativas colhidas, os representantes da comunidade endossam as contingências estruturais que, esperavam-se fossem modificadas:

Bastante expectativa sobre, a respeito a emprego né, que era a prioridade eu acho pra maioria das pessoas eu acho né, e outra coisa assim em termos pra filhos da gente, de futuros também pra estudos né que ia ser uma coisa boa, era uma faculdade perto de casa. E tanto que a gente tinha algum curso, tem que ir pra cidade, pra fora, já tem mais custo né, (...)”, (PCE-3, 2021).

Outro relato testemunha o saneamento à demanda sócio cultural apresentada pelo município, “(...) precisávamos de uma instituição federal que atendesse aqueles estudantes

⁴⁵ Depoimento de aluno de curso técnico integrado.

⁴⁶ Baseado em Antonio Gramsci, teórico e ativista político italiano, um dos principais filósofos do Partido Socialista Italiano. Disponível em : [.: Gramsci e o Brasil .: \(acessa.com\)](https://www.gramsci.org.br/). Acesso em: 10 jan. de 2022.

que não ingressavam na UFSM e/ou não tinham condições financeiras de acessar e permanecer nos cursos ofertados pela UNICRUZ (Universidade de Cruz Alta)”, (PCI -1, 2021), ainda nesse panorama, acrescenta outro ator da comunidade;

(...) porque isso, porque ali através desse processo educacional, uma possibilidade de, por ser federal, transformar a educação de Júlio de Castilhos em outro cenário, quebrar paradigmas, vamos ter aqui professores de outras, outros locais, professores com outras culturas, quer dizer, vamos dar um baita lance, (PCE-1, 2021).

Cabe insistir ainda da percepção social quanto às transformações esperadas na cidade com os processos educativos, atividade primeira, mas não só para o desenvolvimento das regiões, embutidas na expansão dos IFs; “(...) falando em termos de educação, houve uma expectativa muito grande, no que o IF poderia contribuir, com as escolas né, com os professores, com os alunos, criou-se essa expectativa, então com a vinda do IF”, (PCE- 4, 2022).

Aqui se coloca em relevo a percepção dos atores locais no que diz respeito à função *sine qua non* de uma instituição de ensino pública de nível federal, o que a luz dos postulados teóricos, são denominados efeitos de longo prazo, ou “efeito conhecimento”, (ROLIM, et al., 2009; HOFF et al., 2017; DE FAVERI, et. al., 2018; FERREIRA, et al., 2018; DAMÁSIO et al., 2020). Embora os impactos decorrentes de investimentos nas áreas sociais, nesse recorte, na formação -educação- sejam percebidos somente no longo prazo e, em municípios com menos de 50 mil habitantes o “efeito gasto” costuma superar os impactos de longo prazo quase em todos os cenários ou, o “efeito conhecimento” é limitado pela matriz produtiva local que não consegue absorver número significativo de profissionais (ROLIM, et al., 2009; DE FAVERI, et. al., 2018), a formação de capital social é a meta desejada, inclusive almejada pela sociedade. No cenário aqui em tela, como se verá a diante, o “efeito conhecimento” já começa a ser incorporado e percebido na comunidade.

No bojo das modificações germinadas no município, além das possibilitadas, como já referenciado, pelas oportunidades de formação técnica, graduação, pós-graduação e capacitações em diversas áreas profissionais, o público de forma geral, agentes e atores consultados evidenciaram também a importância dos efeitos de curto prazo, “efeito gasto” (ROLIM, et al., 2009; DE FAVERI, et al., 2018), pois esses são importantes geradores de postos de trabalho e renda, que “(...) era a prioridade eu acho pra maioria das pessoas (...)” (PCE-3, 2021), e novos empreendimentos para suporte da política pública. Os posicionamentos dos atores dão conta dessas perspectivas, como observado:

De imediato: eu acreditava que haveria um considerável aumento da população flutuante e conseqüentemente maior movimento do comércio local, (...). Também havia expectativa quanto o aumento do movimento no

comércio varejista e de supermercado, e aumento **na procura por moradia**. Esperava-se que os funcionários da UNED se mudassem para JC e que os alunos vindos de outras cidades também passassem a residir em JC. Soube de alguns investimentos nesse sentido (...), (PCI-2, 2022).

Como visto e, de acordo com outro ator municipal, esses impactos pré-imediatos já se refletiam no município, em diversos setores econômicos proporcionando nova oxigenação e perspectivas de investimentos na cidade:

Tanto é que nós, lá por 2006, 2007 quando começou criar corpo mesmo essa, essa, já definitivo a gente percebeu assim que já começou o interesse, a valorização do setor imobiliário, do setor assim de desenvolvimento, começou já despertar, isso foi muito importante, imóveis que valiam 5, 8, 10 mil reais em qualquer lugar, assim não bem central, mas de repente passou a ser 25 (...), (PCE-1, 2021).

O mesmo grau de importância do investimento público federal para a comunidade, o que descortina as necessidades da população, no sentido de horizontes de formação, emprego e renda, foi compartilhado por outro representante social:

(...) ia ser bom pra J.C., para o desenvolvimento como um todo de J.C. não só educacional, né, mas como desenvolvimento no comércio, logístico, toda a logística da vinda do IFFar pra J.C., a gente observou, que houve um grande movimento, desenvolvimento na cidade, o que a gente percebeu que J.C. se tornou uma cidade muito mais prospera. Prospera no sentido de desenvolvimento do comércio, né porque ai é, são casas que foram alugadas, houve construções inclusive né, se construiu muitos imóveis com a vinda de funcionários, com a vinda de alunos pra alugar então né, esses kitnets, essas casas pra esses alunos que vinham estudar no IFFar, (PCE-4, 2022).

Colocando a prova os postulados teóricos que anunciam as pressões que atuam sobre as estruturas locais, provocando impactos disruptivos, devido à envergadura da política pública, dentre outros “impactos na paisagem (...), a regeneração das áreas (...), a qualificação social, cultural (...) e a capacitação das comunidades locais” (FERNANDES, 2007, p. 2), pode-se afirmar que esses se acham contemplados e, são percebidos pelos atores locais, no contexto averiguado, ou seja, a comunidade identifica o IF como marco temporal na perspectiva de antes e depois, associado aos mais distintos avanços percebidos no imaginário coletivo.

Esse marco temporal que deu início a novas perspectivas ao desenvolvimento local, diante de uma realidade quase estagnada, está presente no consciente coletivo dos mais diversos setores sociais, e é posto em evidência por seus representantes, quando nesse sentido é narrado que:

(...) olha o desenvolvimento de Júlio de Castilhos, a partir de 2007 deu um salto de qualidade junto com outras ações (...), JC deu um, meu Deus do céu uma valorizada assim rapidamente né em termos de opção de vim morar pra cá, de trabalho de estudo (...), eu vejo JC basicamente antes e depois, de fato, teve aspectos econômicos, aspecto social, aspecto cultural, essas quebra de paradigmas, assim também bastante intenso, com outras, outras cabeças, porque queira ou não queira a gente vai se enculturando no município vai conversando

sempre a mesma coisa, não vem novas ideias e novas ideias surgem de reuniões, de estudo, de troca de experiência, (PCE-1, 2021).

Ainda dos efeitos diretos/imediatos que pressionam a infraestrutura para suporte da política pública, conferindo ao mesmo tempo benefícios a comunidade, como apontado pela literatura pertinente, no que concerne a “impactos na paisagem e regeneração das áreas”, (FERMANDES, 2007), cabe mencionar que a comunidade aonde se acha instalado o campus do IFFar associa os impactos na localidade à instalação da política pública, como narra um representante local:

(...) muito, muito, com certeza, o asfalto acho que é a melhor parte, porque em decorrência do IF com certeza melhorou, aqui foi calçado a rua de trás, a rua de trás aqui foi feito calçamento, acho que foi feito até o final lá, agora faz a volta. E eu, com certeza, eu acho que tem sim bastante a ver com o IF, esse nosso com certeza, (PCE-3, 2021).

Outra observação se desata pelo acatamento das considerações expostas acima, inserindo-as no campo das políticas públicas é perceptível e aceitável, a partir do momento que se coloca do lado das comunidades que suportam “certa ausência” do poder público na esfera dos direitos sociais que, essas almejem os impactos mais imediatos da efetividade política que emana das autoridades centro/locais mesmo em se tratando de acesso a processos formativos. Nesse contexto deduz-se que a comunidade imediatamente afetada⁴⁷ pela política pública considere sensivelmente os efeitos de curto prazo (modificações na infraestrutura, serviços básicos de saneamento, oportunidades de emprego/renda) acima dos esperados para longo prazo que se firmam pela adição de capital social. Nessa seara um agente local registrou que:

então digamos faz mais de 40 anos que eu moro aqui eu me criei aqui, quando nos viemos morar aqui era tudo chão, tinha bem pouca, bem menos casa, não tinha iluminação pública. E depois, depois primeiro foi a luz elétrica agora a gente, agora já tem água da Corsan, que não vem mais do IF né, que antes o nosso poço era no IF, por causa que era Escola Agrícola, que era da prefeitura, ai depois o IF cedeu um tempo depois, e daí agora botaram da Corsan, (PCE-3, 2021).

Esse manifesto submetido ao crivo dos balizadores conceituais trazidos no referencial teórico possibilitam inferir novamente que não basta tão somente a existência de um aparato institucional, nesse recorte o IFFar, para a plena satisfação da função social, ou seja o atingimento dos objetivos de curto, médio e longo prazos. Geração de emprego e renda, diretos e indiretos, fomento a novos negócios na área da prestação de serviços, inclusão das pessoas, pelas diversas modalidades e níveis de formação oferecidas, nos setores produtivos e, acumulação de capital social. Isso posto, porque já é sabido, que os processos de

⁴⁷ Comunidade de São João do Barro Preto.

desenvolvimento que, de fato atingem seus objetivos fazem nas articulações e, na capacidade de cooperação entre os diversos atores e agentes locais. Esses pontos serão tratados na próxima seção.

4.2 As articulações e parcerias do IF com a comunidade – e a governança-

Como averiguado no referencial teórico, os espaços locais/regionais que apresentam maior dinamicidade para processos de desenvolvimento, são aqueles, onde se constata uma maior articulação, engajamento e estreita cooperação entre atores e agentes locais, pois como já elucidado, “uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores”, (GODARD et. al., 1987, p.139 apud SOUZA FILHO, s.a., s.p.). Dessa forma, as localidades que conseguem mobilizar suas forças, a partir, ou para um planejamento prévio e amplo e, posteriormente atuação direta desses atores e agentes ou, via institucional pública e privada conseguem apresentar e/ou criar uma atmosfera dinâmica capaz de encampar processos de desenvolvimento pela agregação produtiva, com novas empresas, novos negócios, trabalho, emprego e renda. É nesse contexto e sentido, ou seja, “como instituição promotora do desenvolvimento regional sustentável”, (IFFAR, 2020), tanto na perspectiva do engajamento, articulação e cooperação, enquanto agente institucional público, em conformidade a lei de criação que o IF campus Júlio de Castilhos, teria que pautar suas relações tanto intrínsecas (ensino), bem como as “extraclasse” com as comunidades do entorno. Cabe, nesse princípio, uma vez mais ressaltar a importância da presença das IES nos processos de desenvolvimento regional, que se reforça quanto maior forem as parcerias que essas podem estabelecer com o setor privado/produtivo, setor público e sociedade civil organizada, ou seja, “(...) um papel determinante no processo de desenvolvimento regional (...)”, (ROLIM et. al, 2009. p. 91).

Esse período que pode ser chamado de primeiro momento, ou, nos primeiros anos, enquanto Instituto Federal presente em Júlio de Castilhos, a comunidade percebia uma articulação fina do instituto com essa e vice-versa, muito ainda fruto da mobilização político-social da fase de pré-instalação, como intuído pela seção anterior, também devido a, “(...) claro que isso passou muito, acho que pela direção também, lá do IF”, (PCE-1, 2021). Dessas impressões que, dizem respeito da inserção social da instituição pública de grande envergadura para a região, mas primeiramente para o município, um dos principais atores, a frente do processo de criação caracteriza a atuação institucional nesses primeiros anos, da seguinte forma:

(...) aí houve uma aproximação muito grande ali, porque era necessário, todo o envolvimento, a participação do município, era reuniões aí, abertura de novos cursos, (...) tinha uma relação fantástica e eu em qualquer evento, qualquer atividade que tinha, eu volta e meia estava lá, muito presente, (PCE-1, 2021).

Nesse primeiro momento a articulação IF-comunidade, também passava pela necessidade institucional de consulta a mesma para levantamento de necessidades formativas (também trazidas pelos representantes do governo municipal), para posteriormente estabelecimento de cursos/programas de capacitação/formação, pois assim estabelecia e estabelece a legislação. Essa perspectiva toma forma quando retomada pelos atores e agentes locais, ficando implícita nas narrativas dos representantes tanto da comunidade interna, quanto externa, como percebido adiante: “(...) comumente, as demandas locais são levadas em consideração na projeção de cursos, projetos e afins”, (PCI-3, 2021), percepção corroborada por outro representante local, no sentido de que: “sempre que a proposta de um novo curso, ou qualquer proposta é apresentada, ela vem acompanhada dessa justificativa”, pois, continua ele, “a regra é realizar uma consulta pública relativa ao interesse no curso a ser ofertado”, (PCI-2, 2022). Por fim outro representante da sociedade local narra que: “teve convite sim, (...) a comunidade sim, foi convidada várias vezes, não só eu, algumas, várias pessoas da comunidade foram convidadas a participar (...)”, (PCE-3, 2021). Logo, nesse interim, tem-se que a instituição procura atender as demandas regionais na proposição de cursos (ensino/atividade *sine qua non*) que sejam adequados as demandas apresentadas, ou seja, pela formação profissional técnica/tecnológica que capacita o público a novas possibilidades no mercado de trabalho e/ou no mundo dos negócios pela via empreendedora.

No entanto, considerando seu grande compromisso social, evidenciado na exposição teórica, as narrativas colhidas colocam em evidência a atuação institucional, “extra-classe”, como exarado a seguir: “em parte (...), penso que o IF cumpre, em parte, o seu compromisso social”, e o mesmo agente local acrescenta que, “isso precisa ser repensado até porque a comunidade tem uma enorme expectativa do que o IFF pode trazer para contribuir no desenvolvimento local e regional”, (PCI- 1, 2021). Seguindo nesse horizonte, passada a primeira fase que, pode ser compreendida da criação do campus JC, enquanto parte do Instituto Federal Farroupilha até os cinco primeiros anos, momento que a comunidade começa a receber os primeiros profissionais formados na nova instituição, os atores e agentes locais começam a constatar algumas lacunas, frustrações, e retrocessos em relação às expectativas que a comunidade nutria, com a presença do IF, o que, na visão dos representantes sociais acaba por comprometer a consolidação do campus consequentemente pela falta e/ou oscilante articulação com setores específicos e, não com a região de forma plena. Essas deficiências e

frustrações que começam a ser enumeradas são percebidas interna e externamente a instituição. No que diz respeito à identificação dessas, pela comunidade interna, as narrativas apontam para o processo inicial de organização da instituição, instante que refletia uma “notória falta de planejamento”, (PCI-4, 2022).

Nesse aspecto, amparado pelo referencial teórico, não restam dúvidas que, as ações e projetos que alcançam os melhores resultados são fruto das melhores estratégias, originárias num planejamento inicial onde são colocadas em tela todas as perspectivas para o atingimento das metas traçadas. Embora no transcurso da execução possa ocorrer o reordenamento das ações, algumas fragilidades podem permanecer no médio e longo prazo, refletindo em toda a estrutura. Esses apontamentos, de forma sensível, no que concerne ao caso em tela, são retomados pelo público consultado que, faz alusão as possibilidades que poderiam minimizar as lacunas identificadas entre IF/comunidade na efetividade do seu compromisso social, para além das atividades intrínsecas do ensino, pois, como testemunhado, “penso que no âmbito da educação formal esse papel está bom”, (PCI-1, 2021). E, o mesmo acrescenta, “acredito que o tem que melhorar é a inserção social da Instituição e isso pode ocorrer naturalmente com a dinamização da pesquisa e da extensão”, (PCI-1, 2021). Ainda da esfera interna, emanam mais preocupações e, em certa medida desapontamentos quanto à ação institucional para o desenvolvimento regional, o qual é visto “(...) como um de nossos pontos fracos” (PCI-4, 2022) que remetem ao processo de organização e planejamento iniciais, mas também as formas de atuação direta na comunidade, pois segundo outro agente, a partir daí, “também esperava que a instituição tivesse um núcleo cultural aberto à sociedade, programas de extensão voltados ao desenvolvimento e não ao assistencialismo”, (PCI-2, 2022). Ainda nesse sentido, ou seja, no apontamento dessas fragilidades, mas também na indicação de possibilidades de saneamento, é corroborado que, “a atuação do IFFar da “porteira” para fora ainda é deficitária”, mas, “(...) acredito que a criação de um setor destinado especificamente para esse fim, poderia ser um bom caminho”, (PCI-4, 2022).

Esse processo de atuação direta nas comunidades e, com as comunidades, de acordo com a percepção dos representantes sociais, como visto, passado o furor inicial de instalação do campus, começa a se revelar desencadeado, descontinuado e, de iniciativas isoladas em relação aos primeiros momentos do IF. Fato que foi ficando cada vez mais evidente no meio social, como se depreende da narrativa seguinte: “(...) vou te dizer que eu percebi mais no início, no início, no início era bem mais perceptível isso, depois com o passar do tempo a gente verificou que isso não foi ficando tão evidente (...)”, (PCE-5, 2021). Integrantes da comunidade interna confirmam essas evidências, quando relatam que, “atualmente existem

iniciativas isoladas (...)”, (PCI-4, 2022), ou, “em parte, muitos profissionais do campus já desenvolvem projetos organizados a partir das necessidades sociais e econômicas locais e regionais”, (PCI-1, 2021). Essas narrativas impõem a observação de que a ação institucional pública que deve ser coordenada e orientada, entre outras à eficiência e eficácia, fica prejudicada, em prol de ações individuais, descoordenadas e pontuais. Novamente as narrativas da comunidade interna, levam a esse referendo, como se observa adiante, “a relação do IFF com a sociedade e instâncias do poder é boa mas precisa ser melhorada e ocorrer de forma contínua”, (PCI-1, 2021). Outro membro social embora divergindo, em certo ponto, acrescenta:

em parte, **parece que isso ocorre, mas** não é a regra. E quando é feita essa articulação **é desorganizada**, fica a impressão de que é um experimento sem início, meio e fim definidos, ou **que se faz apenas por conveniência ou por “obrigação”**, (PCI-2, 2022).

Nesse ponto é pertinente registrar conforme foi coletado que “o IF está presente em vários pontos e momentos sociais (...)”, (PCI-2, 2022), em representação, sendo que essas guardam relação com a área de atuação, cargo ou função exercida na instituição. Essas representações são encontradas em conselhos municipais, grupos de trabalho, grupos colegiados, encontros e/ou reuniões esporádicas quando é necessário um referendo de caráter “participativo”. No entanto, como depreendido das narrativas, essas representações descrevem características de pessoalidade na composição, pois na comunidade interna não são encontrados espaços de discussões e formulação de ações estratégicas, trazidos por pautas elencadas nessas instâncias, o que caracterizaria minimamente uma articulação institucional. Tão pouco é detectado ampla divulgação da composição e participação da comunidade interna, enquanto representação institucional nessas instâncias colegiadas do município.

Ainda desse contexto é forçoso arrolar a participação de representantes da sociedade civil na instância máxima, colegiada do campus em número de três, abrangendo representantes de entidade patronal, entidade de trabalhadores, setor público/empresas estatais, (IFFar, 2022). Porém considerando essa diminuta representação e a indicação de entidade/associação específica, talvez seja frágil afirmar que a comunidade externa seja amplamente representada frente à instituição, tão pouco de que essa instância seja um canal de captação das demandas da região para processos de desenvolvimento. Isso posto, pois da interpretação dos registros⁴⁸ desse órgão não se conclui que esses representantes se sintam aptos ao ativismo na apresentação de demandas da comunidade regional, pois esses

⁴⁸ Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/colegiado-de-campus/colegiado-campus-juliodecastilhos>. Acesso em: 14 jun. de 2022.

documentos transcrevem a atuação um tanto “restrita” a apreciação de atos formais já previamente discutidos internamente.

A despeito da presença e atuação da instituição junto a comunidade, no sentido da consolidação dessa enquanto entidade “do município” pela atuação nos vários setores sociais, os atores e agentes da comunidade rememoram, a guisa de exemplos, estabelecendo comparações com o passado recente, em se tratando de escola de formação técnica e sua simbiose com o município que, não se observa, nesse momento, no mesmo nível e intensidade com o IF. Essas percepções se expressam, nas narrativas seguintes:

E um ponto que o Cenequista tinha assim, de vantagem é que o Cenequista, eles tinham, a direção da escola, eles firmaram vários convênios com empresas da cidade, bancos, alguns escritórios, a Cooperativa Cotrijuc⁴⁹, lá, então (...) e, por ai vai, (PCE-5, 2021).

As reminiscências desse período são retomadas também por outro ator da comunidade que, acrescenta no mesmo sentido:

Era um colégio onde a formação era muito boa mesmo, (...) foi uma escola muito boa e foi uma pena fechar né, foi lastimável fechar. E contribuía em várias pontas né, no esporte, na cultura, nossos teatros, esportes, os jogos Cenequistas, famosos né, participávamos em todo o estado do Rio Grande de Sul, contribuía muito com o município, (...), tinha uma identificação grande, grande mesmo com a [escola] formação técnica (...), (PCE-8, 2022, grifo nosso).

Como clarificado, o público consultado foi demonstrando pela esfera das comparações, as lacunas entre IFFar e a sociedade regional abrangida, no que concerne a atuação conjunta com essas comunidades. E é nesse sentido que outro participante ratifica essa condição, ao mesmo tempo em que apresenta exemplos de estreita colaboração, de outras unidades do próprio IF com sua comunidade específica. Nesse ínterim, narrado que, “(...) ao contrário que eu sei, por exemplo, de Panambi, tem uma parceria, pelo menos tinha, muito grande com o município, então são essas coisas assim, a finalidade de vim o IF pra cá (...)”, (PCE-1, 2021). E, quase em tom conclusivo, outro testemunho aponta para as mesmas evidências, como também acrescenta elementos que no seu entendimento podem estar por trás de certo afastamento. Em seus termos,

Ao meu ver, a articulação com a sociedade poderia se dar de uma forma mais eficiente, pois existe certa morosidade causada pelos procedimentos burocráticos, o que pode resultar em um entrave, ou até mesmo em uma possível falha de comunicação entre as partes, (PCI-3, 2022).

Possivelmente, como destacado acima, os fluxos internos que por vezes padecem de dinamicidade e veiculação também realçam o distanciamento percebido pela sociedade,

⁴⁹ Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos.

processo que foi se acentuando com o crescimento da instituição, ou seja, o IF foi se estabelecendo no município ao mesmo tempo em que “deixava de dialogar” com o mesmo. Dado que, não raros são os relatos nesse sentido, “desde que eu cursava eu fiz várias propostas no IF, o palestrante que quisesse tinha entendeu, (...) praticamente tudo, desde uma máquina que precisava, entendeu. Eu oferecia, falavam bha legal e tal, mas, (...)”, (PCE- 5, 2021). Dessa forma a comunidade começa a perceber uma instituição não muito receptiva a propostas do público (usuário), mesmo quando essas têm por fim colaborar com as próprias atividades internas, ou no dinamismo para conhecimento.

Outras narrativas colhidas junto aos atores participantes assinalam essa tendência de ruídos na transmissão IF/comunidade, frisado a diante:

Tu sabe assim, eu vejo outro ponto muito importante, e a questão dá talvez, como eu te falei, faltou a questão da divulgação, da informação (...). Então eu acho que faltou essa, faltou essa questão assim, esse, essa informação, tu entendeu. Me lembro que no início assim muitas vezes as pessoas não sabiam o que fazia um tecnólogo em agronegócio né. (...), então se houvesse por parte acho da, quando da apresentação do curso, se houvesse uma divulgação, um trabalho por parte da instituição junto a esses órgãos, sei lá, chama o Sindicato Rural, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a própria Cooperativa, essas empresas que prestam serviço e, dizer assim ó: o que seria esse profissional, em que ele poderia ajudar, eu acho que seria bem válido, eu acho que lá atrás assim faltou essa questão, (PCE-5, 2021).

Demais contribuições deixam mais evidente esse distanciamento, sendo enumerado também outras atividades ainda deficientes, da instituição em relação as suas práticas cotidianas com setores que deve estabelecer relações, para cumprimento de suas obrigações legais. Essa concepção foi respectivamente reforçada e apontada pela comunidade, conforme relato explicitado a seguir:

(...) então eu sentia meio distante, um exemplo no curso de Agronegócio, vou falar de novo na cooperativa né. Nunca foi apresentado pra Cotrijuc o que é o Agronegócio, daí tipo, tá nós se formava lá dentro e daí, tá, mas o que que é?. Sabe, vamo junta os produtores da cidade e vamo bota uma palestra no sindicato, (...). É bom, um desenvolvimento pra cooperativa, pra cidade, município e produtores sabe. Vamo pega lá, pega dois, três alunos mais topzinho, os professores cabeças e vamo lá mostra o que é. Eu to falando o meu exemplo sabe, o que eu senti na pele. (...) se formava, mas o que que é o curso de Agronegócio pra Cotrijuc, o que é o curso de Agronegócio pro produtor, onde é que ajuda, onde é que o Agronegócio entra, entendeu, que a gente falava, antes, dentro e fora sabe. Cara isso ai pra mim e o básico, isso faz muita diferença sabe, o pessoal não sabe, um dos exemplos sabe, tem cursos que não sabem o que é, qual é o fim da coisa. Eu vejo que (...) até mesmo nos estágios falta uma articulação maior entre empresas e o IF, porque se não, tu mais atrapalha que ajuda, desestimula, (PCE-7, 2022).

Esse contexto de distanciamento, movimento disruptivo, ou ainda de avanços e retrocessos no que diz respeito às articulações regionais, foi descrito por Vieira (2017), abordado no referencial teórico (item 2.3), como uma tendência das IES, decorrente de certa

“necessidade” de ligações supranacionais que leva conseqüentemente a “rejeição do lugar, distanciamento ou estranhamento geográfico” (p. 278-280), dessa forma os “vínculos mantidos com as localidades adjacentes são relativamente débeis” (p. 279). No que tange ainda a comunidade interna, as contribuições de um representante institucional sugerem o reconhecimento dessas deficiências, mas daí também emana apontamentos para o saneamento das falhas identificadas: “Acredito que a criação de um setor destinado especificamente para esse fim, poderia ser um bom caminho”, (PCI- 4, 2022). Narrativa que aponta novamente, como já identificado, para a ausência de um planejamento inicial (ou no planejamento) que considerasse perspectivas socioeconômicas em consonância a lei de criação dos Institutos e, sua função social no que diz respeito ao desenvolvimento regional pela inequívoca sintonia com as comunidades. Dessa forma, a sugestão embora pertinente, não é novidade, pois como já registrado, “também esperava que a instituição tivesse um núcleo cultural aberto à sociedade (...)”, (PCI-2, 2022). Mas na perspectiva da pertinência, os atores e agentes internos observam que, “(...) além desse aspecto, a desburocratização de convênios e termos de cooperação também poderia ser um bom caminho”, (PCI- 4, 2022).

De outra parte, a visão de atores e agentes institucionais coletivos dão notícias de que o Instituto está articulado, mantendo sólidas parcerias que, alcançam em última análise a geração de renda, ao mesmo tempo em que dão prova da relevância na região, pela atuação junto à comunidade e, contribuição a alguns setores (específicos e por essa forma isolados) produtivos regionais. Esses entendimentos foram sendo percebidos pelo que foi expresso e registrado a seguir:

Nos só conseguimos, tinha época ali que tinha que levar o pessoal, todo o pessoal que faz agroindústria tem que ter o curso de boas práticas de fabricação né. E a gente tinha que levar lá em Bom Progresso lá, tira de casa esse pessoal, fica uma semana longe; bha eu tenho leite, todo mundo tem suas atividades né. Daí o IF montou aqui o curso, dai montava as turmas ali, a gente avisava eles ali, tal, dai quando fechava a turma, eles iam ali é faziam o curso. Ficou muito melhor, muito mais fácil inclusive ajudou nós aqui também na questão também do (...) documento que faz aí de (...), o passa a passo da fabricação do produto (...), que é uma legislação que tem que ter pra vender em alguns editais, depois o produto, tem que ter esse documento lá. E o IF, ele sempre ajudou também nisso, desde o início de como fazer um bolo, por exemplo, tem que tá escrito ali. É uma coisa mais minuciosa né, então o IF ajudou em todas as agroindústrias praticamente, (PCE-9, 2022).

Desses pormenores, convém destacar que, “então colaborou fornecendo conhecimento e espaço né, toda a estrutura lá de laboratórios, equipamentos, tudo. É uma parceria né, sempre teve, nessa parte sempre teve, bem aberta assim”, (PCE-9, 2022). Ainda no mesmo sentido, outros posicionamentos colocam ainda mais em evidência a articulação de setores produtivos locais e organismos que atuam nesses ramos (o que está em linha com lei de

criação) com setores específicos do IFFar, transparecendo ações isoladas e pontuais da comunidade interna. Dessa perspectiva, foi narrado que:

Outro exemplo que a gente vivenciou, a gente fez o curso no IF, que também o IF ajudou de boas práticas de fabricação, foi exigido de nós, ter o curso de boas práticas, só que daí aonde que nos ia, também buscar socorro ali no IF né. Então a professora (...) prontamente elaborou o curso né. O primeiro curso de boas práticas foi feito para os feirantes da Fepraf⁵⁰ pra atender os feirantes da Fepraf, depois foi aberto pro comércio. O IF se adequou, ali eles aumentaram a carga horária e hoje ele é aceito, então nisso aí o IF é muito parceiro, (PCE-6, 2021).

Essa atuação percebida como parceria entre instituições que, se estrutura a partir do acolhimento e atendimento as demandas do público externo, pois como testemunhado, “nessa parte o IF colabora muito com a gente, essa parte assim da produção alimentícia (...) o IF sempre tá oferecendo assim, os cursos nessa parte”, (PCE-6, 2021), poderia ser enumerada como referencial de atuação institucional sinérgica sistêmica, coordenada e integrada, pois como observado pelas narrativas acima, mobilizam a estrutura institucional que, deve estar à disposição da comunidade nos seus diferentes aspectos: infraestrutura física e humana; manipulação do conhecimento; transferência de tecnologia, dentre outros. Importa ainda, nesse sentido, adicionar à conta dos exemplos de ações pontuais, “restritas” a setores específicos da instituição, percebidos externamente como parceria, a contribuição adiante expressa:

nós tivemos um projeto muito bom, junto a três escolas, a Visconde, Élio Salles e Casemiro, de panificação com a (...) do alimentos, foi muito positivo, (...) uma coisa que marcou profissionalmente e pessoal também, pelo positivo que foi, que deu resultado (...) desta parceria né, com o Instituto (...)”, (PCE- 4, 2022).

No que diz respeito à “ações institucionais”, por conseguinte entendidas como integradas e coordenadas, os atores locais noticiam o planejamento das mesmas embora a execução tenha sido frustrada devido à ocorrência da Pandemia de COVID-19, como foi registrado e, exposto abaixo:

Então essa é a parte agora de assistência técnica que o IF com os feirantes da nossa feira tava tentando colocar, isso antes da pandemia, eles tavam dando curso pra nos lá dentro do IF e, tava com o projeto pra leva os alunos a campo pra nós começa a produzir mais, verduras e coisas assim. (...) mas assim ó, a nossa parceria é, agora ali temos um projeto com o IF de novo da nossa feira, com o curso de Agronomia⁵¹, Técnico em Agropecuária e Informática. A gente tem muita parceria. Claro poderia dar mais assistência técnica, essas coisas assim, mas a gente tem bastante apoio do IF com a nossa feira, (PCE-6, 2021).

Ainda que, ações nesse horizonte tenham sido executadas, estejam em execução e, outras, na fase de planejamento, a nível institucional, como intuído pelas narrativas, essas atividades se inserem na perspectiva da pontualidade, repousando na esfera da ação

⁵⁰ Feira da Associação de Produtores da Reforma Agrária e Agricultura Familiar.

⁵¹ O curso de Agronomia não foi abordado nesse trabalho, pois iniciou na instituição no ano de 2021 e, o recorte temporal da pesquisa foi o ano de 2020.

individual, o que vai de encontro aos ditames normativos dos IFs, ou seja, segundo o MEC/SETEC, os institutos “fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território”, (2010, p. 15). Cabe nesse ponto, em recorte, destacar no que diz respeito a ações integradas para o desenvolvimento regional que, todavia o IF esteja no rol de atores para ações específicas no Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Central 2015-2030⁵², gestores da unidade não sabem precisar como foram levantadas as necessidades ali apontadas, nem como foram traçadas as estratégias de atuação na própria região de abrangência.

Retomando do ponto anterior, embora, como percebido, o estabelecimento de articulações principia a ser repensado internamente, ainda prevalece em amplos setores sociais à percepção, a exemplo de outros, de que “hoje não vejo uma articulação do IF com produtores e com as empresas, por exemplo, é muito pouco”, (PCE-7, 2022) e, outro agente local, acrescenta:

(...) eu acho que falta assim, eu acho que essa distância física de 7,5km com relação à sociedade ela tá muito além sabe, eu acho que ele não criou ainda uma identidade, uma sintonia, uma sintonia e uma simpatia entre campus e sociedade, campus e empresa, eu acho que essa distância ele é maior que a física (...), (PCE-5, 2021).

As indagações sobre esse panorama, gestadas na comunidade externa, além de respaldar o que vem sendo demonstrado no que diz respeito a pouca articulação devido ao distanciamento com a comunidade, após os primeiros anos, elencam outros elementos que podem ter e estar influenciando esse processo. Nesse cenário, foi destacado:

Depois teve um espaço de mandato. Aí entrou outro governo não muito ligado né, ao IFFar. Então houve até um distanciamento, enfim. (...), e o que se percebeu, os comentários que tinha por parte deles que a comunidade parece, não tinha incorporado muito o IFFar, tinha um certo, um certo distanciamento, era, vistos diferente, como uma entidade lá. E isso passava, que eu vi, eles passavam isso, pela conversa, pelo diálogo nas reuniões, dentro da comunidade do IFFar que, tinha que abrir mais o leque, mais, envolver mais a comunidade castilhense no IFFar, (PCE-1, 2021).

Essas disposições, por claras que são, apontam dois indícios para o cenário de distanciamento entre instituição e comunidade: identificação política partidária e pouca participação da comunidade nas ações institucionais. As diferenças políticas como bem notadas na seção anterior, onde ficou claro que oposições partidárias dificultaram a instalação da UNED, parece terem acompanhado também o desenvolvimento do próprio campus que, agora na visão dos atores e agentes locais aflora como obstáculos a consolidação do IF. Nesse cenário, “tem questões básicas assim, há, mas daí podem dizer: tá mas eu, tem a questão

⁵² Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144203-plano-central.pdf>. Acesso em: 26 jun. de 2022.

política, mas acho que a questão política a gente se acerta, acho que essa barreira política hoje, ela não pode ser mais a desculpa pra nada, eu acho que hoje a conversa é o melhor caminho”, (PCE-5, 2021). Tal evidência é encontrada de forma contundente no seio social e, a ela é atribuído peso considerável no processo de estranhamento que faz com que o “Instituto seja visto num mundo a parte da sociedade”, (PCE-5, 2021) ou, “(...) como uma entidade lá”, (PCE-1, 2021). Outra narrativa atribui características mais específicas a esse processo de estranhamento, percebido pelo prisma das relações político partidárias, como segue:

uma das coisas que a gente observa, que eu escuto bastante é a questão assim que, o Instituto quem trouxe foi o PT, a maioria que tá lá é tudo (...) petista, (...) não é assim, a gente tem que sair dessa coisa assim. É uma instituição de ensino que tá lá pra propor, sabe, nós temos que desmistificar essa coisa assim de se ficar, há se foi o governo do “Lula” que propôs que oportunizou isso, tá e daí? (...), (PCE-5, 2021).

Nesse intervalo, pode ser percebido um campo de tensão e conflito de interesses, sendo que os depoimentos permitem aquilatar que, as preferências partidárias ideológicas que possivelmente de forma exacerbada configuram uma identidade institucional, pois assim é visto no meio social, acabam impactando a atuação do Instituto, ficando sua consolidação, prejudicada e, frente à comunidade, cada vez mais isolado onde “(...) não é visto com seriedade”, (PCI-2, 2022). No mesmo sentido, dos atores da comunidade interna também partem inquietações sobre polos conflituosos, postos a partir de cenários ideológicos, e ao que tudo indica refletem também nas atividades intrínsecas, acentuando um estado de antipatia institucional, devido às identificações político partidárias. Desse cenário foi aferido e apontado:

Nesse momento o IF deveria fazer o seu papel na formação de cidadãos críticos trazendo para o debate, de forma apartidária, todas as situações até então vividas pelo país, contextualizadas com o cenário atual, ponderar e deixar que o aluno chegue as suas conclusões, e não militar contra a situação, (PCI-2, 2022).

De outra parte, ou seja, da comunidade externa, atores e representantes também compartilham dessas indagações, expressando a indispensabilidade da esfera pública e/ou serviço público “abandonar” a labuta por bandeiras ideológicas em prol, do atacamento das necessidades dos usuários, de forma a contribuir na construção social crítica, cidadã e democrática. Valores esses, encontrados nos pilares de sustentação da expansão dos IFs, (BRASIL, Lei nº. 11.892, 2008). Nesse âmbito o entendimento é de que:

Enquanto as pessoas não entenderem que nós somos a administração, independente do partido, independente da bandeira que ganhou a eleição ou não, aquilo lá foi uma questão pra definição, passado aquele pleito a administração é uma só, o trabalho é um só. Eu acho assim que não tem que haver aqueles melindres, (...) se um pucha pra um lado, outro pucha pra outro, aí quando dá qualquer problema, se você começa a querer achar quem é que errou e ninguém assume a culpa, o problema ficou ali e ninguém resolve o problema, nos temos é

que resolver o problema, independente de quem deixou ou não, (PCE-5, 2021).

Nesse espaço, poder-se-ia, a partir da visão dos participantes, engendrar-se uma abordagem sobre as similitudes e diferenças entre políticas de estado e políticas de governo, haja a vista as evidências identificadas nas falas dos indivíduos. No entanto esse trabalho não se propõe a esse fim, embora, de toda forma considere-se o objeto investigado como fruto de políticas de estado.

Quanto ao segundo indício apontado anteriormente, ou seja, baixa identificação da comunidade externa com o IF, embora a busca da sociedade para o estabelecimento de suas ações, identificado nos primeiros anos da sua trajetória, os relatos convergem, no sentido de que “existe um outro lado que mitiga qualquer investida nesse sentido que é a falta de engajamento da comunidade, principalmente de JC”, (PCI-2, 2022). Como sugere o relato, ações são executadas, mesmo que isoladas e pontuais como vem sendo demonstrado, concorrem para a consolidação da instituição, no entanto, talvez devido, como testemunhado, a falta de planejamento para esse fim, ainda não sanado, trâmites burocráticos que atrasam, dificultam e não esclarecem as ações e seus objetivos e/ou identificações (partidárias, ideológicas, com setores sociais e produtivos específicos e outras) ainda fazem do instituto prisioneiro em si mesmo. Contudo algumas causas prováveis, os testemunhos consentem que de fato a comunidade não se mostra adepta do Instituto Federal, pois como verificado, “(...) eu acho assim que a comunidade precisa, talvez, procurar mais o, sei lá talvez pouca participação de repente né, as pessoas ter mais vontade de ir atrás talvez, eu acho que é bem por aí, assim na minha opinião”, (PCE-3, 2021). Na mesma perspectiva segue outro agente local:

Às vezes falta à gente ir atrás, buscar também né. Exemplo assim tem muita gente que critica tanto o IF, quanto a Emater, quanto à Prefeitura, quanto, só que não vão atrás, ficam lá esperando, acham que a pessoa vai lá oferecer, bater na porta, o fulano tu quer tal coisa?. Tem que ir atrás antes de reclamar né, (PCE-9, 2022).

Sendo assim, os próprios representantes sociais referendam esse entendimento, qual seja, de certa inércia da comunidade em relação ao IFFar, porque por suas conclusões: “então tem certas coisas assim que acham ruim, dizem bha, mas tem que ir lá no IF (...)”, (PCE-6, 2021).

Restabelecendo os princípios teóricos, aplicados no início dessa seção, que versam sobre a atuação institucional na perspectiva do estabelecimento de redes de relações com os demais atores regionais na busca pelo desenvolvimento socioeconômico e, colocando-os em evidência, junto ao público consultado, é captada a clarividência com que esse os referencia como necessários junto a esses processos. E, além dessa compreensão,

(...) te dou um exemplo, eu tive um colega ali da cooperativa mesmo, ele foi pra Alemanha. Ele visitou uma cooperativa que, por exemplo, a cooperativa cai em Pinhal Grande, o que dá pra fazer, em Ivorá o que dá pra fazer, Ivorá pela topografia é criar ovelha, é plantar fumo entendeu, soja não, soja é outra topografia entendeu. Eles vão lá e desenvolvem o produtor, eles vão lá então é assim, e assado, desenvolvem. Aqui só dá pra fazer açude e criar peixe entendeu, vão lá e botam uma fábrica, indústria pra peixe. Então eles investem, tem o produtor, a tá tu é parceiro, então tá tu é parceiro nos vamos investir aqui na área. Tem cem produtor, então tá nos vamos investir, vamo pega junto, então vamo, entendeu, (PCE-7, 2022).

Além dessa articulação, estruturada dos atores e agentes individuais, coletivos, institucionais públicos e privados tão necessária para o desenvolvimento socioeconômico, reconhecida sua necessidade, colocada em perspectiva e contrabalanceada com exemplos colhidos em outras realidades, como transcrito acima, também a agregação tecnológica é relacionada a esse contexto e ao IF. Assim, também a título de exemplo é trazido para esse horizonte de relações, agregação e desenvolvimento, realidades constatadas em outros ambientes, aplicáveis ao contexto regional, com a devida estruturação de redes de articulações e transferência de conhecimentos. Esse contexto foi da forma seguinte relatado:

(...) o que me chamou atenção na Nova Zelândia que eu tive (...), lá eles são bem mais desenvolvidos, o nível de tecnologia, beí nem se compara (...), Eu estive num tambo⁵³ que um, o dono tirava leite de 330 vacas, um dono (...). Nossa a agregação tecnológica é, esse cara tem três robôs, ninguém bota a mão pra tirar leite. As vacas é a mesma coisa que aqui. Três vezes por dia é uma ordenha, o que comanda é o robô. A única coisa que ele faz lá, que eu vi era abrir porteira, tocar e deu, e de moto ainda. Não, nossa é outra coisa, (PCE-7, 2021).

E, visualiza-se que “na cidade tu tá com a faca e o queijo na mão”, (PCE-7, 2022). Ou seja, “(...) o Instituto tem muito a agregar porque assim, se nós pegarmos (...) o currículo dos servidores, ou seja, dos profissionais que lá estão capacitados, são fantásticos (...), tem um campo de conhecimento muito vasto que tá sendo pouco utilizado (...)”, (PCE-5, 2021). Esse apanhado de indicações permite refletir, resgatando também o referencial teórico, sobre as possibilidades, como sugerido, reunidas no IF para o estabelecimento ou, pelo menos, uma aproximação aos Sistemas Regionais de Inovação, pois aí se tem o arcabouço de conhecimento codificado, um dos elementos para constituição dos sistemas de capacitações, mas, “sobretudo por causa das interações que podem ser estabelecidas entre as IES e o setor produtivo, concretizando processos efetivos de inovação” (VIEIRA, 2017, p. 282). Da mesma forma que localmente são encontradas experiências suficientes - conhecimento tácito- capazes de alavancar as inovações produtivas ou, agregação tecnológica embora, em setores considerados tradicionais, como alerta Amaral Filho (2001). De outro lado talvez seja

⁵³ Regionalmente no Rio Grande do Sul é a denominação da estrutura e de toda a propriedade de produção leiteira.

temerário, diante do que vem sendo apontado, pronunciar Arranjo Produtivo Local, toda via seja identificado na região à especialização produtiva, uma de suas características, mas a partir do IF ainda são débeis, ações conjuntas e escassos os vínculos de articulação.

Cabe ressaltar uma vez mais, nesse panorama, segundo as contribuições de Brandão (2007) e Gouveia (2016) destacadas no referencial teórico, as fragilidades dos Institutos Federais, principalmente das unidades excessivamente condicionadas – cláusula para a expansão - aos Arranjos Produtivos Locais ou cadeias produtivas, premissa como verificado, aplicável ao caso em destaque. Deve ser lembrado ainda que o referendo de Rostow (1971), “etapas do desenvolvimento” permite que o cenário local e até regional, possa ser aproximado a “sociedade tradicional” em termos produtivos, isso de acordo também aos depoimentos recolhidos: “(...) hoje se nós analisarmos assim, nossa atividade é totalmente primária (...)” (PCE-5, 2021), colocado de outra forma, “(...) nós caímos no mesmo, porque propriedades não tão grandes, mas é só aquilo ali né, a soja, é o fácil né. A gente faz o fácil isso é cultural”, (PCE-7, 2022).

O que se quer demonstrar com esse cenário são as barreiras quase intransponíveis da cultura produtiva “conservadora”, de certas cadeias, aonde os Institutos Federais foram incumbidos de agir, - agregando a elas-, diga-se de passagem. Sendo assim, essas cadeias produtivas limitam a penetração tecnológica, a incorporação de modos, técnicas e diversificação produtivas, que são alavancadas pelo capital social disponível na região que também acaba sendo desprezado. Dessa forma, os relatos colhidos demonstram que:

Há uma resistência muito grande por parte dos produtores, muitas vezes pais de alunos, em aceitar aquele novo tipo de trabalho, aquele novo método, aquela nova visão, entendeu. Porque vem muito da tradição: não, a vida inteira eu plantei assim dessa forma e sempre deu certo e é assim que eu vou fazer. Não é tu que agora foi ali que nunca pegou num cabo de uma enxada, uma coisa assim, que vai me dizer como é que eu tenho que fazer, (PCE-5, 2021).

Outro representante local corrobora as características de um ambiente não muito dinâmico, diante do qual registra, “o que a gente vê, gado, corte, leite, ovinos, tu tenta dá alguma indicação, bha, entendeu, mas fulano não faz e tal, quando requer investimento, eles são muito resistentes entendeu. (...) se faz o fácil, básico que a gente falou (...)”, (PCE-7, 2022).

Internamente, as unidades dos IFs nessas condições ficam limitadas a proposição de cursos e programas de capacitações em relação a esses cenários locais que tendem a estagnação, afetando sua consolidação e as expectativas em relação aos *campi*, no momento que não conseguem dar vazão aos processos de desenvolvimento, (se restringindo ainda aos efeitos de curto prazo -efeito-gasto-) que por fim implicariam em oportunidades de trabalho e

renda na própria região. Circunstâncias que são sentidas e relatadas pelos atores e agentes consultados, materializadas da forma que segue:

(...) ficou meio que saturado o mercado, né porque então tem muitas empresas hoje que dão suporte técnico e basicamente elas não têm mais espaço pra colocação né, na verdade elas só têm espaço pra reposição (...). E o nosso mercado ele é muito restritivo também, ou seja, ele é muito, ele não prima tanto pela qualidade tá, eu acho que o nosso mercado ele prima mais pelas simpatias e por outras questões do que realmente pela tua qualificação profissional, (PCE-5, 2021).

Devido à atuação e interdependência dessas perspectivas, a percepção da comunidade, como professado é de que, embora já tenha contribuído em muito para o desenvolvimento do município, do Instituto Federal ainda é esperado que projetos de maior envergadura sejam propostos na esfera do desenvolvimento regional, pois essa, -a região-, reúne todos “os requisitos prévios para a decolagem” (BEEBY, 1973, p. 57). Sendo necessária a quebra de barreiras, de vieses políticos partidário-ideológicos e uma efetiva aproximação com as comunidades, instituições, lideranças locais/regionais, firmando sólidas parcerias, buscando o protagonismo em projetos de desenvolvimento de amplitude regional satisfazendo a lei de criação. Observações nesse sentido são tratadas na próxima seção.

4.3 Percepção/avaliação dos impactos do Instituto sobre a comunidade e expectativas

Como aludido anteriormente, as IES provocam amplos impactos em diversos setores da sociedade. Primeiro e, mais sentidos devido a sua rápida materialização, os econômicos, ditos também de curto prazo ou “efeito gasto” (ROLIM et al., 2009; HOFF et al., 2017; DE FAVERI et al., 2018; DAMÁSIO et al., 2020). De outra parte, os mais distantes no horizonte, impactos de longo prazo ou, “efeito-conhecimento” (ROLIM et al., 2009; HOFF et al., 2017; DE FAVERI et al., 2018), produto da formação disponibilizada nas instituições, sentida a partir do momento que o acúmulo de capital humano começa a influenciar a produtividade da região. Os primeiros, no cenário especulado, mostram-se muito visíveis na interpretação de seus atores, o que, contribuiu para a modificação da estrutura dos preços imobiliários⁵⁴, também em decorrência de outras políticas federais de habitação que se iniciavam no período. Esse movimento pode ser entendido como de duplo efeito, ou seja, ao mesmo tempo em que aqueceu o setor imobiliário, devido ao impulsionamento estrutural, de outro acabou aviltando os preços para aquisições da própria comunidade. Muito embora isso, essas modificações, consideradas positivas, são associadas à instalação, no município, do campus do IFFar.

⁵⁴ Relativos à compra, venda, locações e construções.

Entendimento, esse, que é referendado de forma unânime pelos depoimentos colhidos, como adiante observados: “(...) a gente percebeu (...) a valorização do setor imobiliário, (...) imóveis que valiam 5, 8, 10 mil, (...) de repente passou a ser 25. (...) deu um salto de três vezes mais, rapidamente né”, (PCE-1, 2021). No mesmo discernimento, outro partícipe observou, “(...) o aumento do movimento no comércio varejista e de supermercado, e aumento na procura por moradia”, (PCI-2, 2022). Esse último nota-se, foi uma categoria de impacto muito concreto e, ainda com possibilidades de expansão e oportunidades, pois na perspectiva dos agentes locais, “(...) é uma coisa assim que eu posso pensar pra mim também, assim vou construir uma casa lá no fundo e alugar pra alguns alunos, e eu posso ter uma fonte de renda (...)”, (PCE-3, 2021).

Como deduzido, a partir dos depoimentos colhidos, a comunidade consegue distinguir na sua história recente, dois períodos bastantes significativos em se tratando de desenvolvimento. Um período imediatamente anterior ao IF visto como “estagnado”, considerando as esferas do comércio, serviços, possibilidades de emprego/renda, levando-se em conta também a matriz produtiva, ou seja, um setor primário, pouco dinâmico. Ainda desse período, acessos “restritos” para a continuidade de estudos e, formação superior, a custos elevados em outros municípios. Dessa forma, como aludido pelos atores entrevistados, o IF, esteve por trás de um impulso na cidade, desde a mobilização para a instalação do campus, seus reflexos sentidos e concretizados no setor imobiliário, comércio, prestação de serviços, enfim, aumento da demanda em diversos setores.

No entanto esses impactos imediatos, “efeito-gasto”, deve ser observado em perspectiva, pois, embora de fato, como comprovado junto à comunidade, houvesse uma procura “grande”, considerando o tamanho da cidade, por moradias que provocou elevação dos preços de alugueis e valorização para compra e venda de imóveis, também deve ser equacionado que outras políticas públicas atuavam no momento e, continuam ainda a provocar efeitos no setor imobiliário, não ligados diretamente ao IF.

Da mesma forma, na “reativação” do comércio e serviços que, inicialmente a instalação do Instituto, também experimentou nova oxigenação, deve ser considerado, o chamado “boom das *commodities*” (GONÇALVES, 2012, BRESSER-PEREIRA, 2019), verificado a partir do ano de 2004 que, embora, bem sabido não seja o setor mais dinâmico em relação a retorno de tributos, também contribuiu nesse período, devido a instalação de empresas de pequeno e médio porte e, unidades de redes maiores. Diante desse ponto é necessário abrir um parêntese para evidenciar e ter em conta, segundo o entendimento de Milton Santos (et al., 2011) que a região abrangida pelo IF, se acha inserida na lógica e fluxos

das grandes corporações do mercado global, caracterizados pela plataforma do agronegócio exportador (SANTOS, 2011; DA SILVA, 2011). Característica essa que, diante das “determinações” desses fluxos monetários internacionais, de grandes corporações, haja a vista que, “(...) não pode ser confiada aos Estados porque estes podem decidir atender aos reclames das populações” (SANTOS, 2011, p. 19), acaba subordinando, estados nacionais, governos, poder político e, instituições ao desempenho, por escolha, diga-se, de relações de vassalagem a esses fluxos especulativos transnacionais. Visto que, “o controle das redes de fluxos visa regular os processos produtivos e a circulação de resultados, evidenciando a normatização do território em favor das corporações”, (DA SILVA, 2011, p. 304). De maneira mais clara e específica e, de acordo com o sistema produtivo regional dominante, Da Silva (2011, p. 299) destaca que “preocupa-nos inserir a fronteira agrícola da soja num processo de transformação socioespacial que assegura uma forma específica de (re)produção social num domínio “natural” determinado”. Da exposição desse cenário tem-se que o IF enquanto parte dessa conjuntura pode ter suas ações impactadas diante das “lógicas individualistas”, (SANTOS, 2011, p. 19) da exploração monetária internacional, fato considerado pela minoria dos atores e agentes.

Retomando o contexto descrito anteriormente, o fato da criação de empresas de médio e pequeno porte, ampliação de algumas já existentes e unidades de outras redes maiores pode ter implicado em impactos mais diretos na economia local em relação à construção do IF, e o tamanho do seu orçamento, ou seja, empresas que pelo seu caráter privado, puderam e podem contratar diretamente no município, ao contrário da instituição pública, obviamente como prega a legislação, demanda de licitações públicas que, no mais das vezes são vencidas por grandes empresas situadas nos grandes centros, ocorrendo o escoamento das maiores cifras do orçamento da instituição, para esses locais.

Esses termos, ponderados nesse enredo, clarificam ainda mais as dificuldades para enumerar o quanto o IF contribuiu e contribui para a economia local em específico, pois esse primeiro impacto, conforme o referendo de Vieira:

(...) é considerado o mais trivial e de ordem genérica, uma vez que os encadeamentos para trás não estão associados especificamente apenas às IES, podendo ser gerados por qualquer outra atividade econômica que crie fluxos monetários e financeiros com multiplicadores positivos e superiores a 1. (2017, p. 282).

Adiciona-se a essas dificuldades a questão de que um bom número de servidores, em torno de 56,5%⁵⁵, reside em outras localidades, o que ao contrário poderia representar um adicionamento aos impactos econômicos no município pela incidência direta, dentre outros, de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA) e, retornos tributários da demanda sobre comércio e setor de serviços. Embora, tido por certo de que o funcionamento da instituição representa retornos econômicos importantes, esses podem no imaginário coletivo estarem sendo superestimados. A guisa de exemplo, considerando-se o último mês do limite temporal dessa investigação (2020), período em que, de acordo com o setor contábil/financeiro do campus, foi executado um orçamento de R\$ 5.505,164,60⁵⁶, sendo que dessa cifra, estima-se que somente 20% tenha sido e, seja mensalmente, efetivamente tributado no município, devido aos apontamentos anteriores. Ratificando a ideia do escoamento do quinhão maior do orçamento para outras localidades, o mesmo setor notifica de que atualmente cabe a empresas da localidade, o fornecimento ao campus, de serviços de menor valor agregado que, não são interessantes, do ponto de vista econômico para empresas de maior porte, localizadas nos grandes centros, todavia nessas situações haja a contratação de funcionários na própria localidade. Sendo assim, para as empresas locais “sobraram” o fornecimento de serviços de “chaveiro, vidraçaria, manutenção de bebedouros e outros serviços menores” (IFFar, 2022, Coordenação de orçamento e finanças).

Ainda nesse sentido, cabe destacar, que em cumprimento a lei específica⁵⁷, ocorre à aquisição, pelo campus, de produtos da agricultura familiar⁵⁸, destinados à merenda escolar, fato que embora gere renda a produtores do município, esses rendimentos são da ordem mínima, cabendo como evocado anteriormente, a empresas maiores, situadas em outras localidades, o fornecimento de produtos de maior valor agregado e, em grande escala. Nesses termos, de acordo com os balizadores teóricos anteriormente abordados, “(...) notam-se evidências de que tais movimentos de expansão (interiorização, diversificação, adaptação curricular etc.) tendem a levar décadas para se refletirem e se consolidarem nos indicadores econômicos agregados (...)” (DE FAVERI et al., 2018, p. 127).

⁵⁵ IFFar, 2022, Coordenação Geral de Pessoas.

⁵⁶ R\$ 4.005,964,60 despesas efetivamente empenhadas para a manutenção e funcionamento das atividades diárias. Estima-se R\$ 1.500,000,00 para pagamento de pessoal efetivo. O orçamento para pagamento de pessoal não é gerido pelo campus, (IFFar, 2022, Direção de Administração; Coordenação de Orçamento e Finanças).

⁵⁷ Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 02 de abril de 2015.

⁵⁸ Sobretudo hortifrúti (verduras, legumes, frutas e algo de pescado), (IFFar, 2022, Direção de Administração; Coordenação de Orçamento e Finanças).

Para as ponderações da segunda categoria de impactos, os de longo prazo – “efeito-conhecimento” (ROLIM et al., 2009; HOFF et al., 2017; DE FAVERI et al., 2018), é necessário apoiar-se novamente nos ensinamentos trazidos pelo referencial teórico, no que diz respeito as IES e, as regiões que abrangem. Na observância daqueles balizadores, tem-se que o “efeito-gasto”, será sempre mais evidente nos municípios de até 50 mil habitantes, pois a estrutura produtiva não será capaz de absorver a grande maioria dos profissionais egressos das instituições de ensino, como referendado por Vieira (2017, p. 282), “(...) o tamanho desse contingente de mão de obra aprimorada ficaria na dependência da capacidade de a região reter os alunos concluintes da educação terciária”. De outra parte, em cidades maiores a absorção do conhecimento ou a agregação do capital social ocorreria de forma mais dinâmica e naturalmente, “(...) afetando a região de forma gradual e acumulativa e fixando condições promissoras para um ciclo prolongado e autorreforçador de desenvolvimento econômico e social da região” (VIEIRA, 2017, p. 282), no entanto, mais difíceis de serem equacionados.

O *locus* investigado, o campus Júlio de Castilhos do Instituto Federal Farroupilha, inserido no município com 20 mil habitantes, de características específicas e, em certa medida “limitantes” como enumeradas pelos atores e agentes locais, o efeito conhecimento, principal contribuição de uma IES e, nesse recorte do IF para a comunidade torna-se rarefeito (REGO e CALEIRO, 2012). Feitas essas considerações, as representações consultadas demonstraram dificuldades em enumerar casos de inserção de egressos capacitados profissionalmente, nos diversos cursos oferecidos pela instituição, comprovando limitações dos setores produtivos locais. Sendo assim, por escassos que ainda são e, devido à imprecisão da comunidade, de forma geral, mas verossímil, dos egressos de cursos de licenciaturas, os depoimentos apontam para aproximadamente sete profissionais, inseridos, considerando o recorte temporal da pesquisa, em áreas típicas da formação (área da educação, não necessariamente a docência), na esfera pública estadual e municipal e empreendimentos particulares, (PCE-4, 2022). Da mesma forma para os profissionais egressos da área tecnológica da informação e comunicação, ou seja, as notícias dos atores locais mencionam número ainda reduzido desses profissionais inseridos no setor local, gravitando em torno de cinco egressos, (PCI- 2, 2022).

Na órbita dos cursos voltados às ciências agrárias, área de maior oferta de vagas e, maior número de cursos, é necessário considerar os seguintes elementos. Primeiro, os mandamentos legais (Lei nº 11.892) pregam a oferta de formação, alinhada as principais características produtivas das regiões (cadeias produtivas, arranjos produtivos locais). Segundo, o período intitulado de “boom das *commodities*” verificado a partir do ano de 2004, trouxe ao município, número considerável de empresas de fornecimento de máquinas,

equipamentos e insumos e, prestação de serviços à atividade agropecuária, sobretudo agrícola, bem como a expansão de empresas locais, já consolidadas. Esses fatores estão na base da oferta de um número significativo de vagas de trabalho na área do agronegócio e, por óbvio, na comunidade são citados diversos casos de profissionais capacitados na instituição ocupando esses postos. Ainda assim, a que se ponderar que, alguns profissionais nessas condições já ocupavam essas vagas e, mesmo após a formação a um nível superior se encontram na mesma ocupação profissional anterior ao próprio IF. No mesmo sentido, não raro, alguns egressos com mais de uma formação, na própria instituição sem que isso tenha se refletido nos níveis de renda desses profissionais, ou seja, as formações proporcionaram melhores condições de acesso e permanência no mercado de trabalho, mas não há evidências mais sólidas de que impactaram o nível de salários recebidos. Pelo mesmo contexto é possível aferir as limitações das atividades produtivas do município, referendado pela própria comunidade, pois nessa área:

os primeiros conseguiram a sua colocação, seu destaque, (...) os primeiros conseguiram ter algum destaque ou porque já estavam em algum ramo de trabalho e aquilo ali só alavancou a sua carreira. Mas, no mais assim, eu vejo que a cidade e a região por não ter outros tipos de empresas (...), ficou meio que saturado, o mercado (...). (PCE-5, 2021).

É perceptível que o “efeito-conhecimento” ou, os impactos de longo prazo começam, agora, a se revelar na comunidade, porque como entendido: “é, (...) treze anos você falou que é, esse ano o IF aqui no município né?. Ele ainda é novo, é uma criança né (...) então agora que a gente começou a ver os resultados né, a gente tá começando a ver os resultados disso agora” (PCE-4, 2022). Contudo, seja sabido, pelo referencial teórico que a incorporação de conhecimento seja um processo lento e gradual, fato como visto acima, testificado pela sociedade, a atuação institucional do IFFar, para processos de desenvolvimento socioeconômico ainda repousa, na visão de seus agentes e atores, no horizonte das expectativas. Essas, como pode ser deduzido vinham sendo colecionadas como frustrações e possivelmente por isso perceba-se nos depoimentos recolhidos um tom de cobrança em se tratando de uma maior atuação institucional em benefício do desenvolvimento socioeconômico da comunidade em retribuição ao esforço político/institucional/social empenhado para a instalação da unidade. Pois para isso, ou seja, “(...), a finalidade de vim o IF pra cá é, foi pra isso, pra isso, desenvolver o município né. Não pra desenvolver o IF, pra formar, dar conhecimento e pronto. Não, não, é pra ... esse é o caráter da instituição né”, (PCE-1, 2021). Outras narrativas com acentuada criticidade pormenorizam responsabilidades nesse sentido, colocando em evidências o próprio servidor público implicado nesse processo,

devido suas responsabilidades sociais. A maneira irrefutável de que esse entendimento perpassa com muita clareza o meio social, foi compartilhado por um representante local:

(...) eu acho que falta na verdade (...) essa coisa assim do doar sabe, de retribuir tudo aquilo que a instituição fez pelo profissional, a instituição como um todo, ela deu aos profissionais que lá estão a oportunidade de se qualificarem ainda mais, então eu acho que falta esse retorno, eu preciso botar isso em prática, não adianta nada eu ficar fazendo artigo técnico pra postar em revista tal, naquilo tal, se eu to deixando um nicho da sociedade, ou deixando a minha comunidade como um todo, desassistida sabe, (PCE-5, 2021).

Como se depreende dos relatos anteriores, de forma deliberada a comunidade percebe que o IF ingressou em certo estado de letargia, após os primeiros anos de sua existência, e em decorrência desse aspecto apresenta, e/ou renova suas expectativas em relação à atuação institucional, na e pela comunidade:

(...) eu acho assim, que o IF dentro das **áreas que ele atua**, vamos dizer assim: educacional, de agropecuária, enfim, informática, administração, comércio, vários né, eu acho assim que dentro de cada área que o IF atua, por exemplo, ele poderia provocar mais, no momento que tu provoca tu tem o retorno, (PCE-4, 2022), (grifo nosso).

Ou, de forma mais explícita como foi registrado,

Dar esse suporte pro empresário, dar esse suporte pro micro empreendedor, ofertar pros pequenos produtores essa possibilidade de uma nova cultura, pra gente não ficar limitado as grandes culturas, dar uma outra fonte de renda. (...) essa base de conhecimentos assim pra dar o suporte que o micro empresário, micro, médio, grande empresário espera, assim como aquele pequeno produtor (...), (PCE- 5, 2021).

É significativo notar, como trazido acima e registrado adiante, a percepção dos atores e agentes locais na enumeração das possibilidades de atuação da instituição, ao que parece desprezadas internamente, e das mudanças estruturais expectadas com a presença do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia na comunidade. De forma constante essa atuação é colocada em xeque, corroborando apontamentos dos vários representantes consultados:

Eu diria o seguinte, (...) dentro dessa linha, o quanto o IFFar tem a contribuir e quanto o município tem a ganhar (...), a educação, (...) o desenvolvimento social, econômico, porque passa pela secretaria da agricultura, o desenvolvimento rural, (...) fazer toda essa relação, esse potencial, porque lá dentro vocês tem diversos departamentos que pertencem a uma área, que possa contribuir desde a questão ambiental por exemplo entendeu, que é uma deficiência aqui enorme, a questão de projetos, de pequeno agricultor, também da **diversificação**, (PCE-1, 2021), (grifo nosso).

Num cenário de expectativas e possibilidades de ação, os representantes locais continuam pintando um quadro ideal, do qual o IF, na visão desses, ainda não faz parte:

Aí o IF entraria muito bem, no **planejamento** dos produtores pra **diversificar** e ter um pouco de cada produto (...) porque se eu chegar lá e disser pra ele, não vai ter efeito, agora se chegar lá um professor do IF, um técnico do IF, já é diferente. Uma outra coisa que o IF poderia fazer é o exemplo que foi feito com a parceria

com Emater e UFSM, com o plantio de flores, uma coisa que aqui em Júlio ninguém tem na praça pra vender, então como o IF tem toda a estrutura, tem professores, então vai, faz um canteirinho ensina como cultivar, num espaço pequeno e é um bom lucro também, (PCE-6, 2021), (grifo nosso).

Na mesma linha de entendimento, outro munícipe acrescenta a título de exemplo, a necessidade de atuação junto às estruturas produtivas locais (uma constante na fala dos atores), como trazido no referencial teórico, essa que foi a principal condição para a expansão e oferta de cursos dos Institutos. Nesse sentido, registrado que, “dá pra dar uma maneirada na soja e usufruir bem mais das áreas. Da pra tirar bem mais. Eu acho que o IF pode ser um baita ponta pé pra cidade, **mostrar as possibilidades**, até para as pequenas propriedades que tem um problema grande com a sucessão familiar né (...)”, (PCE-7, 2022), (grifo nosso). Essas colocações corroboram a interpretação de outro ator local, quando esse expõe que, “(...)eu escuto aí na comunidade, ele é lembrado sim [o IF], mas muito assim, com um e outro só, no que tá aí né, vai na onda. Assim da grande propriedade e na grande produção, de soja que tem aí né” (PCE-2, 2021), (grifo nosso). O registro desses tópicos se fazem pertinentes, pois permite a reflexão que na própria comunidade tem-se o entendimento de que, “em poucas palavras assim é como te dei exemplo de Júlio e país, é escravo do mundo né, então tipo tem que abrir o olho pra também capitalizar, ganhar né” (PCE-7, 2022).

Fica evidente, o reconhecimento dos limites das atividades produtivas da região, muito embora contribua em certo grau no desenvolvimento local, aponta para o escoamento das riquezas, a necessária agregação tecnológica (produzir mais e melhor em menor área, diversificação, com menor impacto ambiental) e, produtos residuais de um sistema altamente exploratório. Essa realidade, não só no contexto especulado, leva a preocupações como a que foi externada por um participante:

Nós temos um problema sério hoje que é o uso de agrotóxicos, tá se criando um problema grande que tá afetando outras culturas, apicultura é uma que tá sofrendo drasticamente em função disso, então assim, será que não haveria assim essa possibilidade, de repente um estudo dentro do instituto lá que, não, vamos trabalhar essa questão da apicultura, o que que a gente pode fazer?, usar o potencial, o potencial humano que o instituto tem, junto com, parcerias com empresas pra tentar melhorar essa questão sabe, acho que esse é um ponto assim que existe uma lacuna muito grande, (PCE-5, 2021).

Esses depoimentos que, representam anseios, expectativas e preocupações da comunidade, todos relacionados à atuação do Instituto Federal, apontam sensivelmente para um aspecto fundamental que está, pelo menos em termos teóricos, no âmago dos Institutos Federais: a pesquisa aplicada. Essa, entenda-se aplicada à resolução dos problemas locais. Tal preocupação também figura na ordem do dia da comunidade interna, ao mesmo tempo em que deixa transparecer as lacunas nesse aspecto. A esse respeito um representante interno

testemunhou que, “em especial, espero um desenvolvimento de nossa instituição nos campos da extensão e Pesquisa Aplicada”, (PCI-2, 2022), ou seja, a satisfação dos objetivos e finalidades da criação dos Institutos. A produção de soluções para possíveis dificuldades⁵⁹ regionais (pesquisa aplicada) e, a devida transmissão às comunidades respectivas (extensão), revelando o potencial dos IFs para o desenvolvimento local. Na dimensão da extensão que se configura, entre outros, como caminho factível à concretização dinâmica dos conhecimentos e efetiva contribuição para a melhoria das condições de vida da sociedade, pela possibilidade de atuação direta na realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, a instituição vem apresentando dados decrescentes, (PDI, 2019-2026). Com relação à pesquisa, como declarado anteriormente, essa é ainda pouco expressiva na unidade, pois atrelada a vontade e pertinência do próprio pesquisador muitas vezes replica as ações de outras entidades, organizações do município, relacionadas à exploração monocultora de exportação (soja) ou, estabelece objetos de pesquisa em outras regiões ou estranhos a localidade.

Reforçando, como necessidade, estudos especializados apontam que a pesquisa aplicada é justamente um dos grandes gargalos dos IFs, nesse aspecto indicando que:

(...) a maioria dos IFs não realiza pesquisa que contribuam para a realidade local. A explicação para essa ausência está na própria precarização do modelo de expansão: no tripé ensino, pesquisa e extensão comprometido com as extensas horas de trabalho do professor quase que exclusivamente na sala de aula, nos deficientes laboratórios e infraestrutura em geral, na falta de material humano, no atendimento de diferentes níveis e modalidades de ensino que tornam complexo o trabalho dos profissionais da educação, no pouco diálogo das instituições com a localidade em que está implantado, nos acordos de instalação de campi baseados que respondem aos interesses da municipalidade, entre outros, (GOUVEIA, 2016, p. 6).

Essa dificuldade pode estar sendo potencializada por uma possível falta de identificação com o local que por sua vez potencializa também o “estranhamento geográfico”, fato cogitado pela própria representação da comunidade, assim externado:

Uma coisa bem fundamental é assim, lá no começo alguns do quadro, seja servidor, seja professor, do quadro do IFFar, eles moravam aqui, alguns, e a maioria era de fora, (...) veja eu professor, eu fico aqui, desde de manhã, de tarde vou embora, a minha cabeça tá voltada lá pra onde eu moro, resido, não vejo a hora de terminar a aula, vou embora, vou pra casa, (PCE-1, 2021).

Apesar disso, o mesmo ator aponta possíveis mudanças para esse cenário, porque, “(...) hoje já um grande número, já estão morando aqui em Júlio. E isso veio facilitar ainda mais essa relação, hoje é mais fácil ter essa relação (...), essa relação comunitária, fora do expediente, de amizade, de festiva, essas coisas ela é muito mais possibilitada então (...)”, (idem). Esse posicionamento remete a outra indicação dos integrantes da comunidade, como

⁵⁹ Alguns exemplos foram citados nesse estudo pelos atores e agentes locais.

possibilidade para estreitamento das relações instituição/sociedade, “(...) então de repente abrir mais o leque né, escutar um pouco mais a sociedade, a comunidade, os anseios (...)” (PCE-4, 2022). Da conjugação dos pontos elencados pelos atores e representantes locais para um horizonte de futuro próximo, em se tratando dos anseios da comunidade tendo o IF como balizador, da própria sociedade verte o entendimento de que:

Nós precisamos acompanhar a evolução mundial, acompanhar as mudanças mundiais e hoje mais do que nunca os relacionamentos, as parcerias e o desenvolvimento econômico e social, mais social do que crescimento econômico, mais econômico e social, ele passa pela solução dos problemas que estamos vivendo hoje e, educação em primeiro lugar né, tem que trabalhar fortemente, através dela nós resolvemos muitas questões sociais, (PCE-1, 2021).

Para tanto, nessa perspectiva dos relacionamentos, das parcerias, da atuação conjunta, como bem colocado pelos atores “(...) falta os órgãos puxar a frente né, eu sei que não é fácil, (...) mas, (...) tem que plantar a semente, alguém tem que plantar, plantar a semente, se não plantar nunca vai nascer”, (PCE-7, 2022). Sendo assim, soma-se em uníssono, aclamações dirigidas a instituição pública de educação, que carrega na mesma identidade a Ciência e a Tecnologia: “e eu espero, desejo e anseio de ver muito mais, (...)”, (PCE-4, 2022).

Independentemente de terem sido apontadas lacunas, entre o Instituto Federal e a comunidade, no que concerne ao saneamento de expectativas projetadas com a instalação de uma instituição de envergadura federal, junto ao município, a comunidade pelos seus atores e agentes institucionais, públicos e privados, consideram-na, pelas suas peculiaridades, em condições de formar uma amálgama social em prol do desenvolvimento socioeconômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao serem delineados os primeiros passos dessa pesquisa constatou-se que havia a necessidade, movida pela escassez de dados empíricos que abordassem as contribuições das políticas públicas que tem por finalidade a formação técnica/tecnológica, concebidas como Institutos Federais, para o desenvolvimento regional. Diante desse contexto a pesquisa trouxe como objetivo geral: analisar os potenciais efeitos socioeconômicos da implantação do campus do Instituto Federal Farroupilha na região de abrangência. Com a catalogação dos dados constatou-se que o objetivo geral foi atingido, quando considerado o conjunto de resoluções dadas a cada objetivo específico.

Do propósito de analisar os contextos político e socioeconômico de implantação, maturação e consolidação do IF, os efeitos de seu desempenho institucional e sua relação com a comunidade regional, foi possível perceber que uma intensa disputa política antecedeu a instalação da instituição e que essa, foi idealizada na conjuntura de disputa para governo

municipal a época, de partido de oposição ao governo federal. Dessa forma, comprovam-se os apontamentos trazidos no referencial teórico, da influência de interesses “outros” na expansão da EPT acima dos objetivos da própria rede. Para o processo inicial de reivindicação de instalação, percebeu-se uma sólida articulação da comunidade, representada pelos atores e agentes políticos/sociais e representativos em prol da instalação da unidade federal de ensino. Com a vinda dessa, o município experimentou nova oxigenação, efeitos econômicos imediatos, muito significativos devido ao aumento de circulação de pessoas que começam a aportar na cidade a procura dos cursos oferecidos na instituição e, de servidores do IF. Movimento refletido no setor de negócios, com novas possibilidades nos setores imobiliários, de comércio e serviços. Dos primeiros anos após a instalação, os atores e agentes locais testemunham positivamente em favor de uma ampla articulação IF/comunidade, traduzida em consultas públicas, assembleias, reuniões, conferências, cometidas para o estabelecimento de cursos, eventos, projetos e ações, sendo garantida a “participação social” na definição dos cursos da instituição em atendimento a lei de criação e, as características produtivas da região.

Da investigação para demonstrar os mecanismos (canais de transmissão) que a formação científica e tecnológica melhor contribui para o desenvolvimento regional, tem-se que o conhecimento é a principal contribuição das IES para o desenvolvimento das regiões que polarizam. Isso considerado, a comunidade local entende que pela dimensão do ensino, a instituição está consolidada, oferecendo cursos de boa qualidade em diversos níveis de formação. Já no que diz respeito à produção e transferência tecnológica, ou seja, pesquisa aplica a resolução de entraves locais/regionais que causem dificuldades ao desenvolvimento e, sua transferência, via extensão, são ainda pouco expressivas, salvo casos considerados isolados. Dentre esses quesitos visualizou-se que a estrutura produtiva local/regional não comporta número expressivo de egressos qualificados dificultando a dinâmica do capital social, no mesmo sentido a existência de uma cultura produtiva “conservadora” que pode inibir as tentativas de inserção de tecnologias produtivas e ações para diversificação num sistema produtivo agroexportador subordinado.

Pela averiguação das narrativas informadas na pesquisa visando compreender a formação e as relações de governança do IFFar (participação dos atores regionais para desempenho/desenvolvimento do Instituto e a relação do IFFar com as entidades e comunidades regionais, foi possível apurar que, na visão dos atores, agentes e representantes sociais, o instituto é lembrado e, está parcialmente articulado com instituições locais/regionais, principalmente após os cinco primeiros anos de funcionamento, estabelecendo relações frágeis e inconsistentes contando poucas ações e projetos para o

desenvolvimento regional, ou atividades extraclasse. Embora o IF esteja presente e seja reconhecido em vários momentos e instâncias sociais, integrando comissões, grupos de trabalho, grupos colegiados e conselhos locais e vice-versa, essas relações parecem se estabelecer por afinidades pessoais e escolhas diretas e não se traduzem em ações concretas de sólida agregação e aglutinação de esforços em prol de ações para o desenvolvimento socioeconômico, transparecendo um baixo nível de governança pela inexpressiva participação social (escuta da comunidade) nas decisões institucionais.

No exame das narrativas, buscando verificar a percepção dos atores regionais quanto ao papel do campus do IFFar para o desenvolvimento regional e suas expectativas quanto ao futuro da instituição, nota-se o registro de certa frustração em relação a ação institucional, devido as expectativas que foram gestadas socialmente para o desenvolvimento do município tendo a política pública como polo irradiador de ações para esse propósito. Nesse quesito, embora algumas lacunas arroladas pelos atores, o Instituto é tido em alta conta, pela capacidade e possibilidades que “encerra” para gestar, articular e promover o desenvolvimento social e econômico no município e região.

Desses apontamentos salienta-se a ausência de uma “atuação” institucional estratégica onde seja considerado o interesse público/social na relação direta com os propósitos do órgão público. Tem-se também nesse sentido que a inobservância desses parâmetros abre portas para agendas próprias onde pesam interesses particularistas, político ideológicos que, no mais das vezes não guardam nenhuma relação com o atendimento das demandas sociais, desconfigurando os propósitos da política pública. Para o alcance desses fins (demandas sociais), urge que o órgão público crie mecanismos mais efetivos de comunicação com as comunidades da região, como fóruns permanentes onde possam ser apresentadas demandas - diretamente pelos usuários - e, debatidas possibilidades de atuação, delineando-se estratégias para enfrentamento das dificuldades ao desenvolvimento socioeconômico, ao mesmo tempo esboçando-se formas mais efetivas e evidentes de governança.

É necessário nesse contexto fazer referência a Estados Nacionais que optaram nas últimas décadas, por maciços e estratégicos investimentos (públicos e privados) em educação ou formação tecnológica em distintos níveis e modalidades que, despontam atualmente com elevados índices socioeconômicos, verificados em múltiplas escalas (PIB, IDH, P&D). No entanto há que ser levado em conta que nessas referências um mesmo nível de investimento é detectado para o desenvolvimento de setores produtivos mais dinâmicos (indústria, produtos manufaturados, serviços) com alta agregação tecnológica e inserção do capital humano, fruto dos investimentos nos setores formativos. O Brasil, das últimas décadas, como essa

construção deixou evidente, também passou por vultosos investimentos em educação, concretizados pela expansão da Rede Federal de Ensino, com novas Universidades e Institutos Federais. Período reconhecido como de largas possibilidades de acesso à formação e qualificações em diversos níveis e modalidades em diversas regiões, antes desprovidas dessas possibilidades. No entanto ao contrário do exemplo citado anteriormente, no Brasil, a partir do ano de 2004 é identificado um nível elevado de investimentos no setor primário exportador que, deu vazão ao chamado “boom das *commodities*”, em outras palavras, alta exploração de vantagens comparativas, em desfavor dos setores produtivos de maior agregação de valor e inserção tecnológica: indústria, comércio, serviços.

Esse cenário de reprimarização econômica que se acentua nos anos seguintes, reproduzido no contexto investigado minimizam os investimentos em formação e qualificação, representados pelo IFFar, devido as características conservadoras do modelo produtivo, de modo geral hostil a penetração tecnológica, diversificação produtiva e incorporação de pessoal qualificado, no momento que não ocorre com fluidez a incorporação do capital social. Características essas que, desprezas, acentuam o sentimento de “frustração” em relação à ação institucional principalmente devido à identidade agropecuária do IF. Nesse contexto deve ser dito também que devido à percepção no meio social de certo distanciamento do IF em relação à comunidade, essa embora sabedora, não tenha expressado com maiores pesares que, os cortes orçamentários na área da educação vistos nos últimos anos, seja causa provável do baixo enraizamento institucional na região de abrangência.

No delinear dessa construção observou-se que a proposta metodológica mostrou-se adequada para o atingimento dos objetivos elencados. O exercício de triangulação de dados no espaço antes e depois satisfaz com êxito a proposta de analisar a política pública, ao mesmo tempo em que a análise de conteúdo de viés qualitativo possibilitou materializar a percepção ainda não catalogada dos atores consultados em relação ao objeto de pesquisa.

Impõem-se registrar também que foram observadas limitações no que diz respeito ao alcance da pesquisa. Na observação dos efeitos econômicos sobre o município, com a instalação da unidade, não houve espaço para uma análise em profundidade sobre os principais indicadores socioeconômicos, buscando uma explanação mais pormenorizada dos efeitos de curto prazo (efeito-gasto), sendo que nesse quesito foram apresentados os dados mais sensíveis identificados na cidade. Os mesmos limites se apresentam na observação do efeito conhecimento, onde se faz necessária uma procura ativa pelos egressos, buscando averiguar as condições de inserção nos meios produtivos. Além dos apontamentos anteriores a pesquisa suscita outras possibilidades de investigação, como a influência das características

culturais da região e de uma cultura intra-institucional que podem tanto alavancar ou minorar sua atuação para processos de desenvolvimento regional. Além do que, essa construção instiga a possibilidade de investigação comparativa com outras unidades do mesmo Instituto, bem como de outras instituições da Rede Federal de Formação Tecnológica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O Estado de bem-estar social: real ou ilusão?**.2018. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=estado+de+bem+estar+social+. Acesso em: 04 mai. de 2021.
- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento Regional Endógeno em um ambiente Federalista. **Planejamento e políticas públicas**. Nº 14. Dez. de 1996.
- _____. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas**. 2001. In IPEA, n. 23. p. 262- 286. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acesso em: 20 mai. de 2021.
- AMORIM, Mônica Teixeira. **A organização dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira**. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- ANDRADE, M.C. **Espaço, polarização e desenvolvimento: Uma introdução a economia regional**. 5 ed: São Paulo, Atlas, 1987.
- ANDRETTA, Karen Merediana Rodrigues de Conto. **Avaliação dos impactos ambientais gerados na implantação das PCHs Canhadão e Tigre, no município de Mangueirinha - PR**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.
- BACELAR DE ARAÚJO, Tânia. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro, RJ: Revan: Fase, 2000.
- BACELAR DE ARAÚJO, Tânia. **Desenvolvimento e a questão regional no Brasil hoje**. 21 de jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bTnNTIcnlxM>. Acesso em: 21 jul. de 2020.
- BARDIM, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa, 2011.
- BARROS, Areza Batista Gomes; DA SILVA, Norma Lúcia Oliveira; SPINOLA, Noelio Dantaslé. Desenvolvimento Local e desenvolvimento endógeno: questões conceituais. **RDE – Revista de Desenvolvimento econômico**. Ano VIII, nº 14, Julho de 2006. Salvador, BA.
- BEEBY, C, E. **The Quality of Education in Developing Countries**. Educação e Desenvolvimento Econômico. Tradução de Edmond Jorge. Segunda Edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1973.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **As Teorias Econômicas de Keynes**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YTC7vaDzlCE>. Acesso em: 14 mai. de 2021.
- BECKER, Dinizar Fermiano; WITTMAN, Milton Luiz. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 2003.

BOISIER, Sérgio. Desarrollo (Local): ¿de qué estamos hablando? In: BECKER D.F; BANDEIRA, P.S. (Org.). **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000. p.151-185 (Desenvolvimento local-regional); v.1.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 107, p.57-76, jul./dez. 2004.

_____. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo, Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, V.21, N.2, p.258-279, Maio-Ago. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez 2008.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros**. Brasília: MEC, 2011.

_____. SETEC/MEC. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepção e Diretrizes**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 dez. de 2021.

BRESSER-PERREIRA, Luiz Carlos. A teoria do desenvolvimento econômico e a crise de identidade do Banco Mundial. **Revista de Economia Política**, vol. 15, nº1 (57), Janeiro-março/95.

_____. O Segundo Consenso de Washington e a Quase-Estagnação da Economia Brasileira. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº3 (91), julho-setembro/2003.

_____. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº2 (102), pp.203-230 abril-junho/2006.

_____. **Entre vistas com Luiz Carlos Bresser Pereira**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=78bqJSBG27I>. Acesso em: 18 fev. de 2022.

CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. 1ª. ed. Jundiaí. SP: Paco, 2018.

CASTRO, Maria Luiza Almeida Cunha de. A metodologia de redes como instrumento de compreensão do capital social. **Revista Urutágua-acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM**. Nº16-ago./set./out./nov. 2008 – quadrimestral – Maringá PR.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Rev. Bras. Política Internacional**. 43 (2): 5-27. 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Unesp, Brasília, DF: Flacso, 2000.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo; Editora UNESP, 2004.

DAMÁSIO, C. A.; FILHO, W. R. C. Impacto de uma universidade na comunidade local por meio de projetos de extensão: o caso de uma unidade acadêmica de tecnologia. **Revista Engenharia de Interesse Social**. ano 5, v. 5, n. 5, p. 122-144 • jan.-jun., 2020.

DA SILVA, Carlos Alberto Franco. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. *In: _____(org). Território, territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 282 – 312.

D'AVILA GARCEZ, Cristiane M. Sistemas Locais de Inovação na Economia do Aprendizado: Uma Abordagem Conceitual. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, V. 7, N. 14, P. 351-366, DEZ. 2000.

DE FAVERI, Dinorá Baldo; PETTERINI, Francis Carlo; BARBOSA, Marcelo Ponte. Uma avaliação do impacto da política de expansão dos Institutos Federais nas economias dos municípios brasileiros. **Planejamento e políticas públicas**. ppp. n.50. jan./jun. 2018.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local, 2003**. Disponível em: <www.dowbor.org/06edulocal.doc>. Acesso em: 19 jun. de 2020.

RITTER FILHO, José Alvício, **Universidade e desenvolvimento socioeconômico local: uma análise do papel da Universidade Federal da Fronteira Sul na cidade de Chapecó**. 2017. 181 f. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017.

FERNANDES, R. G. T. **Impactos Locais e Regionais da Universidade do Porto**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia – FEP. Porto: Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/7560> . Acesso em: 06 dez. de 2021.

FERREIRA, André; SANTOS, Edson Almeida. Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: microevidências da ampliação dos campi da UFF em Volta Redonda. **Revisa Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR. V. 14, n.1, p. 86-109, jan-abr/2018, Taubaté, SP.

FERRER, Walquiria Martinez Heinrich. A origem do processo de mundialização do capital financeiro. **Argumentum - Revista de Direito** - Universidade de Marília. SP. - v. 1 – 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, v.23, n.1(89), jan-mar/2003, p.133-48.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 2020. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/>. Acesso em: 10 out. de 2022.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GARCIA, Renato; SERRA, Mauricio; MASCARINI, Suelene; BASTOS, Leticia; MACEDO, Rafael. **Sistemas Regionais de Inovação: fundamentos conceituais, aplicações empíricas, agenda de pesquisa e implicações de políticas**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 394, ago. 2020.

GERTLER, Paul J., Sebastián MARTÍNEZ, Patrick PREMAND, Laura B. RAWLINGS e Christel M. J. VERMEERSCH. 2018. **Avaliação de Impacto na Prática, segunda edição**. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

GONZÁLEZ, R. R. **Estratégias de desarrollo local en regiones periféricas europeas. perspectivas para el Estado de Salvador de Bahia**. Santiago de Compostela, [s.a., s.p.], mimeografado, não paginado.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 1, n. 31, 2012.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. A expansão dos Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Espaço e economia. Revisa brasileira de geografia econômica**. Ano V, número 9. 2016.

GUERREIRO, João Pinto. **As funções da universidade no âmbito dos sistemas de inovação**. Estudos II - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Portugal, 2005.

HIRSCHMAN, Alberto Otto. **Auto-subversão: teorias consagradas em xeque**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFF, Débora Nayar; PEREIRA, Camila Amaral; DE PAULA, Luis Gustavo Nascimento. O impacto da Universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional. **Redes**. Santa Cruz do sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v.22, n.1, janeiro-abril, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 12 abr. de 2022.

IFFar 10 anos: **ensaios dessa trajetória** / organização Cadiani Lanes Garcez ... [et al.]. – Santa Maria/RS : IFFar – Instituto Federal Farroupilha, 2018. 186 p.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Reitoria. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2026**. Disponível em: <<http://https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar-2019-2026>>. Acesso em: 18 set. de 2020.

JONES, Charles I. **Introdução a Teoria do Crescimento Econômico**. 1ª Ed (2000), editora campus, 2000.

LAGO, Ivann Carlos; ROTTA, Edeimar. Sobre a relação entre cultura e desenvolvimento: alguns apontamentos em defesa do conceito antropológico de cultura. **Anais do VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017**. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16188/4258>. Acesso em: 10 fev. de 2020.

LEMOS, Dannyela da Cunha; CARIO, Silvio Antônio Ferraz. Os sistemas nacional e regional de inovação e sua influencia na interação universidade-empresa em Santa Catarina. **REGE – Revista de Gestão**. Universidade do estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Brasil, 2016.

LUSCHER, Ana. Educação técnica de nível médio no Brasil e em Minas Gerais: contextos de pesquisa. In: **I Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar**. Belo Horizonte: FaE/UFMG. 28 a 29 de agosto de 209. Mimeo.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Tradução de Antônio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro. BNDES, 232p, 23cm, 2001.

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata. Desenvolvimento Regional: Principais Teorias. **Revista Thêma et Scientia** – vol.5, nº 2, jul/dez 2015.

MELO, Ana Isabel. Distritos Industriais Marshallianos: O caso de Águeda. Estudos Regionais. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**. Nº 12 (2006).

MINAYO, Maria C. de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Holos, ANO 23, Vol.2, 2007.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denise. **Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: Potencial e desafios**. RAC, Curitiba, v.15, n.4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Lisboa: Editora Saga, 1965. 240 p.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo/organizadores. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Coordenado pelo SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

NATÁRIO, Maria Manuela Santos - Os processos territoriais de inovação: a abordagem dos sistemas de inovação e a perspectiva transfronteiriça. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**. Nº 12 (2006).

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de Bem-estar Social – origens e desenvolvimento. **Katálisis**. nº 5 jul./dez. 2001.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai/ago. 2002.

OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional, considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p. 29-37, 2003.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório Anual. PNUD Brasil, 2020**. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relat%C3%B3rio-anual-2020>. Acesso em: 05 fev. de 2021.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil**. Ver. Adm. Pública. Rio de Janeiro 46(5): 1271-294, Set./Out. 2012.

RAMOS, Marise. **Palestra sobre educação profissional**. Disponível em: [youtube.com/watch?v=xER3l33gBso](https://www.youtube.com/watch?v=xER3l33gBso). Acesso em: 26 mar.de 2021.

REGO, Maria da Conceição; CALEIRO, António. **Em torno do contributo das instituições de Ensino Superior para a dinâmica regional de crescimento económico**. DRd. Desenvolvimento Regional em debate. Ano 2, n.2, dez. 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. **Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento regional: o caso do norte do Paraná**. Revista de Economia, v.35, n-3 (ano 33), p. 87-102. Set/dez.2009. Editora UFPR.

ROSTOW, W.W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um manifesto não comunista)**. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003, p. 205-224.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: _____.(org). **Território, territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p. 13 – 21.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Alessandra Medianeira Vargas da. **Comissão disciplinar discente: formação de servidores e construção de saberes com uma abordagem educativa no IFFar**. 2020. 184f. Dissertação (Mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Farroupilha. Jaguari, RS, 2020.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 16, n. 1, 2015.

SILVEIRA, Rozieli Bovolini. **O Programa Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar**. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2017.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação**. [s.a., s.p.]. Disponível em : <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html> . Acesso em 13 set 2021.

STUNPF, Jucilene de Souza. **A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica: um estudo do Instituto Federal do Paraná, Campus avançado Coronel Vivida**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco, PR, 2016.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Repositório**. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/busca?q=reposit%C3%B3rio>. Acesso em: 13 jan. de 2022.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 292 p.

VIANNA, M.L.T.W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revam: UCAM, IUPERJ, 1998.

VIEIRA, Danilo Jorge. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? **Desenvolvimento Regional no Brasil:**

políticas, estratégias e perspectivas. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas** / Organizadores: Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antônio Brandão - Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

WITTACZIK, Lidianne Soares. Educação Profissional no Brasil: histórico. **Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial** - ISSN - 1983-1838. V.1, n.1, p.77-86, 2008. Disponível em: <http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/view/26>. Acesso em: 28 Mai. 2021.

APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS (PPGDPP) CURSO DE MESTRADO

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Aspectos	Questionamentos
Implantação do campus – encadeamentos sócio-políticos	<p>1) O processo de implantação do campus suscitou/suscitava que expectativas? Por exemplo, buscava atender as demandas locais com relação aos aspectos sociais e econômicos? Se sim, quais expectativas/demandas e de que forma poderia alcançar?</p> <p>2) Quem foram os atores e/ou instituições locais/regionais que se envolveram no processo de implantação do IF?</p> <p>3) Como foram definidos os primeiros cursos e projetos (atendimento direto a comunidade –extensão- ou quais eram as ideias), que critérios foram utilizados, houve ampla participação da comunidade na definição?</p> <p>4) Quando da instalação do campus, na sua percepção que contribuições o IF traria para Júlio de Castilhos, nos aspectos econômicos, sociais e culturais?</p>
Governança, objetivos/metaspinternas.	<p>5) Quanto à atuação do IF, nos dias atuais, pensa que a instituição cumpre seu compromisso social? Há algum setor social que o IF ainda não atingiu e deveria atender?</p> <p>6) Para a construção de projetos/objetivos/metasp/cursos, há um mapeamento de necessidades socioeconômicas e sociais local/regionais?</p> <p>7) A comunidade local/regional sempre participa ou sempre é considerada, na definição dos projetos de cursos e demais ações? De que forma acontece essa participação?</p> <p>8) Como tu/você observas a relação de articulação do IF com a sociedade local/regional: governos, organizações, associações, entidades (atores em geral) para a definição/planejamento de ações (projetos/cursos) que busquem o desenvolvimento socioeconômico?</p> <p>9) De todas as ações do IF (ensino, pesquisa e extensão) qual/quais ações, você considera de efetiva inserção regional, em termos de desenvolvimento regional (geração de emprego e renda, geração de conhecimentos e tecnologias)?</p>

<p>Contribuições socioeconômicas à comunidade regional/expectativas</p>	<p>10) Que ações, na sua percepção o IF ainda necessita implementar para a melhoria de aspectos socioeconômicos?</p> <p>11) Acredita que o IF está consolidado regionalmente, junto aos demais atores sociais no que diz respeito a processos de desenvolvimento que tenham por fim geração de emprego e renda? E no que o IF se destaca regionalmente (ensino, pesquisa, extensão)?</p> <p>12) Como você avalia a situação do IF no atual contexto político econômico que o país passa? O IF possui recursos financeiros, materiais e humanos adequados para desenvolver sua missão institucional?</p> <p>13) O que você espera do IF (em termos de contribuição no desenvolvimento socioeconômico regional) para os próximos anos?</p>
---	--